



**ENTIDADE PALOTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
FACULDADE PALOTINA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**

**Santa Maria**

**2023**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 HISTÓRICO DA FACULDADE PALOTINA DE SANTA MARIA – FAPAS.....	6
2.1 Missão, objetivos e metas da Faculdade Palotina.....	10
2.1 Missão.....	10
2.2 Metas da Instituição.....	10
3 HISTÓRICO DO CURSO DE DIREITO.....	11
4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	13
4.1 Nome do curso.....	13
4.2 Grau conferido.....	13
4.3 Titulação profissional.....	13
4.4 Modalidade de ensino.....	13
4.5 Ato de criação do curso.....	13
4.6 Data de publicação do Ato de Criação do Curso.....	14
4.7 Ato de Reconhecimento.....	14
4.8 Data de Publicação de Reconhecimento.....	14
4.9 Prazo de Validade do Reconhecimento.....	14
4.10 Data de Renovação do Reconhecimento.....	14
4.11 Prazo de validade da Renovação do Reconhecimento.....	14
4.12 Carga horária total do curso.....	14
4.13 Carga horária das Atividades Complementares.....	14
4.14 Carga horária de estágio.....	14
4.15 Duração do curso.....	15
4.16 Número de Vagas Autorizadas.....	15
4.17 Número de vagas ofertadas.....	15
4.18 Turno de funcionamento do curso.....	15
4.19 Campus onde o curso é oferecido.....	15
4.20 Forma de ingresso.....	15
4.21 Data de início do curso.....	15
5 CONCEPÇÃO E FINALIDADE DO CURSO.....	16
5.1 Princípios filosóficos e teórico- metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição.....	16
5.2 Responsabilidade social da Instituição.....	16
5.3 Concepção do Curso de Direito.....	17
6 OBJETIVOS.....	24
6.1 Objetivo geral.....	24
6.2 Objetivos específicos.....	24
7 JUSTIFICATIVA.....	25
8 PERFIL DO EGRESSO.....	28
8.1 Competências e habilidades.....	28
8.2 Áreas de atuação.....	29
9 CURRÍCULO DO CURSO.....	29
9.1 Organização curricular.....	30
9.1.1 Disciplinas obrigatórias.....	30
9.1.2 Disciplinas complementares.....	33
9.2 Organização das Disciplinas por área de conhecimento.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
9.3 Disciplinas obrigatórias do núcleo rígido.....	34
9.4 Sistema de pré-requisitos.....	35
9.5 Estágio curricular.....	35
9.6 Trabalhos de Conclusão de Curso.....	36
9.7 Atividades Complementares de Graduação – ACG.....	37
9.8 Disciplinas Complementares de Graduação – DCGS.....	37
9.9 Ações Curriculares de Extensão - ACES.....	38
10 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA.....	41

10.1 Disciplinas Obrigatórias .....	41
10.2 Disciplinas Complementares de Graduação .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
10.3 Outras disciplinas complementares ofertadas nos últimos anos	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>11 MODALIDADES DE ATIVIDADES CURRICULARES .....</b>	<b>107</b>
11.1 Exercício de monitoria.....	107
11.2 Iniciação científica.....	107
11.3 Apoio extensionista.....	108
11.4 Participação em eventos científicos da área com produção específica .....	108
<b>12 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM .....</b>	<b>109</b>
<b>13 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....</b>	<b>111</b>
<b>14 ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO .....</b>	<b>114</b>
14.1 Linhas de pesquisa .....	114
14.2 Núcleo de práticas multidisciplinares .....	117
14.3 Jornadas de pesquisa e extensão.....	117
14.4 Núcleo Palotino de Prática Jurídica.....	117
<b>15 INFRAESTRUTURA E GESTÃO .....</b>	<b>119</b>
15.1 Coordenação do curso.....	119
15.2 Colegiado de curso .....	119
15.3 Corpo docente .....	120
15.4 Corpo discente.....	120
15.4.1 Política de apoio ao discente .....	121
15.4.2 Programas de atendimento ao discente .....	122
15.4.3 Programa de atendimento didático-pedagógico .....	123
15.4.4 Programa de nivelamento .....	124
15.5 Corpo técnico-administrativo.....	124
<b>16 INSTALAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>126</b>
16.1 Infraestrutura e instalações acadêmicas .....	126
16.2 Laboratórios de informática.....	128
16.3 Laboratório de Prática Jurídica Simulada.....	129
16.4 Laboratório de Prática Jurídica Real – Escritório Palotino de Assistência Jurídica.....	129
16.5 Equipamentos.....	129
16.6 Biblioteca .....	130
16.6.1 Acervo .....	130
16.6.2 Serviços .....	134

## 1 INTRODUÇÃO

A Faculdade Palotina caracteriza-se por ser uma Instituição de caráter confessional, cujo olhar volta-se para o mundo em suas dimensões de passado, presente e futuro e cujos alicerces estão calcados no Humanismo e na Fé Cristã. Por isso, e ao configurar-se como uma instituição confessional, tem por princípios filosóficos e teórico–metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas na Caridade Intelectual e se manifesta nas práticas de uma Educação Humanizadora, que tem por propósito o resgate do ser humano como um todo. Com isso aborda o indivíduo em sua totalidade, e tem a Educação como um *constructus* que deve, obrigatoriamente, desenvolver todas as dimensões humanas, resgatando-o de seu isolamento alienatório e inserindo-o, por meio da conscientização, na ação participativa junto à sociedade civil.

Dessa forma, a Instituição tem como missão contribuir para promover o desenvolvimento da Região, produzindo conhecimento em todas as suas formas e tornando-o acessível à sociedade. A formação profissional de seus alunos inscreve-se nessa função social, e o processo de constante qualificação de seu corpo docente e de seus cursos tem como norte a formação de profissionais capazes de compreender seu entorno social e de intervir efetiva e eficazmente na realidade, de forma a contribuir para a criação de uma sempre e maior qualidade de vida.

São políticas de ensino da Faculdade Palotina desenvolver ações institucionais voltadas para promover o incentivo de uma sólida formação geral, estimulando práticas de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno. Nesse passo, fortalecendo a articulação da teoria com a prática, incentivando conhecimentos, habilidade e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referirem à experiência profissional.

Nesse contexto insere-se o Curso de Direito da Faculdade Palotina, criado através da Portaria n. 843 de 03 de abril de 2006 do Ministério da Educação (MEC), que vem desenvolvendo suas ações no sentido de formar profissionais aptos a compreender a sociedade em sua manifestação singular, porém na perspectiva do universal, buscando a solvência das lides, não sem se circunscrever ao legislado e ao normatizado, mas antes, comprometendo-se com os valores máximos tutelados pela ordem jurídica e pela busca de uma hermenêutica transdogmática.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito – cujo plano de execução curricular ocorreu em 2006, estruturado e tendo como fundamento legal a Portaria do MEC n. 1886/94-busca concretizar uma proposta de ensino que viabilize uma formação humana, crítico-conceitual e técnico-profissional na área do Direito, visando ao exercício consciente, ético e competente das funções inerentes ao fazer jurídico.

Após o Reconhecimento do Curso, ocorrido através da Portaria MEC Nº 248, de 31 de maio de 2013 iniciou-se os trabalhos para reformulação curricular, de forma que as indicações constantes do relatório de verificação *in loco* e as aspirações da comunidade acadêmica para atualizar os curso fossem contempladas.

A reformulação curricular contemplou também os instrumentos institucionais que orientam tais ações, realizada em consonância com as orientações curriculares estabelecidas nacionalmente pelo Ministério de Educação, para todos os Cursos de Direito no País, com os objetivos e missões a que se propôs desenvolver dentro de uma perspectiva crítico-reflexiva, humanística e transformadora, integrando os diversos níveis de formação jurídica proposta pelo Curso.

No projeto encontram-se as referências aos documentos institucionais, especialmente os que desenham o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Regimento Geral. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se mantém fiel ao debate acadêmico e orientações contidas nas manifestações do Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta busca apropriar-se das potencialidades suscitadas pela LDB, incorporando novos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, norteia sua ação prospectiva pedagógica no projeto em suas dimensões de responsabilidade social, inclusão social e desenvolvimento regional.

No desenvolvimento deste Projeto, são apresentadas as características, demandas e estratégias adequadas à formação de um operador jurídico capaz de adaptar-se aos diferentes perfis delineados e exigidos pelas configurações sociais contemporâneas, para o mercado de trabalho dos egressos, buscando evidenciar um modelo pedagógico transformador, uma vinculação com o mundo contemporâneo e um compromisso com uma formação jurídica comprometida com os destinos da humanidade.

## 2 HISTÓRICO DA FACULDADE PALOTINA DE SANTA MARIA – FAPAS

A Província Nossa Senhora Conquistadora – de padres e de irmãos Palotinos – tem uma longa caminhada na formação intelectual de seus membros. Em sua trajetória, o Seminário Maior Palotino, como instituição de ensino superior, mudou de cidade, de nome e, várias vezes, de programa curricular.

O Curso de Filosofia começou em 1941, em São João do Polêsine, como um Curso Eclesiástico, de três anos. Em 1958, com a inauguração do Colégio Máximo Palotino, o Curso de Filosofia foi transferido para Santa Maria, onde funcionou como Curso de Extensão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” (FIC). Em 1968, os estudantes palotinos passaram a frequentar o Curso de Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria, até o ano de 1977, quando foi iniciado o Curso Integrado de Filosofia e Teologia no Colégio Máximo Palotino. Em 1989, foi suspenso o Curso Integrado e criado o Curso Eclesiástico, de 02 anos. A partir de 1992, os estudantes palotinos passaram a frequentar o Curso de Filosofia no Centro Universitário Franciscano, antiga FIC.

O Curso de Teologia teve início em 1948, também em São João do Polêsine. Em 1958, foi transferido para o Colégio Máximo Palotino. Em 1989, voltou a funcionar o Curso de Teologia, de 04 anos, que havia sido modificado em 1977, com a implantação do Curso Integrado de Filosofia e Teologia. Em 1992, foi criado o Instituto de Filosofia e Teologia Santa Maria – IFITESMA.

A Sociedade Vicente Pallotti, entidade mantenedora desses cursos, sempre esteve voltada para as atividades de caráter educativo, cultural, beneficente, filantrópico e caritativo. No que diz respeito a sua atuação na área educacional, sempre priorizou o ensino da Filosofia e da Teologia em função de sua natureza religiosa, sendo que eram exclusivamente seminarísticos.

A entidade reavaliou sua posição e, em 2000, decidiu criar a Faculdade Palotina e buscar seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, ampliando sua área de atuação para o ensino, pesquisa e extensão, buscando romper seu isolamento decorrente da formação seminarística para integrar-se à sociedade como um todo.

Pela Portaria nº 2.615, de 06 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2001, o MEC credenciou a Faculdade Palotina como uma Instituição de Ensino Superior e esta foi reconhecida pela Portaria nº 1.538, de outubro de 2011, e pela Portaria nº 2.616, de 06 de novembro de 2001, autorizou o funcionamento do Curso de Filosofia. A administração da mantenedora,

depois dessa longa experiência de ensino, levando em consideração a localização da instituição, quase no centro da cidade, dentro de vasta área verde inexplorada, deu-se conta de que poderia contribuir com algo mais para a sociedade. A educação ambiental seria o mote para os demais cursos da FAPAS, que os diferenciaria das demais instituições do município. Em vista disso, encaminhou projeto de solicitação de autorização para o funcionamento do Curso de Administração-Gestão Ambiental o qual, apresentou como dados legais:

Logradouro BR 158, Bairro Cerrito.

Prazo mínimo de integralização do Curso em 08 semestres com total de 3060 horas, (três mil e sessenta horas).

Nº. do documento: 416 de 04/02/2005. Data da publicação: 09/02/2005.

Nº. Parecer. Despacho: 130/2005 SESu.

Após, adequações sugeridas pela Comissão Avaliadora do MEC, o Curso de Administração-Bacharelado foi autorizado, sem a ênfase proposta pela FAPAS e sem linha de formação específica em Administração do Meio Ambiente, pela Portaria do MEC nº 416, de 04 de fevereiro de 2005.

O Curso de Direito foi autorizado pelo MEC através da Portaria nº 843, de 4 de abril de 2006. O Curso de Filosofia Licenciatura Plena foi reconhecido pelo MEC, através da Portaria nº 25, de 10 de janeiro de 2007. O Curso de Teologia foi autorizado pela Portaria do MEC nº 2.818, de 06 de setembro de 2004, e reconhecido pelo MEC, através da Portaria nº 674, de 8 de maio de 2009. Além disso, a FAPAS desde 2003 oferece cursos de Pós-Graduação (Especialização).

Em janeiro de 2006, a FAPAS passou a funcionar em suas novas instalações, localizadas em um novo prédio, em anexo ao complexo da Sociedade Vicente Pallotti – Campus Patronato, Rua Pe. Alziro Roggia, nº 115, ficando, apenas, o Curso de Teologia no Campus Cerrito. Neste período de mudança, a FAPAS dá outro passo importante, disponibiliza, ao meio acadêmico, o Curso de Direito que foi autorizado pelo MEC, através da Portaria do MEC, nº 843, de 04 de abril de 2006, e reconhecido pela Portaria do MEC nº 248, de 31 de maio de 2013.

No ano de 2008 a FAPAS ensaiou outro passo, instituir o Curso de Biblioteconomia, que foi autorizado pela Portaria do MEC nº 173, de 7 de março de 2008. Porém, este curso não veio a funcionar.

A FAPAS com a finalidade de observar sua área de atuação, no ano de 2002, instituiu, a partir de suas normativas internas, o Curso de Especialização, *lato sensu*, destinado à qualificação de licenciados para o Ensino Religioso, o qual está embasado

na Resolução nº 04/2002. Desde o ano de 2002, a FAPAS já ofereceu 05 edições do Curso de Pós-Graduação em Ensino Religioso, sendo que, a última foi no ano de 2007-2008, norteadas pela Resolução Interna nº 01, de 08 de janeiro de 2008. Outra proposta de Curso de caráter *latu senso*, foi a especialização destinada à qualificação de licenciados para o Ensino de Filosofia, instituído segundo a Resolução nº 11/2006. Porém, não houve realização da edição. No ano de 2011, os cursos de Administração e Direito também ofereceram Pós-Graduações em nível de Especialização nas áreas de atuação.

No ano de 2012 teve início a turma de Gestão de Finanças e da Informação ligada ao Curso de Administração, em 2013 iniciou mais uma turma nesta Especialização e também iniciou o Curso de Gestão de Pessoas e Marketing. Neste mesmo ano teve início o Curso de Direito de Família e Mediação de Conflitos, ligado ao Curso de Direito. No ano de 2014 estes cursos já existentes foram novamente oferecidos e juntaram-se a eles os cursos MBA Executivo em Finanças e Banking ligado ao Curso de Administração; Ciências Penais e Criminologia ligado ao Curso de Direito. Já ligados ao Curso de Filosofia teve-se duas edições da Especialização em Educação e Direitos Humanos, em 2014 e 2016, e uma edição da Especialização em Educação e Novos Cenários Sociais, em 2015. Desta maneira a Missão da Faculdade Palotina vai se concretizando também na Pós-Graduação.

Dentre as atividades de pesquisa e extensão, encontram-se vigentes a Escola Popular de Agentes Cristãos (EPAC), o Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano (NUPEN), o Curso Oscar Romeiro e o Projeto Autonomia pelo conhecimento. O EPAC foi instituído segundo a Resolução nº 11/2008, que tem por objetivo oferecer o fazer e viver teológico aos leigos de carisma palotino. O foco de atuação diz respeito às Dioceses de Santa Maria, de Cruz Alta, de Cachoeira do Sul e de Uruguiana; O NUPEN foi instituído segundo a Resolução nº 14/2008, que tem por objetivo desenvolver um trabalho interdisciplinar voltado à valorização da pessoa, estudando a vida adulta e o envelhecimento; O Curso Oscar Romeiro é uma iniciativa da equipe de CEBs de Santa Maria em parceria com a Faculdade Palotina (FAPAS) como projeto de extensão, e a Coordenação Diocesana de Pastoral. Este curso visa contribuir na formação das pessoas atuantes no campo popular, sindical, educacional, especialmente das que acreditam numa igreja comunitária e ecumênica. Além destes projetos de extensão, contamos também com o Projeto de Extensão Autonomia pelo Conhecimento, o qual é desenvolvido pelo Curso de Filosofia da FAPAS, desde 2006, em escolas públicas de Santa Maria. O projeto tem como objetivo levar até as escolas



a apresentação e discussão de temas filosóficos, que promovam a reflexão por parte dos alunos envolvidos. Tais atividades são desenvolvidas por acadêmicos do Curso de Filosofia com a coordenação de professores do Curso de Filosofia.

Atualmente a Faculdade Palotina é uma instituição educacional voltada para a educação superior no nível de graduação e pós-graduação. Tem sede na Rua Pe. Alziro Roggia, nº 115, Bairro Patronato, Santa Maria/RS, inscrita sob o CNPJ 17.597.895/0004-39, tem como entidade mantenedora a Entidade Palotina de Educação e Cultura – EPEC, criada no dia 29 de novembro de 2012, com sede e foro na cidade de Santa Maria/RS, na Rua Pe. Alziro Roggia, nº 115, Bairro Patronato, em Santa Maria/RS, e denominada Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos e sem fins econômicos, de caráter educacional, cultural e científico, fundada pelos membros consagrados da Sociedade Vicente Pallotti (SVP) e inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Santa Maria/RS, sob o nº 5.830, fls. 084vº, do livro “A”, nº 20.

A Entidade Palotina de Educação e Cultura – EPEC, assumindo a função da Sociedade Vicente Pallotti na área educacional incorporou a FAPAS, tornando-se a sua Mantenedora, a partir do dia quatro de fevereiro de dois mil e treze (04/02/2013).

A Sociedade Vicente Pallotti é uma instituição eclesiástica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, constituída como Organização Religiosa (Lei nº 10.825/2003), fundada em 02 de junho de 1909. Está inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 95.602.942/0001-56, com sede e foro na Avenida Nossa Senhora das Dores, nº 903, Santa Maria/RS, CEP: 97050-538.

## **2.1 Missão, objetivos e metas da Faculdade Palotina**

### **2.1 Missão**

“Promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade”.

### **2.2 Metas da Instituição**

A Faculdade Palotina desenvolve suas atividades atenta aos princípios da moral e da fé cristã e destina-se a promover a educação, a ciência, a cultura a serviço da comunidade, tendo, ainda, os objetivos que seguem:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, ainda em área de ciências humanas, como também do pensamento reflexivo e crítico.
- II. Formar diplomados nas áreas do conhecimento que oferece, totalmente apto e capacitado, para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, assim como colaborar na sua formação contínua.
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa, investigação social e científica, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento da sociedade, ciência, tecnologia e da criação e propagação da cultura e, assim, como consequência, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio do povo e comunicar o saber através do ensino em sua forma mais plena, através de publicações em todas as formas de divulgação aceitáveis.
- V. Suscitar, buscar desenvolver e promover o desejo e a vontade de aperfeiçoamento cultural e profissional permanente e, assim, possibilitar essa correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração.
- VI. Estimular o conhecimento e o entendimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, regionais, assim como aqueles de grupos ou reuniões de países, de modo a prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de cooperação e reciprocidade.
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e das pesquisas e tecnologias geradas na Instituição.

### 3 HISTÓRICO DO CURSO DE DIREITO

Vicente Pallotti, um homem do século XIX com a dinâmica interior de séculos futuros, lançou em movimento os critérios fixos da Igreja. Exigia o compromisso do homem leigo, de sua colaboração esperava novos impulsos. Com grande entusiasmo trabalhava para a fé e o seu grande mandato cristão – o amor. Foi professor por 10 anos na Universidade de Roma exercendo sua função com humildade e dedicação e se preocupou com a alfabetização das crianças e jovens. Não ficou indiferente à situação social do seu tempo, mas empenhou-se em aliviar o sofrimento dos desamparados.

Hoje construindo uma nova história assume-se a grande tarefa de trabalhar, passar do teórico à prática, não somente transmitindo uma boa formação intelectual e profissional, mas outras tão importantes lições para o crescimento pessoal, na sociedade em que se vive.

É com esse pensamento que o Curso de Direito passa a nortear e estruturar seu Projeto Pedagógico inicial, no cultivo a reflexão na educação, para ser sinal de esperança para o mundo contemporâneo. Que através da Missão Palotina o Curso possa fornecer referências na formação profissional e valores humanos, olhando com amor o mundo atual, e perceber as necessidades do seu tempo, como o fez Vicente Pallotti.

O Curso de Direito busca desenvolver princípios norteadores para uma educação palotina reacendendo a chama do entusiasmo para cada vez mais trabalhar, considerando a educação como um processo de construção de cidadãos responsáveis e criativos, como sendo um sinal profético no conhecer, no fazer, no conviver e no ser. Nesta seara, o Curso de Direito não se limita a mostrar um caminho, mas vários caminhos possíveis; várias ferramentas para que o acadêmico possa ter todas as condições para encontrar seu espaço pessoal na sociedade, através do aprimoramento de currículos, melhoria de conteúdos programáticos, desenvolvimento das habilidades: o sensorial, o afetivo, o racional, a autoestima, a criatividade e a organização do conhecimento.

O Curso de Direito da Faculdade Palotina está situado em Santa Maria, RS, cidade localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, que atende a demandas de formação de profissionais para todas as regiões do Estado e do País, o que contribui para a caracterização da cidade como pólo educacional no ensino superior.

Autorizado pelo MEC, através da Portaria do MEC, nº 843, de 04 de abril de 2006 e reconhecimento pela Portaria nº 248, de 31 de maio de 2013, já possui destaque pela qualidade do ensino a partir de um Projeto Pedagógico que busca ser inovador na região, com a formação de juristas orientados para atuar nas demandas que envolvem o meio ambiente e a resolução consensual de conflitos.

Desde o início o Curso tem promovido ações sociais em comunidades vulneráveis, promovido eventos significativos como o Fórum de Direito Ambiental, as Semanas

Acadêmicas, estabelecidos parcerias importantes com instituições jurídica como o Ministério Público, Defensoria Pública, para realização de atividades conjuntas.

Em 2010 instalou o Escritório Palotino de Assistência Jurídica para o desenvolvimento das práticas jurídicas reais, que constituem parte do Estágio Curricular obrigatório, com atendimento a comunidade para resolução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Neste aspecto toma importância a Central de Mediação de Conflitos, uma das linhas mestras de atuação do Curso e com ênfase de desenvolvimento junto das práticas reais de ensino.

É possível traçar um caminho evolutivo do Curso, que inicia em 2006 com uma matriz curricular com 3720 horas, sendo destas 300 horas destinadas a Disciplinas Complementares de Graduação. Em 2010 inclui-se a Disciplina de Fundamentos da Identidade e Missão Palotina com carga horária de 30horas e que busca trazer para todos os Curso da IES a importância do fundador da filosofia e do carisma palotino como disciplina obrigatória, o que faz com que fosse deslocado 30horas das disciplinas complementares, que passaram a ter 270horas. Em 2012 institui-se também no âmbito da IES que todos os Curso passariam a ter na sua matriz curricular a disciplina de Cultura Afro-brasileira e Indígena com 30horas conforme previsto pela Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004. Esta inclusão faz com que o Curso passe a ter 3.750 horas. Registra-se que a inclusão destas duas disciplinas não alteraram substancialmente a carga horária e nem as linhas mestras estruturais do Curso, mas trouxeram um reforço no caráter humanista já previsto no Projeto Pedagógico.

A partir do reconhecimento do Curso em 2012, que obteve a nota 4, o Núcleo Docente Estruturante passou a reorganizar a matriz curricular de forma a oferecer um Curso com mais evidência para formação de um jurista comprometido com resolução consensual de conflitos, sem abandonar o foco no Direito Ambiental.

Esta reestruturação considerou o anseio da comunidade acadêmica em ajustar a matriz curricular as novas demandas da sociedade, que estavam contempladas timidamente como a abordagem a questões de Direito do Consumidor, Estatuto da Criança, adolescente e Idoso, Criminologia e Políticas Públicas, e principalmente a própria resolução de conflitos, que se apresentava como um eixo importante da formação do jurista com a vocação da IES.

Para um melhor aproveitamento dos conteúdos de Direito Ambiental entendeu-se necessário o seu deslocamento na matriz Curricular, bem como integração do tema da sustentabilidade de forma mais visível.

O NDE considerou também o relatório da avaliação *"in loco"* e a contribuição dos avaliadores para construção de uma matriz com características mais próprias da vocação da IES e a incorporação de disciplinas fundamentais como Teoria Geral do Direito, a Psicologia Aplicada ao Direito e a Antropologia Jurídica que foi ancorada na Sociologia já existente.

Assim, o ano de 2013 foi dedicado a construção de um novo PPC, que pudesse ser ainda mais interessante, alterou-se disciplinas, deslocou-se outras da matriz curricular, integrou-se novas disciplinas, mas mantendo-se uma carga horária possível de ser cumprida nos 5 anos previstos para o Curso, para implantação de 2014.

Depois disso, dedicando especial atenção à implementação das atividades de extensão inseridas na matriz curricular e na necessidade de implementação de algumas disciplinas com metodologias diferenciadas, embasada no suporte remoto e com encontros presenciais regulares mas não semanais, o Colegiado do curso dedicou especiais esforços, no ano de 2021 e 2022, para a elaboração da presente PPC, com início de vigência no primeiro semestre de 2023. Esta nova leitura do curso de Direito da Faculdade Palotina apresenta-se não só como uma demanda para a adequação dos currículos, à luz do disposto na meta 12.7, do Plano Nacional de Educação, mas sim, quer se propor como verdadeiros espaços de diálogos plurais e de atuação institucionalizada que possibilitem ao discente um aprofundamento nos diversos campos de saber, agregado à uma formação social, cultural, humanística, em interação com questões mais amplas que norteiam a realidade social e coletiva.

## **4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

### **4.1 Nome do curso**

Curso de Direito

### **4.2 Grau conferido**

Bacharel em Direito

### **4.3 Titulação profissional**

Bacharel em Direito

### **4.4 Modalidade de ensino**

Presencial

### **4.5 Ato de criação do curso**

O Ato de criação do Curso deu-se através da Portaria n. 843, de 04 de abril de 2006, na qual o Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 4 de setembro de 2001, e tendo em vista o Parecer nº 257/2005, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.005858/2003-17, Registro SAPIENS nº 20031003456, do Ministério da Educação, resolveu autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado à Rodovia BR 158, s/nº, Bairro Cerrito, na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio

Grande do Sul, pela Faculdade Palotina, mantida pela Sociedade Vicente Pallotti, com sede na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

#### **4.6 Data de publicação do Ato de Criação do Curso**

O ato de autorização do Curso de Bacharelado em Direito foi publicado no Diário Oficial da União no dia 04 de abril de 2006.

#### **4.7 Ato de Reconhecimento**

Ato de reconhecimento do Curso através da Portaria nº 248, de 31 de maio de 2013.

#### **4.8 Data de Publicação de Reconhecimento**

Ato de reconhecimento publicado no Diário Oficial da União no dia 03 de junho de 2013.

#### **4.9 Prazo de Validade do Reconhecimento**

Três anos.

#### **4.10 Data de Renovação do Reconhecimento**

O Curso ainda não está em fase de solicitar a renovação do reconhecimento.

#### **4.11 Prazo de validade da Renovação do Reconhecimento**

O prazo para solicitar renovação do reconhecimento é de três anos.

#### **4.12 Carga horária total do curso**

A carga horária total do Curso é de 3.810 horas correspondente a 252 créditos.

#### **4.13 Carga horária das Atividades Complementares**

300 horas

#### **4.14 Carga horária de estágio**

A dar cumprimento ao disposto no art. 65 da Lei n. 9394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases), bem como a Resolução n. 09/04 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, o Estágio Curricular Supervisionado e Obrigatório do Curso de Direito é de 300 horas, realizados a partir do sétimo semestre através de cinco disciplinas de Prática Jurídica,

sendo três simuladas e duas de prática real desenvolvidas junto ao Escritório Palotino de Assistência Jurídica.

#### **4.15 Duração do curso**

O Curso de Direito, oferecido em regime semestral, deverá ser integralizado, preferencialmente, no prazo mínimo de cinco anos e, necessariamente, no prazo máximo de oito anos (preferencialmente no mínimo de dez semestres e no prazo máximo de dezesseis semestres).

#### **4.16 Número de Vagas Autorizadas**

O número autorizado são 100 vagas anuais noturno.

#### **4.17 Número de vagas ofertadas**

O número de vagas ofertadas por semestre são 50 vagas.

#### **4.18 Turno de funcionamento do curso**

O turno de funcionamento do Curso é Noturno.

#### **4.19 Campus onde o curso é oferecido**

O Curso é oferecido no Campus da Faculdade Palotina de Santa Maria na Rua Padre Alziro Rogia, 115, Bairro Patronato, Santa Maria/RS CEP 97020-590.

#### **4.20 Forma de ingresso**

A forma de ingresso nos Cursos de Graduação da Faculdade Palotina de Santa Maria dar-se-á por meio de Processo Seletivo ou Edital de Vagas, no limite das vagas fixadas para cada Curso, conforme art. 53 e seguintes do Regimento Geral da Faculdade Palotina.

#### **4.21 Data de início do curso**

O Curso de Direito teve seu início em agosto de 2006.

## 5 CONCEPÇÃO E FINALIDADE DO CURSO

### 5.1 Princípios filosóficos e teórico- metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

A Faculdade Palotina, Instituição de Ensino Superior de caráter confessional, tem por princípios filosóficos e teórico-metodológico gerais e norteadores das práticas acadêmicas, a Caridade Intelectual manifestada nas práticas de uma Educação humanizadora, que tem por propósito o resgate do ser humano como um todo. Assim aborda o individuo na sua totalidade, e tem a Educação como *um constructus* que deve obrigatoriamente desenvolver todas as dimensões humanas de forma a inseri-lo como ator participativo na sociedade civil brasileira.

Nesta perspectiva a Faculdade Palotina propõe as seguintes ações institucionais:

- Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o egresso do curso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e produção do conhecimento;
- Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- Incentivar conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem as experiências profissionais;
- Fortalecer a articulação da teoria com a pratica, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividade extensão;
- Estabelecer mecanismos de avaliação periódicas, que sirvam para informar os docentes e discente acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;
- Aperfeiçoar o acompanhamento permanente da formação dos docentes e técnicos-administrativos, de acordo com a legislação vigente;
- Criar Curso de Nivelamento, para minimizar as dificuldades dos alunos em relação aos conteúdos;
- Valorizar formação discente: seminários e semanas acadêmicas.

### 5.2 Responsabilidade social da Instituição

A Faculdade Palotina de Santa Maria busca contribuir para o progresso regional e para a inclusão social através das seguintes ações:

- Estimulo ao conhecimento (através de cursos, seminários, palestras, oficinas) e o atendimento dos problemas do mundo presente, de modo a prestar serviços especializados e estabelecer com esta uma relação de cooperação e reciprocidade;



- Promover a extensão e abrir à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas e tecnologias geradas na Instituição;
- Promover ações que propiciem a integração efetiva com a comunidade em que está inserida;
- Incluir estratégias de divulgação (científica ou não) das atividades desenvolvidas, dos serviços prestados à comunidade e das ligações estabelecidas com diversos segmentos da sociedade, através das edições da Revista *Litterarius*
- Engajar representantes da Instituição em órgãos da gestão pública como (COREDES, Conselhos, Comitês);
- Estabelecer convênios com organismos internacionais (institutos de pesquisa, universidades) a fim de propiciar o avanço do conhecimento para professores e alunos, tanto no sentido de qualificar, como também para integrar as novas práticas educacionais e,
- Promover, junto aos acadêmicos, a dimensão do empreendedorismo e a tomada de decisão, no sentido de dinamizar o desenvolvimento regional.

### **5.3 Concepção do Curso de Direito**

O Curso de Direito da FAPAS tem como principal finalidade a construção de conhecimentos de modo crítico, interdisciplinar, técnico-jurídica e política, comprometida com o processo de transformação da sociedade, alavancado pela Constituição Federal de 1988. São conhecimentos amplos e de formação nuclear aliado à formação ético-humanística, compatível com uma feição plural adequada para uma atuação profissional ética e responsável.

O projeto pedagógico do curso busca qualificar profissionais capazes de atuar nas diversas áreas jurídicas, como a Advocacia Pública e Privada, a Magistratura, a Promotoria Pública e outros cargos exclusivos de bacharéis em Direito e o próprio Magistério Superior, e, de uma forma bem específica, garantir a formação de um profissional capacitado a atuar no campo do Direito Ambiental, com formação diferenciada, obtida a partir do contato com áreas do conhecimento específicas desse campo.

### **5.4 - Estratégias didático-metodológicas**

A fim de possibilitar o desenvolvimento das competências relacionadas às características apontadas no perfil do egresso, o desenvolvimento de conteúdos, o compartilhamento de estratégias de aprendizagem, o contínuo acompanhamento das atividades, e garantir acessibilidade metodológica, faz-se necessário refletir sobre as estratégias metodológicas utilizadas para o ensino do Direito no contexto atual.

A integração das novas tecnologias nos processos educativos têm potencializado novas formas de comunicação, de relacionamento, desenvolvimento formativo e profissional. Logo,

tem-se, também, a possibilidade efetivar novas práticas pedagógicas e abordagens do ensino do Direito, alinhadas à escolha de metodologias que possibilitem maior interesse e engajamento para uma aprendizagem ativa e autônoma, pautada na construção de um conhecimento teórico e prático, que auxilie no desenvolvimento de habilidades e competências para agir na busca de uma sociedade mais justa e democrática, permeando o desenvolvimento humano e profissional de discentes e docentes.

A partir da Resolução CNE/CES nº 05/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES), o curso de Direito da Fapas revisou sua oferta a partir do equilíbrio de três aspectos fundamentais: **formação geral, técnico-jurídica e prática profissional**. O documento serviu principalmente como um fator propulsor para que o curso fizesse uma autoavaliação de seus objetivos e ações para, a partir disso, definir novas estratégias de atuação coerentes com a realidade atual e com os propósitos institucionais de formação.

Assim, com vistas à qualificar seu compromisso educacional na área jurídica e o atendimento das demandas da sociedade, o curso de Direito da Faculdade Palotina reformulou sua proposta pedagógica buscando inovações necessárias para um ensino superior de qualidade atento às exigências contemporâneas. A partir disso, a valorização se dá na estímulo à autonomia do discente, na ênfase em práticas pedagógicas que estimulam a ação do aluno em uma relação teoria-prática, além, é claro, da inovação no sentido do estabelecimento de recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

No contexto do curso, a inovação é entendida como um processo coletivo, no qual as mudanças são discutidas e implementadas, de forma efetivamente conjunta, entre os agentes participantes. Mais do que isso, inovação não representa, necessariamente, uma demanda tecnológica a ser atendida pela proposta do curso, mas sim, tem-se inovação como nova dimensão a partir da qual se pensam as práticas do processo de ensino-aprendizagem. Nessas condições, são produzidas ações e práticas inovadoras que vão ao encontro da formação do profissional do Direito que o Curso objetiva.

Além da reorganização do currículo, para uma inovação significativa no curso, foi necessário refletir sobre a introdução de atividades e novas metodologias para um processo de ensino-aprendizagem mais ativo, autônomo, dinâmico e criativo, proporcionando aos alunos uma nova relação com o conhecimento e sua construção.

Para que o estudante possa desenvolver as competências necessárias para sua formação, enfrentando os desafios da sociedade contemporânea, o ensino do Direito na Faculdade Palotina enfatiza a permanente relação entre teoria e prática, entendendo como indispensável a realização de uma aprendizagem interdisciplinar, dialógica e reflexiva para que se efetive um olhar atento por todos os setores da sociedade.

Diante destas demandas, o curso de Direito da Fapas busca, com sua metodologia de ensino, desenvolver uma prática voltada não apenas para a formação do estudante, mas

também, atenta aos aspectos de qualificação docente, que leva à constante qualificação da atividade mediadora desse processo formativo.

Contribuem para isso os resultados dos processos de autoavaliação na IES, principalmente nos aspectos referentes à Avaliação das Práticas Pedagógicas, que é realizada semestralmente, no intuito de gerar a reflexão e o debate construtivo com foco na qualificação e desenvolvimento das práticas realizadas por alunos e professores, no âmbito da sala de aula.

Além disso, o curso atua na perspectiva de processos colaborativos e interdisciplinares entre os docentes do curso, que nesse sentido são incentivados a: elaborar estratégias didáticas pautadas no diálogo entre as diferentes áreas do Direito; promoverem o debate crítico-reflexivo de temas emergentes sob os múltiplos olhares jurídicos; participarem coletivamente nas ações e decisões para avaliação e qualificação contínua do curso, refletirem sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas, buscando novas estratégias para alcance de melhorias no ensino-aprendizagem. Esses aspectos são colocados em discussão, principalmente, nas reuniões de trabalho coletivo e nos encontros formativos.

Ainda, como apoio ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, pode-se contar com a atuação a Equipe Multidisciplinar da Fapas, a qual tem entre seus objetivos oferecer suporte e auxílio ao corpo docente no desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas para melhorias nos processos de ensino e aprendizagem, inclusive no uso de novas tecnologias.

Na articulação de esforços coletivos para a definição de uma nova metodologia para o ensino de Direito na Fapas, entendemos que é fundamental ter como norte para nossas ações a preocupação com o processo de construção do conhecimento pautado nos pilares da educação: **aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros e aprender a ser**. Esses princípios perpassam uma educação transformadora do sujeito, que tem a possibilidade de se apropriar, ativamente, do conhecimento como forma de intervenção em sua realidade, desenvolver habilidades para agir de modo competente diante das necessidades individuais e coletivas, interagir no meio social, construindo e compartilhando novos saberes, e que se transforma constantemente para melhor viver em sociedade.

#### **5.4.1 Formação do repertório metodológico e participativo**

Considerando o perfil do egresso que o Curso de direito da Faculdade Palotina deseja formar, o aspecto metodológico se torna fundamental instrumento para que se concretize um curso cujo foco seja centrado no aluno, para que ele tenha desenvolvida sua capacidade de aprender com autonomia e criticidade. Para tanto, prioriza-se o uso de metodologias ativas na aprendizagem exploram experiências, a vivência de práticas sociais e o conhecimento prévio de cada sujeito.

Ainda, acredita-se que é por meio da problematização de situações reais e dos desafios do campo profissional jurídico, por práticas pedagógicas ativas, que se poderá gerar maior motivação, estímulo aos anseios pessoais de busca por novas informações,

desenvolvimento da reflexão, da criatividade, da comunicação argumentativa, oral e escrita, além, é claro, do aprimoramento do processo cognitivo e da efetiva construção do saber teórico, aplicado nas práticas realizadas.

Nesse viés, a proposta metodológica sugere que as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do curso de Direito da Fapas priorizem:

#### **5.4.2 Espaços coletivos de debate**

a. **Projeto Aula Aberta:** a metodologia de aulas abertas contempla a possibilidade de um professor, a partir de um dos conteúdos de sua disciplina, propor uma aula em conjunto com outras disciplinas, cuja a abordagem seja afim, acrescentando, ainda, a participação de convidados externos - com pesquisas e atuações relevantes na área abordada pela aula. Com isso, o espaço amplo de compartilhamento, entre os diversos semestres, desconstrói, no imaginário, a ideia da fragmentação conteudista como a única forma de se organizar o pensamento jurídico. Assim, ao se propor uma aula aberta, tem-se um espaço para o estabelecimento de um diálogo de entremeio, em que os professores/organizadores poderão perpassar os mais diversos temas, comuns à diversos conteúdos, de forma técnica e comum aos alunos, dos diversos semestre.

b. **Projeto Ágora:** Este espaço, mesmo sendo de prática metodológica, é extra-classe, e acontece uma hora antes do começo das aulas. Para tanto, coordenação de curso, professor e/ou diretório acadêmico podem propor um convite feito a algum professor/estudioso - tanto da IES quanto de fora - para que utilize esta uma hora para abordar temas, não necessariamente jurídicos, mas de interesse social, econômico, político, cultural ou qualquer outra temática que se entenda atual e relevante. Desta forma, cria-se: i) a cultura de que não só no espaço de sala de aula e durante o horário ordinário das aulas se produz conhecimento, mas que, em espaços de convivência ou na biblioteca, por exemplo, também se pode tratar sobre questões que de, alguma forma, dizem respeito ao Direito; ii) a produção do conhecimento jurídico vai além dos conteúdos imediatamente jurídicos, mas sim, deve contar com tantas quantas forem as áreas do conhecimento que possam contribuir para um profissional do Direito que seja o mais completo possível; iii) fatos e acontecimentos recentes ou que estão aconteceram merecem um espaço dedicado às suas apreciações, reflexão essa orientada por um estudioso da área que possa contribuir com a formação dos pensamentos e a reflexão dos acadêmicos.

c. **Projeto Conversa com o Pesquisador:** neste projeto, também extra-classe, a atividade acontece uma hora antes do horário formal de começo das aulas. Na ocasião, em espaços informais e descontraídos de encontro, os convidados são profissionais - tanto da FAPAS como externos - que desenvolvem pesquisas - nos mais diversos níveis - do/no Direito

ou em áreas transversais e de interesse. Tal proposta metodológica tem como principal objetivo dar a conhecer sobre as pesquisas nas áreas do Direito e afins, com vistas a disseminar a cultura dessa forma de produção de conhecimento e trata sobre como realizar pesquisa na área de ciências sociais e humanas.

Assim, para se somar às atividades de pesquisa propostas aos alunos ao longo do curso, para que atue, desde já, como pesquisador, a proposta “Conversa com Pesquisador” visa aproximar os alunos àquele profissionais que já desenvolvem pesquisas substanciais nas áreas de conhecimento do Direito ou a ele relacionada, para que haja o compartilhamento e o conhecimento das/sobre as práticas e produções acadêmicas.

d. **Projeto Carreiras Jurídicas:** nos mesmos moldes de propositura e realização dos projetos acima referidos, o objetivo do “Carreiras Jurídicas” é, especificamente, trazer diferentes profissionais, tantos da FAPAS quanto externos, para que estes compartilhem com os acadêmicos, a partir de relatos, suas trajetória profissional, sejam elas no ramo da advocacia, dos diversos concursos públicos, do magistério ou na iniciativa privada.

Com isto, o escopo da proposta é aproximar, dos alunos, os aspectos relacionados ao planejamento de carreira, ao empreendedorismo, aos desafios de gestão - seja ela pública ou privada - além de formar um espaço de network entre alunos e profissionais, familiarizar os acadêmicos com situações práticas e rotinas de cada uma das carreiras possíveis à formação e dar à conhecer as mais diversas possibilidades de atuação de um profissional do Direito.

#### **5.4.3 Demais orientações didático-metodológicas para o ensino de Direito na FAPAS**

a. **Aprendizagem baseada em situações reais:** a partir dessa orientação, tem-se, no ensino do Direito na FAPAS, que o ensino jurídico vai além da perspectiva tradicional do direito somente “lido na lei”. Espera-se, sim, um entendimento pensado no Direito “na prática”, ou seja, a aplicabilidade das legislações pelos Tribunais, os contornos dados a ela pelas práticas públicas e privadas, pelos agentes do Direito e pelas mais variadas instituições que acaba, por trazer ao Direito uma realidade distinta e muito mais complexa do que aquela posta, isoladamente, no texto legal. Assim, para que o aluno esteja efetivamente preparado, enquanto profissional, deve-se valorizar, efetivamente, o pluralismo das mais variadas fontes do Direito e de como elas funcionam no dia a dia da profissão, tanto em âmbito nacional como internacional.

Entende-se, para isso, que a metodologia de vivência, simulação e investigação de casos práticos permite aos estudantes adquirir conceitos teóricos integrados à necessidade reais, que o dia a dia exige dos profissionais do Direito, nos mais diversos âmbitos de atuação.

Desta forma, os estudantes, sob orientação/mediação dos professores, desenvolvem a habilidade de problematizar questões e buscam – individualmente ou em grupo e utilizando

métodos indutivos, dedutivos e dialógicos – interpretações coerentes e soluções possíveis para casos reais. Isso envolve pesquisar temáticas, avaliar situações e pontos de vista diferentes, realizar escolhas, assumir riscos, aprender pela descoberta e caminhar do simples para o complexo, haja vista as dificuldades das situações reais. O professor acompanha os alunos, mediando esse processo de tomada de consciência sobre processos, estabelecendo conexões até então não percebidas, superar etapas mais rapidamente e confrontar novas possibilidades, para uma resolutividade produtiva.

b. Sala de aula invertida: valoriza-se, nesta proposta, uma metodologia pela qual o professor assume, efetivamente, um lugar de mediação no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o aluno, por sua vez, responde, efetivamente, pelo protagonismo na busca pelo conhecimento, sendo que as atividades e pesquisa das informações básicas sobre temas ou problemas passam a ser demandas prévias que possibilitarão aos acadêmicos, a formação de uma pré-compreensão construtiva, acerca das temáticas a serem abordadas.

Posteriormente, em diferentes níveis de interação e por diferentes atividades, há o compartilhamento dos estudos prévios realizados entre os colegas e o professor, em progressiva ampliação da profundidade dessas abordagens. Sugere-se que isso se dê com participações que valorizem diferentes habilidades, como em dinâmicas grupais, projetos, discussões e sínteses, manifestações orais e escritas. Além disso, que também sejam feitas com vistas a estimular as diversas competências intelectuais, emocionais, pessoais ou comunicacionais relacionadas à integração social, trabalho em grupo, liderança, resolução de conflitos, comunicação, colaboração e criatividade.

c. Tecnologias para aprendizagem interativa e multimidiática: através da utilização de espaços como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), torna-se possível a dinamicidade e a inovação na apresentação de conteúdos. Os docentes têm, à disposição, a possibilidade de utilizar o AVA Fapas (Moodle) para a organização didática das disciplinas ou como repositório de materiais diferenciados (por se tratar de meio virtual), de modo a não só para facilitar o acesso, mas também diversificar a oferta de materiais, por poderem contar com as funcionalidades disponíveis em plataformas online.

d. Gamificação – teoria dos jogos para a resolução de desafios da aprendizagem. Estratégia que consiste em utilizar elementos de design de jogos em contexto que não seja de jogos, no caso, o ambiente presencial da sala de aula e do espaço virtual (AVA Fapas) como o objetivo de motivar e engajar os alunos a resolver diversos problemas de cunho teórico e prático.

Tais aspectos metodológicos são pospostos e se deseja que sejam implementados, mesmo que de forma gradual, aos docentes para uma inovação na prática pedagógica coerente com os objetivos do curso, com as habilidades e competências formativas pretendidas, preservando a diversidade e a pluralidade de estratégias didáticas que respeitem os diferentes estilos de aprendizagem de nossos estudantes. As estratégias metodológicas tornam-se base para as propostas pedagógicas que devem ser apresentadas aos estudantes através dos planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação coesa e integral no âmbito do curso de Direito.

## 6 OBJETIVOS

### 6.1 Objetivo geral

Oportunizar qualificação jurídica com visão global, crítica e humanística, para a inserção em setores profissionais, aptos a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

### 6.2 Objetivos específicos

- Problematizar conceitos, temáticas e problemas da tradição jurídica, a partir de uma análise crítico-investigativa que promova a autonomia do pensar e a ação transformadora junto à sociedade;
- Propiciar a construção de conhecimentos técnicos e ou científicos para atuar nas carreiras jurídicas, desenvolvendo atividades específicas da atividade profissional;
- Fomentar a iniciação científica para a qualificação de profissional apto a pesquisa jurídica;
- Instigar a qualificação profissional para resolução de litígios através de métodos consensuais judiciais e extrajudiciais,
- Estimular a qualificação e atuação jurídica voltada para as questões ambientais.
- Formar profissionais com conhecimentos e habilidades voltadas à área do Direito Público, para que suas atuações, tanto profissionais quanto cidadãs, sejam capazes de acompanhar, de forma crítica e responsável, a gestão dos recursos, atos e bens públicos, em todas as esferas.



## 7 JUSTIFICATIVA

Após a promulgação da Constituição de 1988, verificou-se no Brasil e, igualmente, em nosso Estado, uma ampliação da consciência da cidadania e, por conseguinte, o alargamento das esferas de litigiosidade, o que provocou o crescimento de demandas e da própria estrutura do Poder Judiciário, incrementando, sobremaneira, o papel que o bacharel em Direito desempenha na sociedade.

Esse panorama revela uma grande abertura para área do Direito, reivindicando a adequação do curso as novas necessidades gerais e regionais, devendo, para tanto, permitir a formação de profissionais aptos ao atendimento das reais demandas da sociedade.

As transformações sociais repercutem na esfera do Direito, ciência do dever ser, acarretando a necessidade de repensar-se os modelos tradicionalmente arraigados na cultura jurídica, a partir do ensino na graduação, que não pode mais ser confinado à simples transmissão de informações acerca das normas legais e de sua técnica de elaboração e aplicação.

Neste sentido, o processo curricular só pode ser compreendido e apreendido sob a ótica da interdisciplinaridade, porque o conhecimento humano não ocorre de forma linear, podendo ser ampliado e difundido, na medida em que os dados concretos da vida vão surgindo e reivindicando soluções. Deste modo forçosa é a conclusão, no sentido de que o currículo do ensino jurídico há de ser baseado em um conteúdo que se associa a um percurso de aprendizagem articulada.

Traçando princípios e normas aplicáveis a essa nova dimensão do ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.96) enfatiza que o ensino superior, além de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua, tem outras finalidades, entre as quais avultam o "estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo"; o incentivo do "trabalho de pesquisa e investigação científica"; a promoção de "extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição"

Inúmeras são as opções oferecidas pelo mercado de trabalho aos bacharéis em Direito, não havendo dúvida, entretanto, de que em qualquer uma delas há de se apreender e aprofundar a consciência da função social que desempenham, como elementos transformadores da sociedade, da qual jamais poderão apartar-se. Os profissionais do Direito devem ser adequadamente preparados, assimilando a síntese do teórico e do prático, no que diz respeito a conhecimentos básicos, sem postergar a sua qualidade de cidadão ou alhear-se da realidade social que os acolhe.

Desse modo, a formação acadêmica nas escolas vinculadas ao estudo do Direito solicita uma formação diferenciada, de modo que o jurista concilie informações técnicas com uma orientação pragmática e hábil a provocar o surgimento de um profissional ciente de que os fatos são dinâmicos e, por isso lhe exigindo o permanente exercício de tarefa reflexiva que o capacite à síntese dos instrumentos conceituais, técnicos, metodológicos e práticos, compatíveis com a função pública e social que o Direito desempenha na comunidade.

Em razão disso, as instituições de ensino superior devem reavaliar constantemente a sua capacidade de formar, no campo científico-profissional, os juristas que atuarão nessa sociedade, visto que o pluralismo jurídico e a porosidade do conhecimento são fatores presentes na realidade vivenciada, impondo a revisão dos métodos de conhecimento tradicionalmente consagrados.

As inúmeras transformações sociais pelas quais o país vem passando, motivadas, tanto pela inserção do país em uma economia globalizada, como também pelas reformas institucionais realizadas no âmbito dos três poderes, foram determinantes para o surgimento de novas demandas para o mercado profissional que dependem dos serviços jurídicos, remetendo a reflexão sobre o perfil dos profissionais do Direito e o ensino do Direito no Brasil.

As reformas legislativas introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e a adoção de importantes diplomas legais apontam para a imperiosa necessidade de redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do Direito e para o surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia. Neste cenário, toma destaque a temática ambiental que passa a ser incorporada às preocupações gerais da opinião pública, da administração pública, do Direito e das ciências em geral, propondo novas tarefas e demandando novas respostas à organização do Estado, da sociedade civil e do Direito contemporâneo.

Desta forma, busca-se oferecer uma visão transdisciplinar, com os vários elementos necessários para a compreensão e solução dos complexos problemas da sociedade brasileira, estimulando uma visão crítica e propositiva diante da realidade, oferecendo uma formação do bacharel em Direito que vai além do conteúdo das áreas tradicionais, contemplando novas habilidades e conhecimento onde se destaca os métodos alternativos de resolução de conflitos.

A partir de um currículo cuidadosamente concebido, espera-se qualificar um profissional diferenciado: com uma formação geral sólida que permita uma visão de conjunto suficiente para a atuação jurídica de forma crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística em atendimento às demandas da sociedade.

Este profissional deverá estar apto a atuar um mercado de trabalho competitivo e dinâmico de forma ativa e empreendedora e, no limite, tornar-se um formador das políticas públicas de que necessárias para o aprimoramento social.

Neste sentido, com o intuito de alcançar estes objetivos, fez-se mister uma reflexão à composição tradicional do currículo do ensino do Direito, no que tange ao conteúdo e a redefinição de prioridades, a partir da reestruturação de títulos, inserção de disciplinas

correlatas ao Direito e metodologias mais aproximadas a proposta do curso, cuja ênfase é a temática das áreas públicas e as práticas alternativas a resolução de conflitos.

Além disso, o Curso de direito da Faculdade Palotina possui como convicção o fato de que, ao estimular a formação dos acadêmicos nas áreas de atuação vinculadas ao Direito Público e suas correlações, está-se firmando comprometimento com a formação de profissionais e cidadãos mais críticos e responsáveis no que diz respeito ao acompanhamento das ações governamentais nas diversas esferas do país. No mesmo sentido, formam-se, no curso de Direito da FAPAS, egressos que, ao atuarem na área pública, enquanto servidores públicos, estarão mais preparados para serem gestores do coletivo e para trabalhar em prol do bem comum da sociedade, de forma que, com isso, os bons resultados de uma formação sustentável do ponto de vista humana e técnica são mais largamente alcançados.

## 8 PERFIL DO EGRESSO

O projeto pedagógico pretende garantir a formação do seguinte perfil do egresso:

1. Apresentar sólida formação humanística e axiológica que possibilite a compreensão do meio no qual está inserido nos aspectos social, político, econômico e cultural.
2. Apropriar-se e refletir criticamente o pensamento jurídico para promover a produção criativa do Direito em prol de práticas socialmente sustentáveis.
3. Expressar habilidades socioemocionais e reconhecer a diversidade de saberes para atuar como sujeitos qualificados às demandas profissionais, com senso ético para um exercício profissional comprometido com a responsabilidade social.
4. Compreender a dinâmica da mediação e dos meios adequados para resolução de contendas, enquanto possibilidade de transformação, ressignificação dos conflitos, contribuindo para o desenvolvimento da atividade profissional voltada ao diálogo, como instrumento para a cultura de paz.
5. Exercer competências voltadas ao Direito Público, em seus diversos âmbitos, com respeito à ordem constitucional, efetivação da justiça e o desenvolvimento da cidadania.
6. Demonstrar domínio acerca dos conteúdos teóricos especializados nas áreas de Direito Militar e todos os seus desdobramentos, formação essa vinculada ao Direito Público e que caracteriza a especialização relacionada às áreas de segurança pública e de defesa.
7. Compreender os impactos das novas tecnologias na área jurídica, estando preparado para exercer com excelência os desafios profissionais de acesso à justiça nesse contexto.

### 8.1 Competências e habilidades

Tendo como orientação o artigo 4º da Resolução MEC/CNE/CES 05/2018, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Palotina busca estimular competências que possibilitem ao aluno:

I – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II – demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III – demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI – desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII – atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X – aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI – compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII – possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII – desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV – apreende conceitos deontológicos-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

## **8.2 Áreas de atuação**

O egresso do Curso de Direito tem uma vasta área de atuação profissional que se materializa nas inúmeras possibilidades de dedicação profissional na área do Direito. Entre tantas possibilidades destacam-se as seguintes carreiras jurídicas: advogado, defensor público, juiz de direito, promotor de justiça, procurador, delegado de polícia, diplomata, professor universitário, pesquisador, assistente judiciário, além da atuação na mediação de conflitos e nas áreas de direito público, nos diversos campos possíveis.

A construção da estrutura curricular materializadora da proposta pedagógica do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Palotina constitui-se de um conjunto articulado de disciplinas e atividades educacionais, cuja carga horária perfaz um total de 3.780 horas, distribuídas em 10 semestres. Nesta carga horária estão contempladas as disciplinas obrigatórias, optativas, atividades complementares de graduação e ações de extensão.

Esta estrutura curricular é fruto ampla discussão com a comunidade acadêmica, para implantação no ano de 2023 para os ingressantes no Curso a partir de 2023, após estudos focados, em especial, na análise do perfil do egresso e da curricularização da extensão, estudos estes encampados pelo colegiado do Curso.

## 9.1 Organização curricular

A matriz curricular propõe um entrelaçamento e um comprometimento entre a formação humanística e teórica e a formação profissionalizante, apontando para a construção de um bacharel que perceba o Direito como um todo e não apenas um conjunto superposto de textos normativos. A matriz curricular se desdobra em disciplinas obrigatórias, por tanto fixas, e disciplinas complementares de graduação, que podem ser elegidas pelos acadêmicos dependendo do seu interesse. A seguir estão elencadas as disciplinas obrigatórias com suas respectivas cargas horárias e semestre de alocação e as disciplina complementares, com as respectivas cargas horárias.

### 9.1.1 Disciplinas obrigatórias

<b>Disciplina</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Semestre</b>
Introdução ao Estudo do Direito	60h	1º
Psicologia Jurídica	60h	1º
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60h	1º
Direito Constitucional Teoria Constitucional, Direitos Fundamentais e Extensão em Direito Constitucional	60h	1º
Teoria Geral do Direito Civil	60h	1º
Disciplina Complementar de Graduação	30h	1º
Disciplina Complementar de Graduação	30h	1º
Fundamentos de Economia	60h	2º
Filosofia Jurídica	45h	2º
Direito Penal: Teoria Geral do Delito	60h	2º

Produção Discursiva e Comunicação Jurídica	60h	2º
Direito Constitucional: Organização Político Administrativa do Estado	60h	2º
Métodos e Técnicas de Pesquisa e Extensão	30h	2º
Direito das Obrigações	60h	2º
Direito Penal: Teoria e aplicação da Pena	60h	3º
Teoria Geral e Crítica do Processo	60h	3º
Direito Digital e Desafios Tecnológicos	30h	3º
Criminologia e Políticas Públicas	30h	3º
Teoria Geral da Empresa e Tipos Societários	60h	3º
Sistema de Proteção de Direitos Humanos	30h	3º
Teoria Geral dos Contratos	60h	4º
Práticas Extensionistas	30h	4º
Direito Penal: Crimes em espécie	60h	4º
Direito Processual Civil: Princípios Gerais e Características	60h	4º
Negócios Jurídicos Empresariais	60h	4º
Gestão, recuperação e falência de empresas	60h	4º
Direito Penal: Crimes contra a administração pública	60h	5º
Direito Individual do Trabalho	60h	5º
Direito Processual Penal: princípios gerais e características	60h	5º
Contratos em Espécie	60h	5º
Formação Humanística e Missão Palotina	30h	5º
Sociologia e Antropologia Jurídica	30h	5º
Direito Reais	60h	5º
Direito Processual Civil: Rito, Manifestação e provas	60h	5º

Dirieot Processual Civil: Decisões e Meios de impugnação	60h	6º
Direito Processual Penal: provas, prisões e sentença	60h	6º
Contratos Especiais de trabalho e direito coletivo	60h	6º
Administração Pública: Organização e agentes públicos	60h	6º
Direito do Consumidor	30h	6º
Direito Ambiental e sustentabilidade	30h	6º
Direito Ambiental: Legislação e Procedimentos	60h	7º
Direito Processual Penal: Procedimentos, recursos e ações de impugnação	60h	7º
Direito Administrativo: Licitações, Serviços Públicos e Controle da Administração	60h	7º
Prática Jurídica Trabalhista e extensão em Direito do Trabalho	60h	7º
Direito Processual Civil: Atos Executórios e Procedimentos Especiais	60h	7º
Direito Processual do Trabalho	60h	7º
Direitos Internacional	60h	8º
Direito da Seguridade Social	60h	8º
Direito das Famílias	60h	8º
Prática Jurídica Civil e Extensão em Direito Civil	60h	8º
Prática Jurídica Penal e Extensão em Direito Penal	60h	8º
Métodos de Resolução de Conflitos	60h	8º
Direito Financeiro e Tributário	60h	9º
Bioética e Biodireito	30h	9º
Direito Eleitoral	30h	9º
Direito das Sucessões	60h	9º
Direito do Idoso, Criança e Adolescente	30h	9º
Trabalho de Conclusão de Curso I	30h	9º



Prática Jurídica Real I	60h	9º
Disciplina Complementar de Graduação	60h	9º
Direito Agrário e Sustentabilidade	60h	10º
Ética Profissional	30h	10º
Direito Urbanístico e Políticas Públicas Urbanas	60h	10º
Direito Tributário	60h	10º
Trabalho de Conclusão de Curso II	60h	10º
Prática Jurídica Real II	60h	10º

### 9.1.2 Disciplinas complementares

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direito penal e processual penal militar: 30h</li> <li>- Direito Administrativo e Disciplinar Militar: 30h</li> <li>- Crimes Militares por Extensão: legislação especial: 30h</li> <li>- Negociação, Mediação e Conciliação de Conflitos aplicados a atividade Militar: 30h</li> <li>- Direito Humanitário e Internacional Militar; 30h</li> <li>- Práticas Restaurativas na gestão e transformação de conflitos: 45h</li> <li>- Práticas em mediação: 60h</li> <li>- Arbitragem: 30h</li> <li>- Justiça restaurativa: 30h</li> <li>- Resolução de conflitos no âmbito escolar, comunitário e organizacional: 30h</li> <li>- Práticas Dialógicas e Comunicação não violenta – 45h</li> <li>- Tópicos em Direito Público: 30h</li> <li>- Tópicos em Direito Privado: 30h</li> <li>- Procedimentos especiais: 30h</li> <li>- Gestão Pública: 30h</li> <li>- Desafios Jurídicos: Perspectivas de Ação/Atuação: 30h</li> <li>- Tópicos Especiais de Complementação do Saber Jurídico: 30h</li> <li>- Libras: 30h</li> <li>- Direito e Equidade de Gênero: 30h</li> </ul>
---

### TOTALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DOS CRÉDITOS

Disciplinas	Carga horária	Créditos
1. Disciplinas Obrigatórias	3060	204
2. Disciplinas de Prática Jurídica	300	20
2. Disciplinas Complementares de Graduação	120	08
3. Atividades Complementares	300	20

4. Atividades de Extensão	378	-
<b>Total</b>	<b>3.780</b>	<b>252</b>

## 9.2 Disciplinas obrigatórias do núcleo rígido

<b>Natureza do conteúdo</b>	<b>Disciplina</b>
Formação Fundamental	Sociologia e Antropologia Jurídica Ciência Política e Teoria Geral do Estado Ética Profissional Filosofia Jurídica Fundamentos de Economia; Produção Discursiva e Comunicação Jurídica; Métodos e Técnicas de Pesquisa e Extensão; Psicologia aplicada ao Direito
Formação Profissional	Bioética e Biodireito Criminologia e Políticas Públicas Administração Pública: Organização e Agentes Públicos Direito Agrário e do Agronegócio Direito Ambiental Sustentabilidade Teoria Geral do Direito Civil Direito das Obrigações Teoria Geral dos Contratos Contratos em Espécie Direitos Reais Direito das Famílias Direito das Sucessões Direito Constitucional Direito da Seguridade Social Direito do Consumidor Direito do Idoso, Criança e Adolescente Direito do Trabalho Direito Empresarial Direito Financeiro e Tributário Direito Humanos Direito Internacional Direito Eleitoral Direito Penal Direito Processual Civil Direito Processual Penal Direito Processual Trabalhista Direito Urbanístico Introdução ao Estudo do Direito Métodos de Resolução de Conflitos Trabalho de Conclusão de Curso I e II Teoria Geral do Direito Teoria Geral e Crítica do Processo
Formação Prática	Prática Jurídica Civil e Extensão em Direito Civil Prática Jurídica Penal e Extensão em Direito Penal Prática Jurídica Real I e II Prática Jurídica Trabalhista e Extensão em Direito do Trabalho Práticas Extensionistas

### **9.3 Sistema de pré-requisitos**

No intuito disponibilizar uma matriz curricular com flexibilidade e agilidade sem prejudicar a integralização curricular adotou-se um sistema de pré-requisitos cuja funcionalidade permitir uma seqüência curricular mínima que possibilite o alcance de um padrão de excelência na formação do egresso.

Assim, foi deixado de lado um sistema de pré-requisitos tradicional e com uma rigidez excessiva, em um contexto de formações cada vez mais dinâmicas dos alunos, adotando-se, em seu lugar, um sistema mais flexível que privilegia requisitos genéricos para grandes grupos de disciplinas que se assemelhem conteudisticamente. Leva-se em conta, da mesma forma, a possibilidade de estímulo da criação da autonomia dos acadêmicos que poderão conhecer os conteúdos de forma diferente de uma condição preexistente e pensada de forma estanque, para uma possibilidade que exige postura ativa do acadêmico, na busca de uma formação transdisciplinar.

Essa ligação obrigatória mínima entre algumas disciplinas também visa uma instrumentalização teórica básica, que possibilite ao aluno um enfrentamento eficaz de conteúdos futuros. Isto também se torna possível na medida em que a dinâmica de integralização do curso ocorre mediante uma progressão sequencial de conteúdos organizados em grandes linhas de interesse.

### **9.4 Estágio curricular**

Com a obrigatoriedade do estágio profissional, para atender à Lei n. 8.906/94 e à Portaria Ministerial n. 1.886/94, passou a ser exigida dos cursos de Direito a manutenção de um Núcleo de Prática Jurídica. A delimitação das atividades a serem desenvolvidas sob a forma de Estágio Supervisionado deu especial relevância às atividades práticas (procedimento e forma) do Direito, a serem desenvolvidas na segunda metade do curso.

A estruturação do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Palotina obedece a uma diretriz didático-pedagógica fundamental que exige a realização de atividades simuladas e o enfrentamento de casos reais com atendimento direto à população. Para tanto, o Núcleo Palotino de Prática Jurídica está estruturado em Laboratórios Jurídicos (simulação) e em um Escritório de Assistência Jurídica com profissionais habilitados aptos à orientação do aluno, além de uma secretaria.

Compõem as atribuições do Núcleo Palotino de Prática Jurídica:

- a) a coordenação (supervisão, controle e orientação) do estágio de prática jurídica;
- b) o acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas pelos alunos do Curso de Direito e/ou em parceria ou convênios com outros cursos da Universidade;
- c) a manutenção do serviço de atendimento judicial à comunidade carente;

- d) a integração à Coordenação de Pesquisa e Atividade Complementar, visando o desenvolvimento de projetos de pesquisa jurídica e extensão comunitária;
- e) a elaboração de processos simulados, com redação de peças profissionais e atos processuais, nas áreas de Processo Civil, Penal e Trabalhista, privilegiando a simulação de audiências, sustentações orais em Tribunais, atuação no Tribunal do Júri, treinamento de técnicas de negociação coletiva, conciliação e arbitragem;
- f) a informação prática e detalhada sobre o funcionamento da organização judiciária, da organização institucional da Magistratura, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados, com esclarecimento permanente dos Estatutos da Advocacia e do Código de Ética Profissional, bem como das Leis Orgânicas das carreiras públicas;
- g) a organização e a execução de visitas às diversas agências públicas de aplicação e execução da lei;
- h) o estímulo à participação efetiva dos alunos em atividades de assistência judiciária extra-estatais, como clubes de bairros, associações de moradores, escolas, ONGs, círculos de pais, sindicatos, etc.;
- i) a realização de atividades reais e simuladas de Mediação e Arbitragem.

O desenvolvimento das atividades simuladas de estágio ocorrerá em salas devidamente preparadas para tais atividades, bem como em laboratórios que possibilitem a realização de representações com semelhança de todas as modalidades de atos e ritos que compõem as principais atividades forenses cotidianamente enfrentadas pelos diversos atores jurídicos.

É relevante destacar neste aspecto que, necessária e obrigatoriamente, todos os alunos que estejam matriculados nas disciplinas de Estágio nas quais serão desenvolvidas práticas reais com o atendimento de casos concretos deverão frequentar, sequencialmente, o Núcleo de Prática Jurídica nos cinco últimos semestres do curso. Esta exigência poderá ser excepcionada através da participação dos alunos em estágios reais oferecidos por entidades públicas ou privadas que mantenham convênio para tal fim com o curso.

A realização das atividades de estágio regidas pelo Núcleo de Prática Jurídica, que abrange as cinco práticas descritas na matriz curricular, quais sejam, Prática Jurídica Trabalhista, Prática Jurídica Civil, Prática Jurídica Penal, Prática Jurídica Real I e Prática Jurídica Real II todas regidas pela normatização específica do estágio curricular constante no anexo II deste projeto pedagógico.

## **9.5 Trabalhos de Conclusão de Curso**

Com vistas a consolidar o desenvolvimento da pesquisa e a produção de conhecimento científico, enquanto um dos eixos da graduação, o aluno deverá apresentar, no último semestre do Curso, como condição da sua titulação, um trabalho escrito em forma de artigo científico, sob orientação de professor do Curso. O Trabalho de Conclusão do Curso de Direito da Faculdade Palotina consiste em pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de artigo

científico, em qualquer área do conhecimento jurídico, no âmbito das linhas de pesquisa do Curso.

Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos alunos do Curso de Graduação em Direito a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito. Em regulamento próprio, documento institucional firmado para este fim, constam as regras e diretrizes que devem ser observadas pelos acadêmicos do Curso.

### **9.6 Atividades Complementares de Graduação – ACG**

As Atividades Complementares de Graduação, entendidas como aquelas componentes da parte flexível do Currículo, têm por escopo permitir uma formação humana e profissional do acadêmico através de uma ampla possibilidade de escolha quanto ao direcionamento profissional pretendido e, sobretudo, ampliando a interdisciplinaridade almejada pelo Curso.

Nesse passo, em atenção às diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC), relativamente aos limites mínimo (5%) e máximo (10%) da carga horária total do Curso, às Atividades Complementares de Graduação do Curso de Direito da FAPAS corresponderão o total de 300 (trezentas) horas. O Regulamento normatizador das ACGs encontra-se no Anexo I do presente Projeto.

### **9.7 Disciplinas Complementares de Graduação – DCGS**

As disciplinas complementares de graduação obedecem a orientação de flexibilização curricular, adequando o núcleo rígido a necessidade e aos interesses da comunidade acadêmica. Como política para oferecimento das disciplinas complementares de graduação, tem-se a análise semestral do colegiado do Curso que em atenção às demandas da comunidade acadêmica define as disciplinas que serão ofertadas semestralmente. Como rol mínimo de disciplinas são apresentadas as constantes disciplinas constantes no item 9.1.2. deste projeto.

Neste PPC 2023, entende-se que as DCG's se tornam instrumentos que identificam as principais matrizes a serem desenvolvidas pelo curso e as especialidades que se espera dos acadêmicos: o perfil adepto e especializado em métodos compositivos de solução de conflitos, a formação técnica humanizada, a especialidade no direito público e o viés da formação no Direito Militar, em diversos aspectos. Assim, verifica-se que, para além da formação geral trazida pelo curso, a identidade do Direito da FAPAS se faz, em muito, pelas disciplinas optativas oferecidas ao longo da graduação, que mantém as linhas que formam a identidade do Curso.

## **9.8 Ações Curriculares de Extensão - ACES**

Da carga horária total da estrutura curricular do curso de Direito e ponderadas as diversas demandas humanísticas e técnicas já mencionadas e que se pretende oportunizar aos acadêmicos, ao longo de sua formação, a matriz curricular 2023 foi pensada trazendo ênfase as atuações extensionistas dos acadêmicos.

De modo geral, pode-se descrever uma matriz cujo cuidado fora distribuir, de forma equilibrada, durante todo o curso, as ações de extensão, de modo que, de fato, representem a inserção do aluno na comunidade onde a IES está. Da mesma forma, tratam-se de propostas de carga horárias possíveis de cumprimento, sempre aliadas a análise teórica dos institutos teóricos envolvidos.

Ainda, cuidou-se de vincular a extensão nas diversas áreas do direito, ou seja, Direito Público e Privado terão atividades extensionistas vinculadas as suas cadeiras, além da própria disciplina de Métodos e Técnicas de Resolução de Conflitos, a qual, representa, fortemente a identidade do Curso de direito da FAPAS, sendo ela instrumento importante de inserção dos nossos alunos na sociedade, via atuação prática.

A ciurricularização da extensão não retirou disciplinas da matriz vigente até então, mas sim, identificou aquelas cujo perfil mais se coadunava com as possibilidades extensionista e as aprimorou para tanto. Todas as disciplinas planejadas para compor este núcleo de extensão, mesmo sendo autônomas, possuem vinculação, como já referido, com uma disciplina de mesma temática, mas de viés teórico, justamente para que toda a atividade de extensão feita seja de origem científica.

Esse movimento de curricularização da extensão, ao fim e ao cabo, reconhece a importância da desta atuação prática e externa à IES no processo de formação de um acadêmico de Direito. Garante-se, com isso, sustentabilidade - de diversas ordens - às relações ao se conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, atribuindo aos acadêmicos do curso de Direito uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

## **9.9 Disciplinas híbridas no curso de Direito da FAPAS**

Uma realidade atual que se passou a conhecer através do feedback dos próprios alunos e professores foi a necessidade de se estimular uma aprendizagem estratégica e mais assertiva na rotina dos alunos, em razão da sobrecarga de trabalho externo, que deve se ligar à rotina acadêmica, haja vista o perfil do aluno do Direito FAPAS. Em razão da necessidade de estudos, preparação prévia e da quantidade de disciplinas no curso, os alunos passaram a priorizar tarefas em detrimento de outras, sem dar conta de um tempo efetivo de estudo, conforme a melhor habilidade de cada um.

Uma das formas que se pensou, para atacar essa questão da sobrecarga, tão mencionada e conhecida na atualidade, pensou-se em estimular a aprendizagem mais profunda e dedicada dos conteúdos, a Coordenação da Graduação empreendeu uma grande reforma do currículo, reduzindo o número de disciplinas com encontros presenciais semanais, tornando essa rotina mais flexível às realidades dos discentes, utilizando-se, para tanto, o apoio da tecnologia e as disciplinas híbridas.

Por meio dessa medida, os estudantes passam a ser capazes de dedicar um turno inteiro da semana para organizarem seus estudos, dedicando outros horários para acompanhamento de algumas disciplinas de encontros presenciais alternados e de aulas, em sua maioria, assíncronas.

Isso se torna possível porque os recursos tecnológicos, sua disponibilização, suficiência devem ser geridos em consonância com os projetos de cursos e outras atividades presenciais e a distância a serem executadas pela Instituição, indo ao encontro de suas necessidades. Nesse sentido o curso conta os recursos e infraestrutura tecnológicas necessárias para atender a demanda dos acadêmicos e professores nas disciplinas híbridas, que serão estruturadas com apoio do AVA mas com encontros presenciais periódicos com os professores, também. Além disso, os profissionais e equipes de suporte e apoio técnico devem atender às demandas de docentes e discentes que se utilizam dos dispositivos e infraestrutura de do ambiente virtual, nas suas atividades educativas.

A Instituição disponibiliza o Centro de Processamento de Dados - CPD que organiza o sistema acadêmico e a configuração e manutenção do ambiente virtual Moodle tendo em vista a operacionalização técnica. A esfera acadêmica, gerenciada dentro do sistema acadêmico e no ambiente virtual Moodle, é organizada pelo Setor de Registro Acadêmico - SERCA. A Equipe Multidisciplinar irá organizar, dinamizar e acompanhar junto com os professores e os orientadores educacionais os materiais acadêmicos que os estudantes terão acesso.

### **3.8.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle)**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado para a organização da oferta de disciplinas semipresenciais e ou disciplinas na modalidade EaD é o Moodle (Modular Object Oriented Distance Learning Environment). O ambiente Moodle possibilita a utilização de diversos recursos midiáticos, linguagens e elementos de comunicação para oferecer muito além de acesso aos conteúdos, mas principalmente, viabilizar a construção do conhecimento através da interação dos sujeitos e grupos envolvidos no processo de aprendizagem. Para isso, é oferecido aos usuários possibilidades de interação via fóruns, chats, mural de recados e mensagens individuais. Além disso, através do ambiente Moodle, acadêmicos matriculados terão acesso ao conteúdo da disciplina.

Dentre os recursos do Moodle destacam-se:

a) Fórum: é uma ferramenta que permite os participantes terem discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período de tempo. É utilizado para tirar dúvidas, ou para discussões acerca de temáticas da área.

b) Glossário: é uma ferramenta interativa que permite aos participantes criar e manter uma lista de definições, como um dicionário, ou coletar e organizar recursos ou informações.

c) Vídeos: serão disponibilizados vídeos pelos docentes que trabalharão em cada módulo com as apresentações do conteúdo de cada disciplina. Ainda, no AVA é possível indicar vídeos hospedados em outras páginas da web por meio de links. A Faculdade Palotina disponibiliza aos professores e acadêmicos um estúdio com todos os equipamentos necessários e pessoal técnico para a gravação dos vídeos e transmissão das aulas ao vivo se necessário.

d) Material digital para leitura: os docentes poderão disponibilizar textos, livros (ou indicação de livros), artigos ou polígrafos, para que os participantes possam ter acesso para leitura, download ou impressão.

e) Chat: essa ferramenta permite que os alunos e os docentes se reúnam em horário preestabelecido para discutir conteúdo, tirar dúvidas ou elaborar apresentações de trabalhos, de forma síncrona.

e) Tarefas: permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários, de acordo com as particularidades de cada módulo. Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo. Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado.

Os estudantes também terão disponível no AVA, as ferramentas de Navegação, Administração (gerenciamento do perfil de usuário), as ferramentas de interação (mensagem) e ferramentas de acompanhamento (relatórios de notas e atividades).

Além do Moodle, outras formas de comunicação facilitam a interação entre as partes, sendo elas: os murais físicos informativos na Faculdade, correio eletrônico, ligação telefônica, videoconferência. A Faculdade disponibiliza acesso à internet com banda larga de qualidade, além de disponibilizar projetores multimídia, para uso nos encontros presenciais, quando necessário, bem como laboratórios de informática, biblioteca física e virtual, incluindo também o acesso ao canal da Ouvidoria.

Essas inovações tecnológicas se fazem presentes nas metas Institucionais e são parte integrante do PDI em vigência. E estas serão concretizadas com auxílio do programa TOTVS S.A., O "RM Educacional", em consonância com a plataforma Moodle.



Em 2015 a FAPAS deu início a implantação do sistema educacional da TOTVS S.A. O “RM Educacional”. No final de 2019 a FAPAS implementou a Plataforma Moodle e os estudantes e professores tem acesso a essa sala de aula virtual. Todas as disciplinas do curso presencial que estão no RM migraram automaticamente para o Moodle e ali os professores tiveram seu espaço para postar seus vídeos, textos, fazer fóruns, avaliações, postagens de trabalhos, os estudantes puderam se comunicar com os professores, postar suas atividades, ter acesso a textos complementares, ter acesso ao link da conta do Google Meet para as intervenções em tempo real. Terão acesso aos links das aulas gravadas, aos links dos vídeos disponibilizados e aos textos de leituras básicas e ou complementares.

Esta ferramenta de gerenciamento do aprendizado via web e em ambientes físicos, proporcionará aos usuários uma nova experiência de uso, em que os acadêmicos terão a capacidade ampliada de interações, com comunidades, documentos e processos. Tendo presente essa ferramenta, desde 2020 a Faculdade já colocou em prática as disciplinas semipresenciais.

Por fim, salientamos que os ambientes virtuais no ensino superior já são uma realidade atuante e eficaz no nosso cenário nacional, e é desejo da FAPAS acompanhar esse desenvolvimento tecnológico oferecendo um ensino de qualidade que também capacita nossos discentes a interagirem com novas tecnologias.

## 10 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

### 10.1 Disciplinas Obrigatórias

#### 1º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
DIR111	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer e interpretar o fenômeno jurídico e suas relações com a ética e a justiça. Analisar os diversos ramos em que se distribui o ordenamento jurídico vigente e tendo sempre como baliza a sistemática jurídica do Direito Constitucional, dando assim ao Direito uma perspectiva humana, social e política.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> direito como ciência; justiça e o direito; direito e a norma</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – O ESTUDO DO DIREITO COMO CIÊNCIA            UNIDADE 2 – A JUSTIÇA E O DIREITO            UNIDADE 3 – O DIREITO E A NORMA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b>            DINIZ, Maria Helena. <b>Compêndio de introdução à ciência do direito.</b> 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 580 p.            FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. <b>A ciência do direito.</b> 2. ed. São Paulo: Atlas: 2009.</p>		

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

**COMPLEMENTAR**

CRETELLA JUNIOR, José. **Primeiras lições de direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.p.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, 418 p.

POLETTI, Ronaldo. **Introdução ao direito**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da norma jurídica**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

TELLES JUNIOR, Goffredo. **Iniciação na ciência do direito**. São Paulo: Saraiva, 2001.

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
699	<b>CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO</b>	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar, criticamente, os conceitos da Ciência Política em torno das relações de Poder, especialmente o fenômeno Estado, através de sua origem, evolução histórica, estrutura essenciais a sua existência, formas e regimes de governo e incidência deste universo diretamente na formação do Bacharel em Direito.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Fundamentos da ciência política e teoria geral do Estado; A sociedade; O estado; Estado na Teoria Política Moderna; Poder e a legitimidade do poder político. Estado, poder e governo. Fundamentos da democracia.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO  UNIDADE 2 – A SOCIEDADE  UNIDADE 3 – O ESTADO: origem, formação e evolução  UNIDADE 4 – O ESTADO NA TEORIA POLÍTICA MODERNA  UNIDADE 5 – O PODER DO ESTADO E A LEGITIMIDADE DO PODER POLÍTICO  UNIDADE 6 – ESTADO, PODER E GOVERNO  UNIDADE 7 – FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. <b>Elementos da teoria geral do Estado</b>. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>MORAIS, José Luis Bolzan de; STRECK, Lenio Luiz. <b>Ciência política e teoria do Estado</b>. 5 ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.</p> <p>WEFFORT, Francisco C. (Org.). <b>Os clássicos da política</b>. São Paulo: Ática, 2001, 2v.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BOBBIO, Norberto. <b>Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2009.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. <b>Ciência política</b>. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. <b>Teoria do estado</b>. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2007.</p> <p>DE CICCIO, Claudio. <b>Teoria geral do estado e ciência política</b>. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.</p> <p>MALUF, Sahid. <b>Teoria geral do Estado</b>. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
705	TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Construir uma visão sistemática do Direito Civil, preparando o estudo dos institutos civis que se seguirão; demonstrar que o Direito Civil está inserido numa realidade em constante transformação, que sofre influências determinantes dos fatores políticos, econômicos e culturais da sociedade e por isso deve ser reconhecida a importância do tempo e seus reflexos na relação jurídica.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Direito Civil numa visão panorâmica; Sujeitos de Direito; Domicílio; Bens Jurídicos; Fatos e Atos Jurídicos; Negócio jurídico; Ato Ilícito; Prescrição e Decadência.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – O DIREITO CIVIL NUMA VISÃO PANORÂMICA  UNIDADE 2 - SUJEITOS DE DIREITO  UNIDADE 3 - DOMICÍLIO  UNIDADE 4 - BENS JURÍDICOS  UNIDADE 5 - FATOS E ATOS JURÍDICOS  UNIDADE 6 - NEGÓCIO JURÍDICO  UNIDADE 7 - ATO ILÍCITO  UNIDADE 8 - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. <b>Novo curso de direito civil:</b> parte geral. 12. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1  GONÇALVES, Carlos Roberto. <b>Direito civil brasileiro:</b> parte geral. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. v.1  TARTUCE, Flávio. <b>Direito Civil:</b> parte geral. São Paulo: Método.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>DINIZ, Maria Helena. <b>Curso de direito civil brasileiro:</b> teoria geral do direito civil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1  PEREIRA, Caio Mário da Silva. <b>Instituições de direito civil.</b> 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v.1  RODRIGUES, Silvio. <b>Direito civil:</b> parte geral. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v.1  TEPEDINO, Gustavo. <b>Temas de direito civil.</b> 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.  ____ (org.); FACHIN, Luiz Edson (coord.) <b>Diálogos sobre direito civil.</b> Rio de Janeiro: Renovar, 2008.  VENOSA, Silvio de Salvo. <b>Direito civil:</b> parte geral. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. v.1</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1701	<b>TEORIA CONSTITUCIONAL, DIREITOS FUNDAMENTAIS E EXTENSÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer a evolução da ciência de Direito Constitucional; Analisar as crises de juridicidade das Constituições e seus princípios, visando a compreensão do sistema constitucional. Analisar, de forma sistemática e técnica, a Constituição Brasileira de 1988. Identificar, a partir de uma análise crítica, os problemas jurídico-constitucionais.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> O Direito Constitucional; A Constituição; Sistema constitucional; O poder constituinte; Teoria das normas constitucionais; Evolução político constitucional do Brasil; Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais; Princípios fundamentais; Princípios constitucionais do Estado brasileiro; Direitos e garantias fundamentais</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – O DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO  UNIDADE 2 – SISTEMA CONSTITUCIONAL E PODER CONSTITUINTE  UNIDADE 3 – A TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS  UNIDADE 4 – EVOLUÇÃO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DO BRASIL  UNIDADE 5 – INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS  UNIDADE 6 – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS  UNIDADE 7 – OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO  UNIDADE 8 – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b>  SILVA, José Afonso da. <b>Curso de direito constitucional positivo</b>. 19. ed. São Paulo : Malheiros, 2009  MORAES, Alexandre de. <b>Direito constitucional</b>. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.  BONAVIDES, Paulo. <b>História constitucional do Brasil</b>: 5 ed. Brasília: OAB Editora,2004.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  PIVA, Otavio. <b>Comentários ao artigo 5º da constituição federal de 1998</b>. São Paulo: Método,2000.  PAULO, Vicente &amp; ALEXANDRINO, Marcelo. <b>Direito constitucional descomplicado</b>. 4. ed. São Paulo: Método, 2009.  TEMER Michel, <b>Elementos de direito constitucional</b>. 19. ed. São Paulo: Malheiros,2003.  HOLTHE, Leo Van. <b>Direito constitucional</b>. 3. ed. Editora PODIVM, 2007.  ALEXANDRINO, Marcelo &amp; PAULO, Vicente. <b>Direito administrativo descomplicado</b>. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2007.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1049	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Mostrar como a Psicologia se integra com o Direito e como poderá auxiliar profundamente no entendimento de todas as causas que envolvem a atuação profissional, pensar as situações e poder entender o porquê das atitudes dos indivíduos, principalmente quando se envolvem em delitos.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Introdução à psicologia; Formação da personalidade; Transtornos da personalidade; O poder: irresistibilidade e resistência; Violência e gênero; O encarceramento e suas alternativas: para uma inserção social; Estado, bem cultural e objetivação do super-ego.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1- INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA  UNIDADE 2- FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE  UNIDADE 3 - TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE  UNIDADE 4 - O PODER: IRRESISTIBILIDADE E RESISTÊNCIA  UNIDADE 5 - VIOLÊNCIA E GÊNERO  UNIDADE 6 - O ENCARCERAMENTO E SUAS ALTERNATIVAS: PARA UMA INSERÇÃO SOCIAL  UNIDADE 7 - ESTADO, BEM CULTURAL E OBJETIVAÇÃO DO SUPER-EGO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b>  <b>BASICA</b>  FIORELLI, José Osmir. <b>Psicologia aplicada ao direito</b>. São Paulo: L Tr. 2006.  TABORDA, CHALLUB, ABDALLA-FILHO, et all. <b>Psiquiatria forense</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.  FAYET JUNIOR, Ney (Org); MAYA, André Machado (Org). <b>Ciências penais e sociedade complexa</b>. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.  _____, (Org); MAYA, André Machado (Org). <b>Ciências penais e sociedade complexa II</b>. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  LAMBERT&amp;KINSLEY. <b>Neurociência clínica</b>. Porto Alegre: Artmed, 2006.  KAPLAN&amp;SADOCK. <b>Manual conciso de psiquiatria clinica</b>. Porto Alegre: Artmed, 2008.  DSM IV (4ª edição) Porto Alegre: Artmed, 2003.  AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. <b>Diretrizes para o tratamento de transtornos psiquiátricos</b>. Porto Alegre: Artmed, 2006.  FREUD, Sigmund. <b>Obras completas</b>. Rio de Janeiro, Imago.</p>		

## 2º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
700	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer as teorias econômicas, os aspectos jurídicos da intervenção do Estado na economia e a função social desta intervenção. Construir uma visão crítica acerca da ordem econômica nacional</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Origem do capitalismo; Corrente de pensamento econômico; Moeda e crédito; Inflação; Preços no mercado; Estrutura da teoria macroeconômica; Comércio internacional; Desenvolvimento e o subdesenvolvimento capitalista</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – ORIGEM DO CAPITALISMO  UNIDADE 2 – CORRENTE DE PENSAMENTO ECONÔMICO  UNIDADE 3 – A MOEDA E CRÉDITO  UNIDADE 4 – INFLAÇÃO  UNIDADE 5 – OS PREÇOS NO MERCADO  UNIDADE 6 – A ESTRUTURA DA TEORIA MACROECONOMICA  UNIDADE 7 – O COMÉRCIO INTERNACIONAL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>GASTALDI, J. Petrelli. <b>Elementos de economia política</b>. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.  NUSDEO, Fábio. <b>Curso de economia: introdução ao direito econômico</b>. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.  SOUZA, Nali de Jesus de. <b>Economia básica</b>. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>HUNT, E. K., <b>História do pensamento econômico</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.  MANKIW, G. N. <b>Introdução à economia: princípios de microeconomia e macroeconomia</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.  PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs). <b>Manual de economia</b>. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.  GÉNÈREUX, Jacques. <b>Introdução à política econômica</b>. São Paulo: Loyola, 1995.  ROSSETTI, José Paschoal. <b>Introdução à economia</b>. 20. ed., 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		

<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>5055</b>	<b>PRODUÇÃO DISCURSIVA E COMUNICAÇÃO JURÍDICA</b>	<b>60h</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Aprimorar a análise de texto e a produção textual, ampliando o desempenho lingüístico.		
<b>EMENTA:</b> Noções básicas de Gramática. Morfologia. Sintaxe. Interpretação de textos. Redação e expressão. O português e o vocabulário jurídicos. Argumentação jurídica		
<b>PROGRAMA:</b> UNIDADE 1 – NOÇÕES GRAMATICAIS E ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS UNIDADE 2 – PRÓDUÇÃO DE TEXTOS ARGUMENTATIVOS UNIDADE 3 – ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA		
<b>BIBLIOGRAFIA</b>		
<b>BÁSICA</b>		
DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. <b>Curso de português jurídico</b> . 10. ed. _São Paulo: Atlas, 2008.		
NASCIMENTO, Edmundo Dantes. <b>Linguagem forense</b> . São Paulo: Saraiva, 2009.		
BITTAR, Eduardo C. B. <b>Linguagem jurídica</b> . São Paulo: Saraiva, 2003.		
<b>COMPLEMENTAR</b>		
BECHARA, Evanildo. <b>Moderna gramática portuguesa</b> . São Paulo: Editora Nacional, 2003.		
FÁVERO, Leonor Lopes. <b>Coesão e coerência textuais</b> . 9. ed. São Paulo: Ática, 2002.		
GARCIA, Othon M. <b>Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar</b> . 21. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.		
KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <b>A coerência textual</b> . 17. ed. São Paulo: Contexto, 2006.		
CEGALA, Domingos P. <b>Novíssima gramática da língua portuguesa</b> . São Paulo: Editora Nacional, 2008		



Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1793	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA E EXTENSÃO</b>	30h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Identificar os principais elementos que dizem respeito à produção científica, superando a falta de critérios científicos, na análise e interpretação de um fato ou problema em estudo; Estudar as Orientações para Trabalhos Científicos (OTC) da Faculdade Palotina com a finalidade de instruir os acadêmicos na apresentação dos trabalhos e apresentar as orientações, definições e sugestões práticas e objetivas quanto às regras metodológicas, indicando, na medida do possível, o número das NBRs a ser pesquisadas e estar de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).</p>		
<p><b>EMENTA:</b> metodologia científica; elaboração do projeto de iniciação científica/pesquisa; orientações para apresentação de trabalhos científicos (OTC) da Faculdade Palotina; Seminário das temáticas e o escrito científico.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – METODOLOGIA CIENTIFICA  UNIDADE 2 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PESQUISA  UNIDADE 3 – ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS (OTC) DA FACULDADE PALOTINA  UNIDADE 4 - SEMINÁRIO DAS TEMÁTICAS E O ESCRITO CIENTÍFICO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>CAVALHEIRI, Alceu; ENGERROFF, Sérgio Nicolau. <b>Orientações para Trabalhos Científicos (OTC)</b>. Santa Maria: Biblos, 2013.</p> <p>GONÇALVES, Wilson José. <b>Monografia jurídica: técnicas e procedimentos de pesquisa com exercícios práticos</b>. São Paulo: Pillares, 2009.</p> <p>NUNES, Rizzatto. <b>Manual da monografia jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese</b>. 8. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação</b>. Rio de Janeiro: 2002.</p> <p>_____. <b>NBR 15287: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação</b>. Rio de Janeiro: 2011</p> <p>BITTAR, Eduardo C. B. <b>Metodologia da pesquisa jurídica</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. <b>Metodologia científica</b>. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>FURASTÉ, Pedro A. <b>Normas técnicas para o trabalho científico: com explicitação das normas da ABNT</b>. 15. ed. atual. Porto Alegre: [s.n.], 2011.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
5052	FILOSOFIA JURÍDICA	45h
<b>OBJETIVOS:</b> Conhecer e analisar as principais questões filosóficas do Direito.		
<b>EMENTA:</b> pensamento jurídico na Antigüidade e na Idade Média; pensamento jurídico na Modernidade; pensamento jurídico Contemporâneo.		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – O PENSAMENTO JURÍDICO NA ANTIGÜIDADE E NA IDADE MÉDIA  UNIDADE 2 – O PENSAMENTO JURÍDICO NA MODERNIDADE  UNIDADE 3 – O PENSAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. <b>Curso de filosofia do direito</b>. 8. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010. 728 p.</p> <p>GUSMÃO, Paulo Dourado de. <b>Filosofia do direito</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.</p> <p>REALE, Miguel. <b>Filosofia do direito</b>. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BATALHA, Wilson de Souza Campos. <b>Filosofia jurídica e história do direito</b>. Rio de Janeiro: Forense, 2003.</p> <p>BOBBIO, Norberto. <b>O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito</b>. São Paulo: Ícone, 2000.</p> <p>KELSEN, Hans. <b>O que é justiça?</b> 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>MONTESQUIEU. <b>Do espírito das leis</b>. São Paulo: Nova Cultural, 1997. v.1. 384 p. (Os pensadores).</p> <p>REALE, Miguel. <b>Lições preliminares de direito</b>. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 391 p.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1702	<b>DIREITO PENAL: TEORIA GERAL DO DELITO</b>	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar os mecanismos formais de controle social. Construir uma matriz humanista para desenvolver o estudo do Direito Penal, desde uma perspectiva antropológica e crítica dos direitos humanos constitucionalizados. Interpretar e aplicar os valores e princípios constitucionais do Direito Penal a partir das funções e dos fins da Dogmática Constitucional Penal.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Ordenamento Jurídico e o Direito Penal; Limites constitucionais do Direito Penal; Criminologia e Direito Penal; Evolução do Direito Penal e da legislação penal pátria; Lei penal no tempo; Lei penal no espaço; Conflito aparente de normas; Teoria geral do delito; A ação; Omissão; Relação de causalidade; Delito como conduta típica; Delito como conduta ilícita; Delito como conduta culpável; Do erro de tipo e erro de proibição; Crime consumado e crime tentado; Concurso de pessoas</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – ORDENAMENTO JURÍDICO E O DIREITO PENAL  UNIDADE 2 – LIMITES CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL  UNIDADE 3 – CRIMINOLOGIA E DIREITO PENAL  UNIDADE 4 – EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL E DA LEGISLAÇÃO PENAL PÁTRIA  UNIDADE 5 – LEI PENAL NO TEMPO  UNIDADE 6 – LEI PENAL NO ESPAÇO  UNIDADE 7 – CONFLITO APARENTE DE NORMAS  UNIDADE 8 – TEORIA GERAL DO DELITO  UNIDADE 9 – A AÇÃO  UNIDADE 10 – A ÔMISSÃO  UNIDADE 11 – RELAÇÃO DE CAUSALIDADE  UNIDADE 12 – DELITO COMO CONDUTA TÍPICA  UNIDADE 13 – DELITO COMO CONDUTA ILÍCITA  UNIDADE 14 – DELITO COMO CONDUTA CULPÁVEL  UNIDADE 15 – DO ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO  UNIDADE 16 – CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO;  UNIDADE 17 – CONCURSO DE PESSOA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>BITENCOURT, Cezar Roberto. <b>Tratado de direito penal:</b> parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.  CAPEZ, Fernando. <b>Curso de direito penal:</b> parte geral. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1  JESUS, Damásio Evangelista. <b>Direito penal:</b> parte geral. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.1</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>FABRETTI, Humberto Barrionuevo; SMANIO, Gianpaolo Poggio. <b>Introdução ao direito penal:</b> criminologia, princípios e cidadania. São Paulo: Atlas, 2010.  MIRABETE, Julio Fabrini. <b>Manual de direito penal.</b> 24. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 3 v.  PRADO, Luiz Regis. <b>Curso de direito penal brasileiro:</b> parte geral. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v.1  ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. <b>Manual de direito penal brasileiro:</b> parte geral. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.  COSTA JR., Paulo José da; COSTA, Fernando José da. <b>Curso de direito penal.</b> 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
709	<b>DIREITO DAS OBRIGAÇÕES</b>	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os fundamentos e conceitos do Direito Obrigacional e Responsabilidade Civil. Identificar as modalidades de obrigação, suas características e as formas de extinção das obrigações. Proporcionar a compreensão da Responsabilidade Civil, sua classificação, pressupostos e excludentes do dever de indenizar. Identificar e compreender o dano material e moral. Proporcionar uma análise crítica e inserção prática dos conteúdos mediante estudo de casos e análise jurisprudencial.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Relação jurídica obrigacional no sistema jurídico brasileiro -Obrigações no Código Civil e análise de casos práticos- Transmissão das obrigações – Extinção das obrigações – Responsabilidade Civil e temas emergentes</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO</p> <p>1.1 – Fonte Obrigacionais</p> <p>1.2 – Conceituação e elementos integrantes</p> <p>1.3 – Direito das obrigações em diplomas legais distintos do Código Civil</p> <p>UNIDADE 2 – OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL E ANÁLISE DE CASOS PRÁTICOS</p> <p>2.1 – Obrigação de Dar</p> <p>2.2 – Obrigação de Fazer</p> <p>2.3 – Obrigação de Não Fazer</p> <p>2.4 – Obrigações Alternativas</p> <p>2.5 – Obrigações Divisíveis e Indivisíveis</p> <p>2.6 – Obrigações Solidárias</p> <p>2.7 – Análise de casos práticos</p> <p>UNIDADE 3 – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES</p> <p>3.1 – Cessão de Crédito</p> <p>3.2 – Assunção da Dívida</p> <p>UNIDADE 4 - EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES</p> <p>4.1 – Adimplemento: Teoria do Pagamento e pagamentos especiais</p> <p>4.2 - Inadimplemento</p> <p>UNIDADE 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL E TEMAS EMERGENTES</p> <p>5.1 Noções gerais</p> <p>5.2 Classificação</p> <p>5.3 Dever de indenizar: pressupostos e excludentes</p> <p>5.4 – Dano material e dano Moral</p> <p>5.5 – Compreensão e análise de jurisprudências de temas emergentes e correlatos</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>GAGLIANO, Pablo Stolze. e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. <b>Novo curso de direito civil</b>. Volume II: obrigações. 21ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.</p> <p>GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. <b>Novo curso de direito civil 3</b> - responsabilidade civil. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019</p> <p>TARTUCE, Flávio. <b>Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil</b> – v. 2 – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>CAVALIERI FILHO, Sergio. <b>Programa de responsabilidade civil</b> – 13. ed. – São Paulo : Atlas, 2019.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. <b>Direito civil brasileiro</b>, volume 4 : responsabilidade civil – 13. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.</p> <p>_____. <b>Direito civil brasileiro</b>, volume 2 : teoria geral das obrigações. – 15. ed. – São Paulo : Sa-</p>		

raiva Educação, 2018.

LÔBO, Paulo. **Direito civil 2** - obrigações. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Obrigações**. 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1703	<b>DIREITO CONSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO</b>	<b>60 horas</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Conhecer, de forma aprofundada e sistemática, a Constituição Federal de 1988. Analisar, criticamente, os problemas jurídicos constitucionais no Estado brasileiro.		
<b>EMENTA:</b> Organização do Estado; Organização dos poderes; Funções essenciais à justiça; Tributação e orçamento; 5. Direito Ambiental		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO  UNIDADE 2 – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES  UNIDADE 3 – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA  UNIDADE 4 – TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO  UNIDADE 5 – DIREITO AMBIENTAL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>SILVA, José Afonso da. <b>Curso de direito constitucional positivo</b>. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.</p> <p>RIBEIRO BASTOS, Celso. <b>Curso de direito constitucional</b>: 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>MORAES, Alexandre de. <b>Direito constitucional</b>. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>TEMER Michel, <b>Elementos de direito constitucional</b>. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.</p> <p>HOLTJE, Leo Van. <b>Direito constitucional</b>. 3. ed. Editora PODIVM, 2007.</p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo &amp; PAULO, Vicente. <b>Direito administrativo descomplicado</b>. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2007.</p> <p>LENZA, Pedro. <b>Direito constitucional esquematizado</b>. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>JUNIOR, Dirley da Cunha. <b>Curso de direito constitucional</b>. 3. ed. Editora Podivm. 2009.</p>		

## 3º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1267	<b>CRIMINOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>30 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Oportunizar a construção de conhecimentos de Criminologia Contemporânea. Correlacionar a criminologia com Segurança Pública. Capacitar os alunos para compreensão objetiva dos fatores que condicionam criminalidade e a violência; Analisar criticamente as Políticas de Segurança Pública.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Criminologia aplicada. conceitos básicos; Escolas penais. Violência urbana e criminologia; Segurança pública no Brasil; Políticas de segurança Pública; Gerenciando a (in)segurança pública.</p>		
<p><b>PROGRAMA</b>  UNIDADE 1 - CRIMINOLOGIA APLICADA. CONCEITOS BÁSICOS, ESCOLAS PENAIAS  UNIDADE 2 - VIOLÊNCIA URBANA E CRIMINOLOGIA  UNIDADE 3 - ESTADO DA ARTE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL  UNIDADE 4 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA  UNIDADE 5- GERENCIANDO A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA</p>		
<p><b>BÁSICA:</b>  MOLINA, Antonio García-Pablos De. <b>O que e criminologia.</b> São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.  SHECAIRA, Sergio Salomao <b>Criminologia.</b> São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2013.  THOME, Ricardo Lemos. <b>Reinventando a segurança pública.</b> São Paulo: Insular, 2012.</p> <p><b>COMPLEMENTAR:</b>  FABRETTI, Humberto Barrionuevo; SMANIO, Gianpaolo Poggio. <b>Introdução ao direito penal:</b> criminologia, princípios e cidadania. São Paulo: Atlas, 2010.  PRADO, Luiz Regis. <b>Curso de criminologia.</b> São Paulo: RT, 2013.  SALLES, Roberto de Almeida; SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. <b>Curso completo de direito penal:</b> parte geral e parte especial. 10. ed. Belo Horizonte : Del Rey, 2009.  SANTIN, Valter Foletto. <b>Controle judicial da segurança publica.</b> São Paulo: Vervatim Editora, 2013.  ZAFFARONI, Eugenio Raúl &amp; PIERANGELI, José Henrique. <b>Manual de direito penal brasileiro.</b> Parte Geral. 8ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1719	<b>DIREITO PENAL: TEORIA E APLICAÇÃO DA PENA</b>	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os valores e princípios constitucionais do Direito Penal. Interpretar e aplicar a Teoria Constitucional do Delito, os principais institutos da Ilícitude, da Culpabilidade e da Teoria do Concurso de Agentes</p>		
<p><b>EMENTA:</b> História e evolução da pena de prisão; Penas privativas de liberdade; Penas restritivas de direitos; Pena de multa; Aplicação da pena; Concurso de crimes; Suspensão condicional da pena; Livramento condicional; Efeitos da condenação e reabilitação; Medidas de segurança; Ação penal; Extinção da punibilidade; Prescrição</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO  UNIDADE 2 – PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE  UNIDADE 3 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS  UNIDADE 4 – PENA DE MULTA  UNIDADE 5 – APLICAÇÃO DA PENA  UNIDADE 6 – CONCURSO DE CRIMES  UNIDADE 7 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA  UNIDADE 8 – LIVRAMENTO CONDICIONAL  UNIDADE 9 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO  UNIDADE 10 – MEDIDAS DE SEGURANÇA  UNIDADE 11 – AÇÃO PENAL  UNIDADE 12 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE  UNIDADE 13 – PRESCRIÇÃO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BASICA</b></p> <p>BITENCOURT, Cezar Roberto. <b>Tratado de direito penal.</b> Parte Especial. São Paulo: Saraiva, v. 2. 6ª Edição, 2010</p> <p>CAPEZ, Fernando. <b>Curso de direito penal.</b> Parte Especial. São Paulo: Saraiva, v. 2. 10ª Edição, 2010</p> <p>PRADO, Luiz Regis. <b>Curso de direito penal brasileiro.</b> São Paulo : Revista dos Tribunais, 1999, v. 2. 8ª Edição, 2010</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>DELMANTO, Celso...[et al.]. <b>Código penal comentado:</b> acompanhado de comentários, jurisprudência, súmulas em matéria penal e legislação complementa. 8. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. 1195</p> <p>MIRABETE, Julio Fabrini. Manual de direito penal. São Paulo : Atlas. 1994. 3 v. 24ª Edição, 2010</p> <p>JESUS, Damásio Evangelista. <b>Direito penal.</b> São Paulo : Saraiva, 1995. 4 v. 16ª Edição, 2010.</p> <p>Nucci, Guilherme de Souza <b>Código penal comentado.</b> São Paulo : Editora RT</p> <p>ZAFFARONI, Eugenio Raúl &amp; PIERANGELI, José Henrique. <b>Manual de direito penal brasileiro.</b> Parte Geral. 8ª Edição. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2009</p>		



Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1259	TEORIA GERAL E CRÍTICA DO PROCESSO	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Compreender a relação entre direito material e direito processual, apresentando a estrutura deste; discutir sobre a função social do direito processual; provocar uma visão crítico-reflexiva sobre o direito processual e suas ramificações (civil, penal e trabalhista); contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito problematizando o direito processual como fenômeno sócio-cultural; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Sociedade e Direito; Fundamentos do Direito Processual; Lei Processual; Princípios gerais; Jurisdição; A ação processual; Processo; Organização judiciária</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – SOCIEDADE E SISTEMA JURÍDICO  UNIDADE 2 - FUNDAMENTOS DE DIREITO PROCESSUAL  UNIDADE 3 – LEI PROCESSUAL  UNIDADE 4 – PRINCÍPIOS GERAIS  UNIDADE 5 – JURISDIÇÃO  UNIDADE 6 – A AÇÃO PROCESSUAL  UNIDADE 7 – DO PROCESSO  UNIDADE 8 – DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b>  CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. <b>Teoria geral do processo</b>. São Paulo: Malheiros.  MARINONI, Luis Guilherme. <b>Teoria geral do processo</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010 (Curso de processo civil, 1)  MOREIRA, José Carlos Barbosa. <b>O novo processo civil brasileiro</b>: exposição sistemática do procedimento. 27. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2008.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  ALVIM, José Eduardo Carreira. <b>Teoria geral do processo</b>. São Paulo: Forense  ARRUDA, Alvim. <b>Manual de direito processual civil</b>. Volume 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.  GUERRA, Carlos Eduardo. <b>Direito processual civil</b>: teoria geral do processo, processo de conhecimento. Rio de Janeiro : Campus  DINAMARCO, Cândido Rangel. <b>Instituições de direito processual civil</b>. 2. ed. rev. e atual. Volume 1 São Paulo: Malheiros, 2009  PORTANOVA, Rui. <b>Princípios do processo civil</b>. Porto Alegre: Livraria do Advogado  ROCHA, José Albuquerque. <b>Teoria geral do processo</b>. São Paulo: Malheiros.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1734	<b>Direito Digital e Desafios Tecnológicos e Inovação</b>	<b>30 horas</b>
<p>OBJETIVOS: Capacitar o aluno na coordenação de temas relacionados ao Direito e à tecnologia, permitindo a formulação de argumentos e opiniões mais consistentes no uso da lógica e linguagem da ciência da computação no estudo do Direito Digital. Os objetivos gerais do curso envolvem o enfrentamento das questões e desafios que decorrem da intersecção entre a lei e a tecnologia, possibilitando uma apreciação mais aprofundada dos desdobramentos envolvendo a matéria, além de fornecer instruções para discussão e estudos de casos práticos.</p>		
<p>EMENTA: Da Sociedade Digital ao Direito Digital; O Direito Digital; Novos Institutos Jurídicos de Direito Digital</p>		
<p>Unidade 1 – Da Sociedade Digital ao Direito Digital  1.1) Noções introdutórias e objeto de estudo  1.2) As mudanças tecnológicas e os reflexos comportamentais e jurídicos  1.3) Da sociedade digital ao direito digital  Unidade 2 – O Direito Digital  Unidade 3 – Novos Institutos Jurídicos de Direito Digital</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b>  CASTELLS, Manuel. <b>A Sociedade em rede</b>. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. PINHEIRO, Patrícia Peck. <b>Direito digital</b>. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.  TEIXEIRA, Tarcisio. <b>Direito Digital e Processo Eletrônico</b>. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. <b>Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação: Atutela jurídica do meio ambiente digital</b>. São Paulo: Saraiva, 2015.  _____. <b>O marco civil da Internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação: Comentários à Lei n. 12.965/2014</b>. São Paulo: Saraiva, 2015.  NETTO, José Carlos Costa. <b>Direito Autoral no Brasil</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.  SILVEIRA, Newton. <b>Propriedade intelectual: Propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes</b>. Barueri: Manole, 2015.  TEIXEIRA, Tarcisio. <b>Comércio eletrônico: conforme o marco civil da internet e a regulamentação do ecommerce no Brasil</b>. São Paulo: Saraiva, 2015</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1735	<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS</b>	30h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Oportunizar um espaço de reflexão, análise e compreensão dos princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária, estimulando práticas sociais no respeito aos Direitos Humanos.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Conceituação e contextualização dos direitos humanos. Discussão da realização da cidadania nos diversos modelos de organização sociopolítica do mundo ocidental em geral, a partir do século XIX. Análise de algumas tipologias clássicas de direitos humanos. Discussão da construção social dos direitos humanos. Direitos humanos e cidadania no Brasil: impedimentos estruturais; cidadania e religião. Acesso a esfera pública; cidadania e desigualdade social. Vetores contemporâneos para a discussão da cidadania: etnia, gênero e novas clivagens de identidade.</p>		
<p>UNIDADE 1 – Aspectos jurídicos relacionados à proteção dos Direitos Humanos;  UNIDADE 2 – Relação de cidadania e Direitos Humanos  UNIDADE 3 – Acordos internacionais para proteção de Direitos Humanos  Unidade 4 – Direitos Humanos e o sistema Constitucionanal</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b>  Bertaso, João Martins (Org.). <b>Cidadania, diversidade, reconhecimento:</b> produção associada ao projeto de pesquisa cidadania em sociedades multiculturais : incluindo o reconhecimento. Santo Ângelo: FURI, 2009  Carbonari, Antônio Luís. <b>Direito à identidade cidadania:</b> as consequências da falta de registro de nascimento. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.  Gorczevski, Clovis (Org.). <b>Direitos humanos e participação política.</b> Porto Alegre: Imprensa Livre, 2012.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  Costa, Marli Marlene da (Org.); Terra, Rosane B. M. da R. Barcelos (Org.); Richter, Daniela (Org.). <b>Direito, cidadania e políticas públicas III: direito do cidadão e dever do Estado.</b> Porto Alegre: UFRGS, 2008  _____, Marli M. M. da (Org.); Hermany, Ricardo (Org.); Soder, Rodrigo Magnos (Org.). <b>Direito, cidadania e políticas públicas.</b> Porto Alegre: Imprensa Livre, 2011  Daniela (Org.). <b>Direito, cidadania e políticas públicas III: direito do cidadão e dever do Estado.</b> Porto Alegre: UFRGS, 2008  Zanotto, Adriano. <b>Textos de cidadania.</b> Florianópolis-SC: Guarapuvu, 2005  Vieira, Liszt. <b>Cidadania e globalização.</b> 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1720	<b>TEORIA DA EMPRESA E TIPOS SOCIETÁRIOS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer a história e os fundamentos do Direito Empresarial. Analisar as principais questões de Direito Societário, em especial, reconhecendo os tipos de sociedades empresariais, responsabilidade dos sócios, estrutura e órgãos societários, criação e dissolução das sociedades por cotas de responsabilidade limitada e sociedade anônima. Conhecer os novos institutos do direito empresarial, como Empresário individual de responsabilidade limitada (EIRELI) e microempreendedor individual. Abordar as questões relevantes do empresário, como registro, estabelecimento empresarial, nome empresarial.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Direito de empresa; Empresário individual; Estabelecimento Empresarial; Sociedade Simples; Sociedade sem personalidade jurídica; Sociedade em comandita simples e por ações; Sociedade em nome coletivo; Sociedade anônima; Transformação, cisão, incorporação e fusão de empresas; Relação entre Sociedades.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - DIREITO EMPRESARIAL  UNIDADE 2 – EMPRESÁRIO INDIVIDUAL  UNIDADE 3 – ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL  UNIDADE 4 – SOCIEDADE SIMPLES  UNIDADE 5 – SOCIEDADE SEM PERSONALIDADE JURÍDICA  UNIDADE 6 – SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES E POR AÇÕES  UNIDADE 7 - SOCIEDADE EM NOME COLETIVO  UNIDADE 8 - SOCIEDADE ANÔNIMA  UNIDADE 9 - TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DAS SOCIEDADES  UNIDADE 10 - RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADES</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Curso de direito comercial</b>. São Paulo: Saraiva, 2002.  REQUIÃO, Rubens. <b>Curso de direito comercial</b>. São Paulo: Saraiva, 2001.  MARTINS, Fran. <b>Curso de direito comercial</b>. Rio de Janeiro: Forense, 2000.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>TOMAZETTE, Marion. <b>Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário</b>. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2011  ALMEIDA, Amador Paes de. <b>Execução de bens dos sócios</b>. São Paulo: Saraiva, 2000.  BORBA, José Edwaldo Tavares. <b>Direito societário</b>. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.  DINIZ, Maria Helena. <b>Lições de direito empresarial</b>. São Paulo: Saraiva, 2011.  ADAMEK, Marcelo Vieira Von. <b>Temas de direito societário e empresarial contemporâneos</b>. São Paulo : Malheiros, 2011.</p>		

## 4º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1725	<b>NEGÓCIOS JURÍDICOS EMPRESARIAIS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Desenvolver estudo sobre os títulos de crédito e contratos empresariais de acordo com função social das empresas e o cenário econômico atual. Compreender as relações obrigacionais cambiárias, seus princípios e institutos. Conhecer os títulos de crédito fundamentais e suas características considerando as atuais tendências da doutrina e da jurisprudência. Analisar os principais contratos empresariais, a partir de estudo crítico dos mesmos visando a aplicação prática de conhecimentos e da técnica jurídica no âmbito econômico empresarial.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Teoria geral dos títulos de crédito; Letra de câmbio; Nota promissória; Cheque; Duplicata; Títulos bancários; Teoria geral dos contratos comerciais; Contratos mercantis e direito do consumo; Compra e venda mercantil; Alienação fiduciária em garantia; Arrendamento mercantil (leasing); Faturização (factoring); Franquia (franchising); Transporte de coisas e de pessoas; Mandato mercantil; Representação mercantil; Gestão de negócios; Comissão mercantil; "Know-how"; Contrato de depósito mercantil; Contratos bancários; Contrato de conta corrente; contrato de cartão de crédito</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO  UNIDADE 2 – NOTA PROMISSÓRIA  UNIDADE 3 - CHEQUE  UNIDADE 4 – DUPLICATA  UNIDADE 5 – OUTROS TÍTULOS DE CRÉDITO  UNIDADE 6 – MEIOS ELETRÔNICOS E TÍTULOS DE CRÉDITO  UNIDADE 7 – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS  UNIDADE 9 – CONTRATOS EMPRESARIAIS EM ESPÉCIE  UNIDADE 10 – MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EMPRESARIAL  UNIDADES 11- JURISPRUDÊNCIA E TEMAS EMERGENTES OBRIGAÇÕES EMPRESARIAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Curso de direito comercial</b>, Vol. 1: Empresa e estabelecimento e títulos de crédito. 23ª ed.rev. atual.e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.  _____. <b>Manual de Direito Comercial - Direito de Empresa - 30ª Ed.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais.2018  TOMAZETTE, M. <b>Curso de direito empresarial - Títulos de Crédito.</b> 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  NEGRÃO, Ricardo. <b>Direito empresarial: estudo unificado.</b> 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.  VENTURA, Luis Henrique. <b>Comércio e contratos eletrônicos: aspectos jurídicos.</b> São Paulo: EDIPRO, 2010  VIDO, E. <b>Curso de direito empresarial.</b> 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.  WATANABE, Kazuo. GABBAY, Daniela Monteiro. <b>O Pacto de Mediação Empresarial.</b> Revista Brasileira de Arbitragem, Vol XII, Number 46, Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International; Curitiba: Comitê Brasileiro de Arbitragem, 2015, pp. 7-19.</p>		

<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1727</b>	<b>TEORIA GERAL DOS CONTRATOS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Capacitar ao exercício na atuação de elaboração e interpretação de contratos mediante estudos de caso e análise jurisprudencial atualizada. Compreender a teoria geral dos contratos sob o enfoque da perspectiva jurídico constitucional e dos princípios contratuais evidenciando a importância destes na elaboração e interpretação contratual. Analisar o contrato e seu desenvolvimento, em todas suas fases considerando sua natureza econômica e social.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> A perspectiva civil-constitucional do contrato e diálogo das fontes - Principiologia do direito contratual aplicada a casos concretos - Classificação dos contratos- Formação do contrato – Efeitos do contrato- Interpretação e revisão judicial e extrajudicial dos contratos - Desfazimento da relação contratual- Inadimplemento e responsabilidade civil contratual.</p>		
<p><b>UNIDADE 1. A PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL DO CONTRATO E DIÁLOGO DAS FONTES</b></p> <p>1.1 A horizontalização dos direitos fundamentais e novos paradigmas do Direito Civil</p> <p>1.2 Diálogo entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor em relação aos contratos</p> <p><b>UNIDADE 2. PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO CONTRATUAL APLICADA A CASOS CONCRETOS</b></p> <p>2.1 Princípio da autonomia da vontade</p> <p>2.2 Princípio da Força Obrigatória dos contratos</p> <p>2.3 Princípio da Relatividade e sua flexibilização</p> <p>2.4 Princípio da Função Social do Contrato</p> <p>2.5 Princípio da Equivalência material</p> <p>2.6 Princípio da Boa-fé Objetiva</p> <p>2.6.1 Funções da Boa-fé- Objetiva</p> <p>2.6.2 Desdobramentos da Boa-fé Objetiva. Conceitos do Direito Comparado: Venire contra factum proprium, Supressio, Surrectio, Tu quoque e Duty to mitigate the loss</p> <p><b>UNIDADE 3. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS</b></p> <p>3.1 Principais classificações de acordo com a doutrina moderna</p> <p><b>UNIDADE 4. A FORMAÇÃO DO CONTRATO</b></p> <p>4.1 A formação do contrato no Código Civil e suas fases</p> <p>4.2 A proposta no Código de Defesa do Consumidor</p> <p>4.3 Formação do contrato pela via eletrônica</p> <p>4.4 Contrato Preliminar</p> <p><b>UNIDADE 5. EFEITOS DOS CONTRATOS</b></p> <p>5.1 Vícios redibitórios</p> <p>5.2 Evicção</p> <p><b>UNIDADE 6. INTERPRETAÇÃO E REVISÃO DOS CONTRATOS</b></p> <p>6.1 Interpretação e revisão contratual pelo Código Civil</p> <p>6.2 Interpretação e revisão contratual pelo Código de Defesa do Consumidor</p> <p><b>Unidade 7- TEORIA DA IMPREVISÃO</b></p> <p>7.1 Elementos para a aplicabilidade</p> <p>7.2 Teoria da Imprevisão no Código Civil e no Código de defesa do Consumidor</p> <p>7.3 Aplicabilidade do Instituto e análise jurisprudencial</p> <p><b>UNIDADE 8. DESFAZIMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL.</b></p> <p>8.1 Principais formas extintivas</p> <p>8.2 Exceção do contrato não cumprido</p> <p>8.3 Onerosidade excessiva</p> <p><b>UNIDADE 9. INADIMPLEMENTO E RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL</b></p> <p>9.1 Inadimplemento e mora</p> <p>9.2- Perdas e danos.</p> <p>9.3- Juros</p> <p>9.4- Cláusula Penal.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. <b>Contratos</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020</p> <p>RIZZARDO, Arnaldo. <b>Contratos</b>. 18ª.ed - Rio de Janeiro: Forense, 2019.</p>		

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**, v. 3: Teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

**COMPLEMENTAR**

AZEVEDO, Alvaro Villaça. **Curso de direito civil**, vol III : Teoria Geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Saraiva, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Contratos 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**, vol. 3– Contratos. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2020

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código De Defesa do Consumidor - O Novo Regime Das Relações Contratuais - 5ª Ed.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

ROSENVALD, Nelson, CHAVES, Cristiano. **Curso de Direito Civil**, vol. 4: contratos. 10. Ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Jus Podivm, 2020.

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1721	<b>DIREITO PENAL: CRIMES EM ESPÉCIE</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Identificar as diferenças entre a criminalidade clássica e a criminalidade contemporânea. Construir uma matriz humanista visando concretizar o estudo do Direito Penal nos tipos penais especiais e complementares, desde uma perspectiva antropológica e crítica dos direitos humanos constitucionalizados. Conhecer Direito Constitucional Penal, desde o paradigma do garantismo jurídico-penal. Interpretar e aplicar os valores e princípios constitucionais no Direito Penal especial e complementar. Analisar a atual criminalidade econômica.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Crimes contra a pessoa; Crimes contra o patrimônio; Crimes contra a propriedade imaterial; Crimes contra a organização do trabalho; Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; Crimes contra os costumes</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA  UNIDADE 2 – DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO  UNIDADE 3 – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL  UNIDADE 4 – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO  UNIDADE 5 – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS  UNIDADE 6 – DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>BITENCOURT, Cezar Roberto. <b>Tratado de direito penal</b>. Parte Especial. São Paulo: Saraiva, v. 2. 6ª Edição, 2010</p> <p>CAPEZ, Fernando. <b>Curso de direito penal</b>. Parte Especial. São Paulo: Saraiva, v. 2. 10ª Edição, 2010</p> <p>PRADO, Luiz Regis. <b>Curso de direito penal brasileiro</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 2. 8ª Edição, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>FABRETTI, Humberto Barrionuevo; SMANIO, Gianpaolo Poggio. <b>Introdução ao direito penal: criminologia, princípios e cidadania</b>. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>JESUS, Damásio Evangelista. <b>Direito penal</b>. São Paulo: Saraiva, 1995. 4 v. 16. ed. 2010.</p> <p>MIRABETE, Julio Fabrini. <b>Manual de direito penal</b>. São Paulo : Atlas. 1994. 3 v. 24.ed., 2010</p> <p>SALLES, Roberto de Almeida; SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. <b>Curso completo de direito penal: parte geral e parte especial</b>. 10. ed. Belo Horizonte : Del Rey, 2009.</p> <p>ZAFFARONI, Eugenio Raúl &amp; PIERANGELI, José Henrique. <b>Manual de direito penal brasileiro</b>. Parte Geral. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009</p>		



Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1723	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PRINCÍPIOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS</b>	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Identificar e classificar os pressupostos processuais para a prática das ações cíveis. Conhecer, a partir de uma perspectiva crítica e ética, os preceitos do Direito Processual Civil, aproximando aspectos teóricos e situações práticas do profissional do Direito. Conhecer a estrutura própria e introdutória do Código de Processo Civil em busca de seus fundamentos na doutrina e na jurisprudência.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Ação; Processo; Partes litigantes; Deveres das partes e dos procuradores no processo; Despesas judiciais; Advogado e a procuração para o foro; Pluridade de partes; Intervenção de terceiros; Ministério Público; Juiz; Atos processuais;</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – A AÇÃO  UNIDADE 2 – O PROCESSO  UNIDADE 3 – DAS PARTES LITIGANTES  UNIDADE 4 – DOS DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES NO PROCESSO  UNIDADE 5. – DESPESAS JUDICIAIS  UNIDADE 6 – O ADVOGADO E A PROCURAÇÃO PARA O FORO  UNIDADE 7 – PLURIDADE DE PARTES  UNIDADE 8 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS  UNIDADE 9 – MINISTÉRIO PÚBLICO  UNIDADE 10 – O JUIZ  UNIDADE 11 – ATOS PROCESSUAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ALVIM, Arruda, <b>Manual de direito processual civil</b>. Volume 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.</p> <p>MOREIRA, José Carlos Barbosa. <b>O novo processo civil brasileiro</b>: exposição sistemática do procedimento. 27. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2008.</p> <p>SANTOS, Moacyr Amaral. <b>Primeiras linhas de direito processual civil</b>. São Paulo : Saraiva, 2009. 2.v.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>CAPPELLETTI, Mauro. <b>Juízes irresponsáveis?</b> Porto Alegre : Sergio Antonio Frabris.</p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel. <b>Instituições de direito processual civil</b>. 1. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2009 VOLUME 1</p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. <b>Curso de direito processual civil</b>. Volume I,. São Paulo: Editora Atlas, 2008</p> <p>NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. <b>Código de processo civil comentado e legislação extravagante</b>. 10 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.</p> <p>SILVA, Ovídio Baptista da; GOMES, Fábio. <b>Teoria geral do processo civil</b>. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1730	<b>GESTÃO, RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS DE EMPRESA</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Identificar os institutos da falência e concordata e os seus fundamentos. Analisar, criticamente, a empresa, sua estrutura e sua função social, visando avaliar a oportunidade de recuperação econômico-financeira.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> A crise na empresa; A instauração da falência; Efeitos da falência; Processo da falência; Recuperação Judicial e Extrajudicial; Falência do empresário individual</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – A CRISE NA EMPRESA  UNIDADE 2 – A INSTAURAÇÃO DA FALÊNCIA  UNIDADE 3 – EFEITOS DA FALÊNCIA  UNIDADE 4 – PROCESSO DA FALÊNCIA: PROCEDIMENTO PRÉ-FALIMENTAR  UNIDADE 5 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL  UNIDADE 6 – FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>AZEVEDO, Erasmo Valladão. <b>Temas de direito societário, falimentar e teoria da empresa.</b> São Paulo: Malheiros.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Curso de direito comercial.</b> Vol. III São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>PACHECO, José da Silva. <b>Processo de recuperação judicial, extrajudicial e falência.</b> Forense. 2006.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>PURIFICAÇÃO, Carlos Alberto da. <b>Recuperação de empresa e falência comentada.</b> São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>MILANI, Mario Sérgio. <b>Lei de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência comentada.</b> São Paulo : Malheiros, 2011.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Comentários à Lei de falências: e de recuperação de empresas.</b> 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>LANCELOTTI, Renata Weingrill. <b>Governança corporativa na recuperação judicial.</b> Rio de Janeiro : Campus, 2010.</p> <p>CASTRO, Carlos Alberto Farracha de. <b>Fundamentos do direito falimentar.</b> Jurua Editora, 2009.</p>		

## 5º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1813	<b>SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA JURÍDICA</b>	45h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Esta disciplina tem como objetivo contextualizar a Sociologia, do seu surgimento, até o atual processo de desenvolvimento brasileiro e mundial, analisando como a Sociologia pode contribuir para uma melhor compreensão conjuntural e estrutural, dos direitos humanos, e para a construção da cidadania. Além disso, busca desenvolver critérios que levem o aluno a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, bem como desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas, identificando e comparando os seus aspectos culturais relevantes.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> A sociologia contemporânea: o surgimento da sociologia Paradigmas clássicos da explicação sociológica Sociologia, estado e democracia-cidadania Brasil: realidades sociológicas História e contribuições da cultura Afro-brasileira História e contribuições da cultura Indígena Sociologia na contemporaneidade: globalização e pós-modernidade</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>I – A SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA: O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA Introdução à Sociologia Sociologia uma ciência da modernidade Sociologia da origem à pós-modernidade</p> <p>II – PARADIGMAS CLÁSSICOS DA EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA Tópico introdutório O Positivismo de Comte Fundamentalismo de Durkheim Karl Marx</p> <p>III – SOCIOLOGIA, ESTADO E DEMOCRACIA-CIDADANIA As origens da democracia Estado moderno Direitos humanos e democracia</p> <p>IV – BRASIL: REALIDADES SOCIOLÓGICAS Características sociológicas da sociedade brasileira A desigualdade da distribuição de renda no Brasil</p> <p>V – HISTÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA Debate Introdutório A vida e as lutas dos negros no Brasil O legado dos povos africanos</p> <p>VI – HISTÓRIA E CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA INDÍGENA A diversidade cultural indígena As reduções jesuíticas O legado dos povos indígenas</p> <p>VII – SOCIOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE: GLOBALIZAÇÃO E PÓS-MODERNIDADE Século XX: um tempo sob o signo das mudanças Pós-modernidade: um olhar sociológico Globalização e meio ambiente</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ARON, Raymond. <b>As etapas do pensamento sociológico</b>. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 884 p.</p> <p>GOMES, Mércio Pereira. <b>Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro</b>. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. <b>O negro no Brasil de hoje</b>. São Paulo: Global, 2010.</p>		

ROSSATO, Ricardo. Sociologia das origens à pós-modernidade. Santa Maria: Biblos Editora, 2011.

**COMPLEMENTAR**

BAUMAN, Zygmunt; Mauro, Ezio. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Tradução Renato Aguiar,

Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BERGMANN, Michel. **Nasce um povo: estudo antropológico da população brasileira: como surgiu,**

composição racial, evolução futura. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

DAVIS, D.J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica**. 23.ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1990.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 63. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006. 98 p.

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
5054	<b>FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E MISSÃO PALOTINA</b>	30h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Esta disciplina tem por objetivo estudar a identidade palotina, destacando os elementos fundamentais que direcionam a missão da Faculdade Palotina. Nisto destacam-se os elementos vinculados a vida, obra e carisma de São Vicente Pallotti, para se perceber a importância do setor educacional e o quanto este pode proporcionar uma formação humanística, para seus colaboradores e promotores, docentes e discentes. Os princípios norteadores da educação palotina, são os referencias neste processo!</p>		
<p><b>EMENTA:</b> 1. Vida e Obra de São Vicente Pallotti; 2. Os princípios norteadores da educação palotina; 3. Identidade e missão da faculdade Palotina; 4. Educação Palotina - Uma formação humanística.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – VIDA E OBRA DE SÃO VICENTE PALLOTTI 1.1 – O contexto histórico e os desafios do seu tempo 1.2 – O contexto eclesial da Igreja católica no século XIX 1.3 – Vida e obra de Vicente Pallotti UNIDADE 2 – SÃO VICENTE PALLOTTI E O APOSTOLADO DA EDUCAÇÃO 2.1 – Empenhos de São Vicente Pallotti no Apostolado da Educação 2.2 – A Educação na Fundação e na PNSC/Santa Maria 2.3 – Os quatro Pilares da Educação Palotina UNIDADE 3 – IDENTIDADE E MISSÃO DA FACULDADE PALOTINA 1.1 – A identidade e missão da Palotina 1.2 – Carisma e espiritualidade Palotina 1.3 - As nove dimensões da educação palotina UNIDADE 4 – EDUCAÇÃO PALOTINA - UMA FORMAÇÃO HUMANÍSTICA 4.1 – A espiritualidade e a nossa humanidade 4.2 – Educação e direitos humanos 4.3 – Desafios para uma formação humanística</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>AMOROSO, Francesco. <b>São Vicente Pallotti</b> : romano. Santa Maria : Biblos Editora, 2006. LÔNDERO, Ângelo. <b>Horizontes Palotinos</b>. Santa Maria: Biblos Ed., 2002. v.1. _____. <b>Horizontes Palotinos</b>. Santa Maria: Biblos Ed., 2009. v. 2.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>FIGHERA, Ademar Luiz. <b>O apostolado leigo em São Vicente Pallotti e na Christifideles laici</b>. Santa Maria: Biblos Ed., 2003. PALLOTTI, Vicente. <b>Deus, o Amor Infinito</b>. 2ª ed. Tradução: Pe. Dorvalino Rubim. Santa Maria: Biblos Ed., 2002. _____. <b>Propósitos e aspirações</b>. 2ª ed. Tradução: Francisco Assis Muchiutti. Santa Maria: Biblos Ed., 2003. PAPA FRANCISCO. <b>Exortação Apostólica Evangelii Gaudium</b>: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 2013. Disponível em: <a href="https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_esortazi-one-ap_20131124_evangelii-gaudium.html">https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_esortazi-one-ap_20131124_evangelii-gaudium.html</a>. Acesso: 27 junho 2021. UNIÃO DO APOSTOLADO CATÓLICO. <b>O carisma de São Vicente Pallotti</b>: origem, desenvolvimento, identidade. Santa Maria: Biblos Ed., 2011.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1733	<b>DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar o Direito do Trabalho em conexão com a realidade social, sob prismas históricos atuais e em perspectivas futuras. Identificar a relação de emprego, o contrato individual de trabalho e os tipos e modelos específicos de contrato de trabalho. Analisar os principais consectários da relação de emprego, estabelecendo conceitos e distinções fundamentais.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Fundamentos do Direito do Trabalho; Relação de Emprego; Contrato individual de Trabalho; Espécies de Contrato de Trabalho; Alteração do Contrato de Trabalho; Remuneração e Salário; Parcelas Integrantes da Remuneração; Jornada de Trabalho; Repousos e Intervalos; Trabalho Noturno Trabalho Extraordinário; Férias; Gratificação Natalina; Indenização Trabalhista.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO DO TRABALHO  UNIDADE 2 – RELAÇÃO DE EMPREGO  UNIDADE 3 - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO  UNIDADE 4 - ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO  UNIDADE 5 - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO  UNIDADE 6 – REMUNERAÇÃO E SALÁRIO  UNIDADE 7 - PARCELAS INTEGRANTES DA REMUNERAÇÃO  UNIDADE 8 – JORNADA DE TRABALHO  UNIDADE 9 – REPOUSOS E INTERVALOS  UNIDADE 10 – TRABALHO NOTURNO  UNIDADE 11 – TRABALHO EXTRAORDINÁRIO  UNIDADE 12 – FÉRIAS, GRATIFICAÇÃO NATALINA  UNIDADE 13 – INDENIZAÇÃO TRABALHISTA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  MARTINS, Sergio Pinto. <b>Direito do trabalho</b>. São Paulo: Atlas.  CARRION, Valentin. <b>Comentários à consolidação das leis do trabalho</b>. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.  RUSSOMANO, Mozart Victor. <b>Princípios gerais de direito sindical</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  CAMINO, Carmem. <b>Direito individual do trabalho</b>. Porto Alegre: Síntese, 1999.  GOMES, Orlando. <b>Curso de direito do trabalho</b>. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.  GOTTSCHALK, Elson Guimarães. <b>Curso de direito do trabalho</b>. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. 1, 2.  GUEDES, José Antônio Cugula. <b>Manual prático de direito do trabalho: direito individual do trabalho</b>. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2001.  VOGEL NETO, Gustavo Adolpho. <b>Curso de direito do trabalho</b>. Rio de Janeiro: Forense, 2002.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1740	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Capacitar os futuros profissionais da área do Direito, com base científica, ao exercício na atuação objetiva dentro da área proposta ou correlata, habilitando-os a uma reflexão crítica sobre a disciplina de Direito Contratual II. - Interpretar e avaliar as diversas espécies de contratos civis na sistemática do Código Civil e de leis especiais.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Contrato de Compra e venda; Contrato de Troca ou Permuta; Contrato de Doação; Contrato de Locação de coisas. Lei do Inquilinato; Contrato de Empréstimo: Comodato; Contrato de Empréstimo: Mútuo; Prestação de Serviços; Empreitada; Depósito; Mandato; Seguro; Fiança; Corretagem; Transação e Compromisso; Jogo e Aposta.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 - Contrato de Compra e venda  UNIDADE 2 - Contrato de Troca ou Permuta  UNIDADE 3 - Contrato de Doação  UNIDADE 4 - Contrato de Locação de coisas. Lei do Inquilinato  UNIDADE 5 - Contrato de Empréstimo: Comodato  UNIDADE 6 - Contrato de Empréstimo: Mútuo  UNIDADE 7 - Prestação de Serviços  UNIDADE 8 - Empreitada  UNIDADE 9 - Depósito  UNIDADE 10 - Mandato  UNIDADE 11 - Seguro  UNIDADE 12 - Fiança  UNIDADE 13 - Corretagem  UNIDADE 14 - Transação e Compromisso  UNIDADE 15 - Jogo e Aposta</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b>  RIZZARDO, Arnaldo. <b>Contratos</b>. Rio de Janeiro: Forense.  RODRIGUES, Sílvio. <b>Direito civil</b>. São Paulo: Saraiva, volume. 3.  VENOSA, Sílvio de Salvo. <b>Direito civil</b>. São Paulo: Atlas, volumes 2 e 3.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  MONTEIRO, Washington de Barros. <b>Curso de direito civil. Direito das obrigações – II PARTE</b> V. 5 São Paulo: Saraiva  NUNES, Rizzato. <b>Comentários ao código de defesa do consumidor</b>. São Paulo: Saraiva.  RAGAZZI, José Luiz; HONESKO, Raquel; HONESKO, Vitor Hugo Nicastro. <b>Código de defesa do consumidor comentado</b>. São Paulo: Atlas.  TEPEDINO, Gustavo. <b>Temas de direito civil</b>. Rio de Janeiro: Renovar.  COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Curso de direito comercial: direito de empresa</b>. São Paulo: Saraiva.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1748	<b>DIREITO PENAL: CRIMES CONTRA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> conhecer as diversas espécies de sanções penais desde a matriz constitucional humanista. Identificar a pena quanto a sua individualização judicial e executiva, bem como reconhecer as causas de extinção. Avaliar os modelos atuais de punição, desenvolvendo um pensamento crítico e explorando, fundamentalmente, a crise da pena privativa de liberdade cumprida em regime fechado.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Crimes contra a família; Crimes contra a incolumidade pública; Crimes contra a paz pública; Crimes contra a fé pública; Crimes contra a administração pública; Crimes especiais.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA  UNIDADE 2 – DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA  UNIDADE 3 – DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA  UNIDADE 4 – DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA  UNIDADE 5 – DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  UNIDADE 6 – DOS CRIMES ESPECIAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>BECHARA, Fabio Ramazzini; ESTEFAM, Andre; CAMPOS, Pedro Franco de. <b>Direito penal aplicado:</b> Parte Especial Do Código. Saraiva, 2010.  PRADO, Luiz Regis. <b>Curso de direito penal brasileiro.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 3.  CAPEZ, Fernando. <b>Curso de direito penal.</b> São Paulo: Saraiva, 2010, v. 3.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>JESUS, Damasio E. de. <b>Direito Penal, V.3 - Parte Especial</b> Editora: Saraiva,2010.  COSTA JR., Paulo José da; COSTA, Fernando José da. <b>Curso de direito penal.</b> 12. ed. rev. e atual. São Paulo : Saraiva, 2011.  BARROS, Francisco Dirceu. <b>Direito penal - Parte Especial, V.4.</b> Editora: CAMPUS, 2010.  GRECO, Rogerio. <b>Curso de direito penal, V.4 - Parte Especial,</b> Editora Impetus, 2010.  PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida. <b>Direito penal: Parte Especial.</b> Atlas, 2010 (Exame Da Ordem, V.6 )</p>		



Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1742	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL: RITO, MANIFESTAÇÃO E PROVAS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar o processo de conhecimento, em sua estrutura elementar, expondo sua natureza, peculiaridades e funções. Conhecer a demanda civil, apresentando a petição inicial e as respostas do réu. Analisar os institutos jurídicos da prova a partir da teoria geral da prova, bem como as provas em espécie e a audiência de instrução e julgamento.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Processo de conhecimento; Petição inicial; Pedido; Atos de comunicação processual; Resposta do réu; Providencias preliminares; O julgamento conforme o estado do processo; Provas, Audiência.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - PROCESSO DE CONHECIMENTO  UNIDADE 2 - PETIÇÃO INICIAL  UNIDADE 3 - PEDIDO  UNIDADE 4 - ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL  UNIDADE 5 – RESPOSTAS DO RÉU  UNIDADE 6 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES  UNIDADE 7 – O JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO  UNIDADE 8 – PROVAS  UNIDADE 9 – AUDIÊNCIA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. <b>Curso de direito processual civil</b>. Vol. I, São Paulo: Ed. Atlas, 2009.</p> <p>SANTOS, Moacyr Amaral. <b>Primeiras linhas de direito processual civil</b>. Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>THEODORO JUNIOR, Humberto. <b>Curso de direito processual civil</b>. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>ALVIM, Arruda. <b>Manual de direito processual civil</b>. Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.</p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel. <b>Instituições de direito processual civil</b>. Vol. III. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.</p> <p>REICHELTE, Luis Alberto. <b>A prova no direito processual civil</b>. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.</p> <p>MOREIRA, José Carlos Barbosa. <b>O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento</b>. 28. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>SANTOS, Ernani e Fidélis dos. <b>Manual de direito processual civil</b>. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1795	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL: PRINCÍPIOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS</b>	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer o processo penal, a partir de um paradigma constitucional e da matriz humanista do garantismo penal. Analisar o fundamento da existência do Processo Penal, sua estrutura sistemática, seus princípios gerais e o papel dinâmico e estático dos sujeitos processuais.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Fundamentos do direito de punir; Princípios do processo penal; Fontes do processo penal; Aplicação do direito processual penal; Interpretação da lei processual penal; Inquérito policial; Ação penal pública; Ação penal privada; Extinção da punibilidade; Ação penal e ação civil; Jurisdição e competência; Questões e processos incidentes; Incompatibilidades e impedimentos; Conflito de jurisdição; Restituições de coisas apreendidas; Medidas assecuratórias; Incidente de falsidade; Incidente de insanidade mental do acusado</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR  UNIDADE 2 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL  UNIDADE 3 – FONTES DO PROCESSO PENAL  UNIDADE 4 – APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL  UNIDADE 5 – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL  UNIDADE 6 – INQUÉRITO POLICIAL  UNIDADE 7 – AÇÃO PENAL PÚBLICA  UNIDADE 8 – AÇÃO PENAL PRIVADA  UNIDADE 9 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE  UNIDADE 10 – AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL  UNIDADE 11 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA  UNIDADE 12 – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES  UNIDADE 13 – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS  UNIDADE 14 – CONFLITO DE JURISDIÇÃO  UNIDADE 15 – RESTITUIÇÕES DE COISAS APREENDIDAS  UNIDADE 16 – MEDIDAS ASSECURATÓRIA  UNIDADE 17 – INCIDENTE DE FALSIDADE  UNIDADE 18 – INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>CAPEZ, Fernando. <b>Curso de processo penal</b>. São Paulo: Saraiva, 2009  GRINOVER, Ada; FERNANDES; Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. <b>As nulidades no processo penal</b>. 8. ed. São Paulo : RT, 2000.  TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Manual de processo penal</b>. São Paulo: Saraiva, 2009</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>MALCHER, Jose Lisboa da Gama . <b>Manual de processo penal</b>. Forense, 2009  COUTINHO, Jacinto Nelson De Miranda; Carvalho, Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de. <b>O Novo processo penal à luz da constituição</b>, RJ, Lumen Juris 2010.  TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Prática de processo penal</b>. Saraiva, 2010.  DEVECHI, Julio Cesar Craveiro; DEVECHI, Antonio. <b>Manual básico de processo penal</b>, Juruá Editora, 2010  SILVA, Luiz Claudio; SILVA, Franklyn Roger Alves . <b>Manual de processo e pratica penal</b>. Forense, 2010</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1264	DIREITOS REAIS	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os elementos fundamentais relativos ao direito das coisas, visando a compreensão do regime de apropriação privada, à luz da Constituição em vigor, em especial à função social da propriedade; Construir o conjunto de conhecimentos essenciais à identificação das bases históricas dos direitos reais, bem como flexibilizar a interação com conhecimentos fundamentais de sociologia, ciência política e filosofia; Conhecer o sistema de aquisição de direitos reais sobre coisa alheia, especialmente no pertinente aos direitos de fruição, aquisição e garantia, bem como os mecanismos de apropriação em decorrência da sucessão hereditária; Analisar as bases históricas do sistema de garantia, aquisição e fruição, a partir de uma visão crítica e pertinente ao direito sucessório.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Visão geral dos direitos das coisas; Posse; Propriedade; Direitos de Vizinhança; Condomínio; Propriedade Temporária; Direitos Reais de Uso e Fruição; Direitos Reais de Garantia.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 – VISÃO GERAL DOS DIREITOS DAS COISAS  UNIDADE 2 – POSSE  UNIDADE 3 – PROPRIEDADE  UNIDADE 4 – DIREITOS DE VIZINHANÇA  UNIDADE 5 – CONDOMÍNIO  UNIDADE 6 – PROPRIEDADE TEMPORÁRIA  UNIDADE 7 – DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO  UNIDADE 8 – DIREITOS REAIS DE GARANTIA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  DINIZ, Maria Helena. <b>Curso de direito civil brasileiro:</b> direito das coisas vol. 4. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  GONÇALVES, Carlos Roberto. <b>Direito civil brasileiro.</b> vol. 5: Direito das Coisas. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.  VENOSA, Silvio de Salvo. <b>Direito civil:</b> direitos reais. vol. 5. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  GOMES, Orlando. <b>Direitos reais.</b> Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.  PEREIRA, Caio Mario da Silva. <b>Instituições de direito civil.</b> vol. 4. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.  TEPEDINO, Gustavo. <b>Temas de direito civil.</b> 4 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.  ____ (org.); FACHIN, Luiz Edson (coord) <b>Diálogos sobre Direito Civil.</b> Rio de Janeiro: Renovar, 2008.</p>		

## 6º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1292	<b>DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE</b>	30h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer a ciência ecológica quanto as suas origens, desenvolvimento histórico e importância para a sociedade moderna. Educação Ambiental. Analisar as fontes e os fundamentos jurídicos do Direito Ambiental. Conhecer a evolução histórica, política e jurídica da problemática ambiental no Brasil e na comunidade internacional, visando uma discussão da possibilidade de crescimento econômico, compatível com as exigências de promoção dos direitos sociais, econômicos e culturais dos cidadãos.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Elementos de ecologia. Educação ambiental. A história do Direito Ambiental; Direito Internacional do meio ambiente; Direito Ambiental e seus fundamentos.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – ELEMENTOS DE ECOLOGIA, O MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL  UNIDADE 1 – A HISTÓRIA DO DIREITO AMBIENTAL  UNIDADE 2 – DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE  UNIDADE 3 – DIREITO AMBIENTAL E SEUS FUNDAMENTOS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ACSELRAD, Henri. <b>O que é justiça ambiental</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.  MACHADO, Paulo Affonso de Leme. <b>Direito ambiental brasileiro</b>. São Paulo: Malheiros, 2008.  MUKAI, Toshio. <b>Direito ambiental: sistematizado</b>. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>DIAS, Genebaldo Freire. <b>Educação ambiental: princípios e práticas</b>. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.  FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. <b>Curso de direito ambiental brasileiro</b>. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.  BRASIL. Leis. Decretos, etc. <b>Legislação de direito ambiental</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (Coleção Saraiva de legislação)  VARELA, Marcelo Dias (Org.); BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (Org.). <b>Proteção internacional do meio ambiente</b>. Brasília: UNITAR, 2009.  SIRVINSKAS, Luís Paulo. <b>Manual de direito ambiental</b>. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1755	<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORGANIZAÇÃO E AGENTES PÚBLICOS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os instrumentos imprescindíveis à atuação da Administração Pública, com especial ênfase ao aspecto da eficácia das medidas necessárias à realização do bem estar da sociedade, a fim de tornar possível a materialização dos objetivos do Estado Democrático de Direito.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Conceitos, Definições, Fontes do Direito Administrativo. Princípios. Princípios Expressos Princípios Implícitos. Administração Pública e Organização Administrativa. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Fatos Administrativos. Processos Administrativos. Agentes Públicos. Regimes Estatutário E Celetista. Regimes Jurídicos Únicos.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 - CONCEITOS, DEFINIÇÕES, FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO  UNIDADE 2 - PRINCÍPIOS. PRINCÍPIOS EXPRESSOS PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS  UNIDADE 3 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  UNIDADE 4 - PODERES ADMINISTRATIVOS  UNIDADE 5 - ATOS ADMINISTRATIVOS. FATOS ADMINISTRATIVOS  UNIDADE 6 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS  UNIDADE 7 - AGENTES PÚBLICOS. REGIMES ESTATUTÁRIO E CELETISTA. REGIMES JURÍDICOS ÚNICOS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. <b>Curso de direito administrativo.</b> 15. ed. São Paulo : Malheiros, 2022.  GASPARINI, Diogenes. <b>Direito administrativo.</b> 7. ed. São Paulo : Saraiva, 2022.  DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito administrativo.</b> São Paulo : Atlas, 2020.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  FIGUEIREDO, Lúcia Valle. <b>Curso de direito administrativo.</b> 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2018  MEIRELLES, Hely Lopes. <b>Direito administrativo brasileiro.</b> 27. ed. São Paulo : Malheiros, 2013.  MEDAUAR, Odete. <b>Direito administrativo moderno.</b> 6. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2020.  ALEXANDRINO, Marcelo &amp; PAULO Vicente. <b>Direito administrativo descomplicado.</b>15. ed. Rio de janeiro: Impetus, 2018.  JUSTEN FILHO, Marçal. <b>Comentários a lei de licitações e contratos administrativos.</b> São Paulo : Dialética, 2021</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1753	<b>CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO E DIREITO COLETIVO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os aspectos peculiares ao Direito do Trabalho, que lhe dão individualidade dentro da Ciência do Direito. Analisar a relação de emprego, do ponto de vista de seus aspectos especiais e de sua extinção. Examinar, criticamente, os aspectos relativos ao Direito Coletivo do Trabalho, a partir dos preceitos Constitucionais e à luz dos princípios do humanismo social cristão.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Segurança e Medicina do Trabalho; Aviso Prévio; Estabilidade e Garantia no Emprego; Formas de Extinção da Relação de Emprego; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Do Trabalho da Mulher; Trabalho do Menor; Trabalho do Menor Aprendiz e do Estagiário; Contratos Especiais de Trabalho; Espécies de Trabalhadores; Direito Coletivo do Trabalho e Direito Sindical; Conflitos Coletivos; Convenções e Acordos Coletivos; Autodefesa; Temas Atuais de Direito do Trabalho.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO  UNIDADE 2 – AVISO PRÉVIO  UNIDADE 3 – ESTABILIDADE E GARANTIA NO EMPREGO  UNIDADE 4 – FORMAS DE EXTINÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO  UNIDADE 5 – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO  UNIDADE 6 – TRABALHO DA MULHER  UNIDADE 7 – TRABALHO DO MENOR  UNIDADE 8 – TRABALHO DO MENOR APRENDIZ E DO ESTAGIÁRIO  UNIDADE 9 – CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO  UNIDADE 10 – ESPÉCIEIS DE TRABALHADORES  UNIDADE 11 – DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E DIREITO SINDICAL  UNIDADE 12 – CONFLITOS COLETIVO  UNIDADE 13 – CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS  UNIDADE 14 – AUTODEFESA  UNIDADE 15 – TEMAS ATUAIS DE DIREITO DO TRABALHO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>CARRION, Valentin. <b>Comentários à consolidação das leis do trabalho</b>. 25. ed. São Paulo : Saraiva, 2000.</p> <p>RUSSOMANO, Mozart Victor. <b>Princípios gerais de direito sindical</b>. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1998.</p> <p>SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. <b>Direito internacional do trabalho</b>. 2. ed. São Paulo : LTr, 1987.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>CAMINO, Carmem. <b>Direito individual do trabalho</b>. Porto Alegre : Síntese, 1999.</p> <p>GOMES, Orlando. <b>Curso de direito do trabalho</b>. 16. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2001.</p> <p>GOTTSCHALK, Elson Guimarães. <b>Curso de direito do trabalho</b>. 5. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2003. v. 1, 2.</p> <p>GUEDES, José Antônio Cugula. <b>Manual prático de direito do trabalho: direito individual do trabalho</b>. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2001.</p> <p>JUNIOR, Victor Russomano. <b>Política trabalhista brasileira: análise crítica</b>. Rio de Janeiro: Forense, 1997.</p> <p>SANTOS, Aloysio. <b>Assédio sexual: nas relações trabalhistas e estatutárias</b>. Rio de Janeiro: Forense, 1999.</p> <p>SILVA, Otávio Pinto. <b>A contratação coletiva como fonte do direito do trabalho</b>. São Paulo: LTr, 1998</p> <p>VOGEL NETO, Gustavo Adolpho. <b>Curso de direito do trabalho</b>. Rio de Janeiro: Forense, 2002.</p> <p>ZANGRANDO, Carlos H. S. <b>Greve no direito brasileiro</b>. Rio de Janeiro: Forense, 1994.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1758	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DECISÕES E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer as peças conclusivas do processo cível para usar os mecanismos e identificar os prazos legais para a fase recursal. Analisar a estrutura recursal brasileira, a partir do estudo da separação de poderes, bem como da dogmática processual vigente em matéria recursal.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> A sentença; A coisa julgada; Reações às decisões judiciais; Meios autônomos de impugnação; Recursos; Recursos contra decisões de primeira instância; Recursos contra decisões de segunda instância; Outros casos de competência originária dos tribunais.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – A SENTENÇA  UNIDADE 2 – A COISA JULGADA  UNIDADE 3 – REAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS  UNIDADE 4 – MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO  UNIDADE 5 – RECURSOS  UNIDADE 6 – RECURSOS CONTRA DECISÕES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  UNIDADE 7 – RECURSOS CONTRA DECISÕES DE SEGUNDA INSTÂNCIA  UNIDADE 8 – OUTROS CASOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. <b>Curso de direito processual civil</b>. Vol. II e III. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p> <p>SANTOS, Moacyr Amaral. <b>Primeiras linhas de direito processual civil</b>. São Paulo: Saraiva, 2009. v.3.</p> <p>THEODORO JUNIOR, Humberto. <b>Curso de direito processual civil</b>. Vol. I. São Paulo: Forense, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>ARRUDA, Alvim. <b>Manual de direito processual civil</b>. Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.</p> <p>SANTOS, Ernani Fidélis dos. <b>Manual de direito processual civil</b>. Vol. I, São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel. <b>Instituições de direito processual civil</b>. 2. ed. rev. e atual. VOLUME 2. São Paulo: Malheiros Editores, 2009</p> <p>Fux, Luiz. <b>Curso de direito processual civil: processo de conhecimento</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008</p> <p>MOREIRA, José Carlos Barbosa. <b>O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento</b>. 28. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1750	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL: PROVAS, PRISÕES E SENTENÇA</b>	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer o processo penal, a partir de um paradigma constitucional e da matriz humanista do garantismo penal. Analisar o fundamento da existência do Processo Penal, sua estrutura sistemática, seus princípios gerais e o papel (dinâmico e estático) dos sujeitos processuais.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Prova; Perícias; Exame do corpo de delito; Interrogatório do acusado; Confissão; Inquirição do ofendido; Inquirição da testemunha; Reconhecimento de pessoas e coisas; Acareação; Documentos; Índícios; Busca e apreensão; Sujeitos processuais; Prisão em geral; Prisão em flagrante; Prisão preventiva; Prisão temporária; Prisão decorrente de pronúncia; Liberdade provisória; Citações, intimações e notificações; Sentença; Nulidades no processo penal</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DA PROVA  UNIDADE 2 – DAS PERÍCIAS  UNIDADE 3 – DO EXAME DO CORPO DE DELITO  UNIDADE 4 – INTERROGATÓRIO DO ACUSADO  UNIDADE 5 – DA CONFISSÃO  UNIDADE 6 – DA INQUIRIÇÃO DO OFENDIDO  UNIDADE 7 – DA INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS  UNIDADE 8 – DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS  UNIDADE 9 – DA ACAREAÇÃO  UNIDADE 10 – DOS DOCUMENTOS  UNIDADE 11 – DOS INDÍCIOS  UNIDADE 12 – DA BUSCA E APREENSÃO  UNIDADE 13 – SUJEITOS PROCESSUAIS  UNIDADE 14 – DA PRISÃO EM GERAL  UNIDADE 15 – DA PRISÃO EM FLAGRANTE  UNIDADE 16 – DA PRISÃO PREVENTIVA  UNIDADE 17 – DA PRISÃO TEMPORÁRIA  UNIDADE 18 – DA PRISÃO DECORRENTE DE PRONÚNCIA  UNIDADE 19 – DA LIBERDADE PROVISÓRIA  UNIDADE 20 – DAS CITAÇÕES, INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES  UNIDADE 21 – DA SENTENÇA  UNIDADE 22 – DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Prática de processo penal</b>. 32ª. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. <b>O novo processo penal à luz da constituição</b>: análise crítica do projeto de lei Nº 156/2009. RJ: Lumen Juris, 2010</p> <p>MOSSIN, Heráclito Antônio. <b>Compêndio de processo penal</b> - Curso Completo. Editora: Manole 1ª Edição, 2009</p>		
<p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BEDÊ JÚNIOR, Américo; SENNA, Gustavo. <b>Princípios do processo penal</b>: entre o garantismo e a efetividade da sanção. São Paulo: RT, 2009</p> <p>ISHIDA, Valter Kenji. <b>Processo penal</b>. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>DE JESUS, Damásio E. <b>Código de processo penal anotado</b>. São Paulo: Saraiva, 24ª ed. 2010.</p> <p>FAYET JÚNIOR, Ney (Org.); MAYA, André Machado (Org.). <b>Ciências penais e sociedade complexa</b>. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008</p> <p>CARNELUTTI, Francesco . <b>As misérias do processo penal</b>. EDIJUR, 2010.</p>		



<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1266</b>	<b>DIREITO DO CONSUMIDOR</b>	<b>30 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Possibilitar a compreensão dos fundamentos teóricos e práticos do Direito do Consumidor, promovendo um estudo sistemático das atividades negociais, a partir da principiologia própria da relação de consumo. Analisar as sanções administrativas e judiciais que tutelam as relações de consumo.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Fundamentos do direito do consumidor; O código de defesa do consumidor; Atividade negocial; Sanções administrativas e judiciais; Sistema nacional de defesa do consumidor</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>            UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR            UNIDADE 2 – O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR            UNIDADE 3 – ATIVIDADE NEGOCIAL            UNIDADE 4 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS            UNIDADE 5 – SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>		
<p><b>BILIOGRAFIA BÁSICA</b>            BONATTO, Cláudio. <b>Código de defesa do consumidor:</b> cláusulas abusivas nas relações contratuais de consumo. Porto Alegre: Livraria do Advogado.            GRINOVER, Ada Pelegrini et al. <b>Código brasileiro de defesa do consumidor</b> - comentado pelos autores do anteprojeto. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense.            MARQUES, Cláudia Lima. <b>Contratos no código de defesa do consumidor.</b> 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.</p>		
<p><b>COMPLEMENTAR</b>            BONATTO, Cláudio e MORAES, Paulo Valério Dal Pai. <b>Questões controvertidas no código de defesa do consumidor.</b> 3. ed. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2001.            FILOMENO, José Geraldo Brito. <b>Manual de direitos do consumidor.</b> 7. ed. São Paulo : Atlas, 2004.            NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. <b>Comentários ao código de defesa do consumidor.</b> São Paulo : Saraiva, 2000.            OLIVEIRA, Juarez (coordenador). <b>Comentários ao código de proteção do consumidor.</b> São Paulo: Saraiva, 1991.            REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR. São Paulo: Revista dos Tribunais.            SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. <b>Responsabilidade civil no código do consumidor e a defesa do fornecedor.</b> 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.            THEODORO JÚNIOR, Humberto. <b>Direitos do consumidor.</b> Rio de Janeiro: Forense, 2004.</p>		

## 7º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1292	<b>DIREITO AMBIENTAL: LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS</b>	60h
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os aspectos históricos, político e jurídico da problemática ambientalista. Discutir a possibilidade de um crescimento econômico compatível com as exigências de promoção dos direitos sociais, econômicos e culturais do cidadão. Analisar a necessidade de um desenvolvimento sustentável que possa compatibilizar os imperativos econômicos à cidadania e o equilíbrio ecológico.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> O meio ambiente como objeto do Direito; A responsabilidade por danos ecológicos; Meios processuais de proteção ambiental; Direito Ambiental Comparado</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DO DIREITO  UNIDADE 2 – A RESPONSABILIDADE POR DANOS AMBIENTAIS  UNIDADE 3 – MEIOS PROCESSUAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  UNIDADE 4 – DIREITO AMBIENTAL COMPARADO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. <b>Direito ambiental brasileiro</b>. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.</p> <p>ANTUNES, Paulo de Bessa. <b>Manual de direito ambiental</b>: para cursos universitários com provas de concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 254 p</p> <p>MUKAI, Toshio. <b>Direito ambiental</b>: sistematizado. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>FIORILLO, Celso A. Pacheco. <b>Princípios do direito processual ambiental</b>. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>VARELA, Marcelo Dias (Org.); BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (Org.). <b>Proteção internacional do meio ambiente</b>. Brasília: UNITAR, 2009.</p> <p>ABELHA, Marcelo. <b>Ação civil pública e meio ambiente</b>. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2009.</p> <p>SAMPAIO, José Adércio Leite. <b>Princípios de direito ambiental – na dimensão internacional e comparada</b>. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.</p> <p>VITTA, Heraldo Garcia. <b>Responsabilidade civil e administrativa por dano ambiental</b>. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
731	<b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os instrumentos indispensáveis para a compreensão da organização e competência da Justiça do Trabalho. Analisar o Direito Processual do Trabalho segundo os preceitos jurídicos e constitucionais vigentes. Analisar os principais institutos e as diversas fases do processo do trabalho, tendo em vista sua autonomia e peculiaridades como ramo do Direito Processual.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Direito Processual do Trabalho; Judiciário trabalhista; Formas de solução dos conflitos trabalhistas; Jurisdição e competência da justiça do trabalho; Das partes e dos procuradores. Dissídio Individual; Embargos à execução; Procedimento sumaríssimo; Dissídio coletivo. Sistema recursal trabalhista; Procedimentos especiais e acessórios na Justiça do Trabalho</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO;  UNIDADE 2 – DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA;  UNIDADE 3 – FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS;  UNIDADE 4 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO;  UNIDADE 5 – DAS PARTES E DOS PROCURADORES  UNIDADE 6 – DISSÍDIO INDIVIDUAL;  UNIDADE 7 – EMBARGOS À EXECUÇÃO  UNIDADE 8 – PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO;  UNIDADE 9 – DISSÍDIO COLETIVO;  UNIDADE 10 – SISTEMA RECURSAL TRABALHISTA;  UNIDADE 11 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E ACESSÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>GIGLIO, Wagner – CORRÊA, Claudia Gíglio Vetri. <b>Direito processual do trabalho</b>. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2008 ou 2009.</p> <p>MARTINS, FILHO, Ives Gandra da Silva. <b>Processo coletivo do trabalho</b>. São Paulo: Ltr, 1996.</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. <b>Direito processual do trabalho: doutrina e pratica forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros</b>. São Paulo: Atlas, 2000.</p>		
<p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>NASCIMENTO, Amauri. Mascaro do. <b>Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho : relações individuais e coletivas do trabalho</b>. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BARROS, Alice Monteiro de. <b>Curso de direito do trabalho</b>. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu de. <b>Manual de prática trabalhista</b>. 44. ed. São Paulo: Atlas, 2010</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. <b>CLT comentada: legislação, doutrina, jurisprudência</b>. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. <b>Sistema dos recursos trabalhistas</b> 10ª Ed. São Paulo, LTr, 1997.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1772	<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL: ATOS EXECUTÓRIOS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS</b>	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Proporcionar o conhecimento do cumprimento de sentença, do processo de execução, dos embargos, do processo cautelar, dos procedimentos de jurisdição contenciosa e voluntária, verificando conceitos, requisitos e características de cada instituto.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Cumprimento de sentença; Processo de Execução; Embargos; Processo cautelar; Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa; Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA  UNIDADE 2 – PROCESSO DE EXECUÇÃO  UNIDADE 3 – EMBARGOS  UNIDADE 4 – PROCESSO CAUTELAR  UNIDADE 5 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA  UNIDADE 6 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. <b>Curso de direito processual civil</b>. Volumes II e III. São Paulo: Editora Atlas, 2010.</p> <p>SANTOS, Moacyr Amaral. <b>Primeiras linhas de direito processual civil</b>. Volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>THEODORO JUNIOR, Humberto. <b>Curso de direito processual civil</b>. Volumes II e III. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel. <b>Instituições de direito processual civil</b>. Volume III. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.</p> <p>GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. <b>Novo curso de direito processual civil: processo de conhecimento (2ª parte) e procedimentos especiais</b>. Volumes II e III. 5.ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. <b>Código de processo civil comentado artigo por artigo</b>. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.</p> <p>MOREIRA, José Carlos Barbosa. <b>O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento</b>. 28. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>SANTOS, Ernani e Fidélis dos. <b>Manual de direito processual civil</b>. Volume II e III. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1765	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL: PROCEDIMENTOS, RECURSOS E AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer e interpretar os procedimentos utilizados no Direito Processual penal em suas especificidade. Analisar os mecanismos concernentes às relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.. Identificar as diversas modalidades de recursos e a oportunidade de interposição dos mesmos.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Procedimentos; Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira; Recursos em geral; Recurso em sentido estrito; Apelação; Protesto por novo júri; Carta testemunhável; Recurso extraordinário; Recurso especial; Recurso criminal ordinário constitucional; Recurso ordinário constitucional; <i>Habeas-corpus</i>; Revisão criminal; Embargos infringentes e de nulidade; Embargos de declaração</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DOS PROCEDIMENTOS  UNIDADE 2 – DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA  UNIDADE 3 – DOS RECURSOS EM GERAL  UNIDADE 4 – DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO  UNIDADE 5 – DA APELAÇÃO  UNIDADE 7 – DA CARTA TESTEMUNHÁVEL  UNIDADE 8 – DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  UNIDADE 9 – DO RECURSO ESPECIAL  UNIDADE 10 – DO RECURSO CRIMINAL ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL  UNIDADE 11 – DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL  UNIDADE 12 – DO "HABEAS-CORPUS"  UNIDADE 13 – DA REVISÃO CRIMINAL  UNIDADE 14 – DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE  UNIDADE 15 – DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Prática de processo penal</b>. 17. ed. atual. e ampl. São Paulo : Saraiva, 1995.</p> <p>OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. <b>Curso de processo penal</b>. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.</p> <p>BONFIM, Edilson Mougenot. <b>Curso de processo penal: atualizado de acordo com a Lei n. 12.234/2010 (prescrição) e as Súmulas 438 e 444 do STJ</b>. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 930p.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>TAVORA, Nestor. <b>Curso de direito processual penal</b>. Salvador: Juspodium, 2011.</p> <p>DE JESUS, Damásio E. <b>Código de processo penal anotado</b>. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>FERNANDES, Antônio Scarance. <b>Processo penal constitucional</b>. São Paulo: RT, 1999.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. <b>Manual de processo penal e execução penal</b>. São Paulo: RT, 2011.</p> <p>MARCÃO, Renato. <b>Curso de execução penal</b>. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
--------	-----------------	---------------

1770	PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA E EXTENSÃO EM DIREITO DO TRABALHO	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Introduzir o acadêmico na prática forense trabalhista e previdenciária, traduzindo o dia-a-dia do advogado militante na referida área</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Prática Jurídica Simulada, com estudo de casos, a partir da elaboração de peças processuais e análise de autos findos; representação judicial de partes em demandas trabalhistas, sempre assistido por um docente orientador; frequência obrigatória a um número mínimo de audiências junto à justiça Laboral, além de práticas de secretarias cartorária</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>            CARDONE, Marly A. <b>Advocacia trabalhista: direito processual: direito individual : direito coletivo : direito previdencial.</b> 19. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.            MARTINS, Sergio Pinto. <b>Direito processual do trabalho: doutrina e pratica forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros.</b> São Paulo: Atlas, 2000.            OLIVEIRA, Aristeu de. <b>Manual de prática trabalhista.</b> 44. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>            CARRION, Valentin. <b>Comentários à consolidação das leis do trabalho.</b> 25ªed. São Paulo: Saraiva, 2000.            GIGLIO, Wagner. <b>Direito processual do trabalho.</b> São Paulo: Saraiva, 2000.            MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. <b>Processo coletivo do trabalho.</b> São Paulo: LTr, 1996.            ANDRÉ, Luiz Sérgio Affonso de, ALTEMANI, Nelson. <b>Roteiro prático das ações.</b> 20ª São Paulo. Editora Saraiva. 2009            MALTA, Christovão Piragibe Toste. <b>Prática do processo trabalhista.</b> São Paulo: Editora LTr, 2010.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1768	<b>DIREITO ADMINISTRATIVO: LICITAÇÕES, SERVIÇOS PÚBLICOS E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar o regime jurídico dos servidores da União, o controle exercido sobre o Poder Executivo pelos demais poderes, o processo administrativo e a intervenção na propriedade privada e no domínio público.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Licitações; Contratos administrativos. Serviços públicos. Controle da Administração Pública. Improbidade administrativa. Responsabilidade Civil do Estado.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - LICITAÇÕES  UNIDADE 2 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  UNIDADE 3 - SERVIÇOS PÚBLICOS  UNIDADE 4 - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  UNIDADE 5 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA  UNIDADE 6 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. <b>Curso de direito administrativo</b>. 15. ed. São Paulo : Malheiros, 2003.</p> <p>GASPARINI, Diogenes. <b>Direito administrativo</b>. 7. ed. São Paulo : Saraiva, 2002.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito administrativo</b>. São Paulo : Atlas, 2002.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>FILHO, Marçal Justen. <b>Comentários a lei de licitações e contratos administrativos</b>. São Paulo : Dialética, 2010</p> <p>FIGUEIREDO, Lúcia Valle. <b>Curso de direito administrativo</b>. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2008</p> <p>MEIRELLES, Hely Lopes. <b>Direito administrativo brasileiro</b>. 27. ed. São Paulo : Malheiros, 2003.</p> <p>MEDAUAR, Odete. <b>Direito administrativo moderno</b>. 6. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2009.</p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo &amp; PAULO Vicente. <b>Direito administrativo descomplicado</b>. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.</p>		

## 8º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1780	DIREITOS INTERNACIONAL	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Capacitar os futuros profissionais da área do Direito ao exercício na atuação internacional, habilitando-os a uma reflexão crítica sobre a disciplina de Direito Internacional Público e Privado; Verificar os antecedentes históricos do Direito Internacional e Direitos Humanos, mediante a descrição dos fatos relevantes para sua gênese, bem como os fundadores do Direito Internacional Público; Avaliar a proteção da pessoa humana no âmbito internacional e humano.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Direito Internacional Público; Indivíduo no Direito Internacional Público; Tratados Internacionais; Organização das Nações Unidas; Conflitos Internacionais; Embaixada e Consulado; Direito Internacional privado; Conflito de leis no Espaço; Conflito de Jurisdição</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>            UNIDADE 1 – DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO            UNIDADE 2 – PESSOA HUMANA NO ÂMBITO INTERNACIONAL            UNIDADE 3 – TRATADOS INTERNACIONAIS            UNIDADE 4 – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS            UNIDADE 5 – ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS            UNIDADE 6 – CONFLITOS INTERNACIONAIS            UNIDADE 7 – INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO            UNIDADE 8 – CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO            UNIDADE 9 – JURISDIÇÃO INTERNACIONAL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b>  <b>BÁSICA</b>            MAZZUOLI, Valério de Oliveira. <b>Curso de direito internacional público.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.            PEREIRA, Bruno Yepes. <b>Curso de direito internacional público.</b> São Paulo: Saraiva.            PIOVESAN, Flávia. <b>Direitos humanos e o direito constitucional internacional.</b> São Paulo: Saraiva, 2008.,    <b>COMPLEMENTAR</b>            ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. <b>Manual de direito internacional público.</b> 16. ed. ver. atual. e ampl., São Paulo: Saraiva.            GODINHO, Thiago José Zanini. <b>Elementos de direito internacional público e privado.</b> São Paulo : Atlas.            MENEZES, Wagner. <b>Direito internacional no cenário contemporâneo.</b> São Paulo: Juruá Editora, 2003.            SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva (org.). <b>Legislação internacional.</b> Barueri: Manole VARELLA, Marcelo Dias. <b>Direito internacional público.</b> São Paulo: Saraiva</p>		



Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1798	<b>DIREITO DAS FAMÍLIAS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Capacitar os futuros profissionais da área do Direito, com base científica, ao exercício na atuação objetiva dentro da área proposta ou correlata, habilitando-os a uma reflexão crítica sobre a disciplina de Direito de Família. Construir subsídios para a compreensão das transformações ocorridas no âmbito das relações familiares, a partir do estudo sociológico e jurídico da família. Examinar as relações pessoais e patrimoniais decorrentes do matrimônio, bem como as advindas do convívio em uniões estáveis e relacionamentos homoafetivos. Analisar a filiação e as relações dos filhos com os pais, as peculiaridades e características da adoção e a proteção resultante da tutela e da curatela.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Introdução ao Direito de Família; Casamento; Regime de bens; Divórcio; União Estável; Parentesco; Filiação; Adoção; Poder Familiar; Alimentos; Bem de Família; Tutela; Curatela; Temas Atuais em Direito de Família</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO DE FAMÍLIA  UNIDADE 2 – DO CASAMENTO  UNIDADE 3 – DO REGIME DE BENS  UNIDADE 4 – DIVÓRCIO  UNIDADE 5 – DA UNÃO ESTÁVEL  UNIDADE 6 – DO PARENTESCO  UNIDADE 7 – DA FILIAÇÃO  UNIDADE 8 – DA ADOÇÃO  UNIDADE 9 – DO PODER FAMILIAR  UNIDADE 10 – DOS ALIMENTOS  UNIDADE 11 – BEM DE FAMÍLIA  UNIDADE 12 – DA TUTELA  UNIDADE 13 – DA CURATELA  UNIDADE 14 – TEMAS ATUAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b>  <b>BÁSICA</b>  RODRIGUES, Sílvio. <b>Direito civil: direito de família.</b> São Paulo: Saraiva.  RIZZARDO, Arnaldo. <b>Direito de família.</b> Rio de Janeiro: Forense.  VENOSA, Sílvio de Salvo. <b>Direito civil.</b> vol. VI. São Paulo: Atlas.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>  BAUMAN, Zygmunt. <b>Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos</b> Rio de Janeiro: Jorge Zahar  CAHALI, Yussef Said. <b>Dos alimentos.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais.  DIAS, Maria Berenice. <b>A lei Maria da Penha na justiça. A efetividade da Lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.</b> São Paulo : Revista dos Tribunais  DIAS, Maria Berenice. <b>Manual de direito das famílias.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais.  FACHIN, Luiz Edson. <b>Direito de família: elementos críticos à luz do novo Código Civil brasileiro.</b> Rio de Janeiro: Renovar.  LEITE, Eduardo de Oliveira. <b>Famílias monoparentais.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1274	<b>MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar a estrutura do conflito e seus fatores intrínsecos e extrínsecos, valorizando a resolução alcançada pelas partes como forma alternativa à solução jurisdicional. Identificar a juridicidade presente na arbitragem, na conciliação, na mediação e nas práticas restaurativas. Analisar os métodos extrajudiciais e identificar o que melhor se aplica a cada caso.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Teoria geral dos conflitos e sua gestão. A eficácia do processo e os métodos alternativos de resolução de conflitos. A arbitragem. A conciliação. A mediação. A justiça restaurativa.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 – TEORIA GERAL DOS CONFLITOS E SUA GESTÃO  UNIDADE 2 – A EFICÁCIA DO PROCESSO E OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS  UNIDADE 3 – A ARBITRAGEM  UNIDADE 4 – A CONCILIAÇÃO  UNIDADE 5 – A MEDIAÇÃO  UNIDADE 6 – A JUSTIÇA RESTAURATIVA</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b>  <b>BÁSICA</b>  MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. <b>Mediação e arbitragem:</b> alternativas à jurisdição. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.  RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Departamento Pedagógico. Divisão de Programas e Projetos Especiais. <b>Justiça restaurativa. Manual pedagógico de práticas restaurativas:</b> restaurando relações. Compilação, sistematização e redação Nelnie Viale Lorenzoni. [Porto Alegre]: [s.n.], 2010.  SPENGLER, Fabiana Marion (Org.); Lucas, Douglas Cesar (Org.). <b>Justiça restaurativa e mediação:</b> políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.  <b>COMPLEMENTAR</b>  CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. <b>Acesso à justiça.</b> Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.  CAPPELLARI, Jéferson. <b>ABC do Girafês:</b> aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz. Curitiba: Multideia, 2012.  LEITE, Eduardo de Oliveira (Coord.). <b>Mediação, arbitragem e conciliação.</b> Rio de Janeiro: Forense, 2008.  SPENGLER, Fabiana Marion. <b>Da jurisdição à mediação:</b> por uma outra cultura no tratamento de conflitos. Ijuí: Unijuí, 2010.  WARAT, Luiz Alberto. <b>Surfando na pororoca:</b> o ofício do mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1779	<b>PRÁTICA JURÍDICA CIVIL E EXTENSÃO EM DIREITO CIVIL</b>	<b>60 horas</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Desenvolver nos acadêmicos, por meio de práticas simuladas, as habilidades para as profissões relacionadas ao Direito Civil.		
<b>EMENTA:</b> Elaboração de peças processuais: petições iniciais, contestações e réplicas; Audiência cível simulada; Análise de autos findos; Elaboração de peças processuais: recursos, execuções, cautelares e ações de procedimentos especiais.		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. <b>Prática no processo civil</b>. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p> <p>CASELLA, José Erasmo . <b>Manual de prática forense</b>. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>LOPES, Renan Kfuri. <b>Prática jurídica</b>. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>GAIO JÚNIOR, Antonio Pereira. <b>Direito processual civil</b>. Volumes I e II. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2008.</p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. <b>Curso de direito processual civil</b>. Volumes I, II e III. São Paulo: Editora Atlas, 2009.</p> <p>MOREIRA, José Carlos Barbosa. <b>O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento</b>. 28. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. <b>Código de processo civil comentado e legislação extravagante</b>. 10 ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.</p> <p>SANTOS, Moacyr Amaral. <b>Primeiras linhas de direito processual civil</b>. Volumes I, II e III. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1777	<b>PRÁTICA JURÍDICA PENAL E EXTENSÃO EM DIREITO PENAL</b>	<b>60 horas</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Orientar os acadêmicos no desenvolvimento de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área do Direito Penal, em todas as esferas institucionais.		
<b>EMENTA:</b> Prática Jurídica Simulada, onde serão realizados estudo de casos a partir da elaboração de peças processuais e análise de autos findos, defesas em matéria penal, questões atinentes aos crimes ambientais, além da frequência obrigatória a audiências e sessões do Tribunal do Júri.		
<p><b>PROGRAMA</b></p> <p>UNIDADE 1 – Elaboração de auto de prisão em flagrante delito</p> <p>UNIDADE 2 – Elaboração de inquérito policial</p> <p>UNIDADE 3 – Elaboração de denúncias e de queixas-crime</p> <p>UNIDADE 4 – Elaboração de incidentes de insanidade mental</p> <p>UNIDADE 5 – Simulação de audiências e de julgamentos colegiados</p> <p>UNIDADE 6 – Júris simulados</p> <p>UNIDADE 7 – Elaboração de sentenças de pronuncia e condenatórias</p> <p>UNIDADE 8 – Elaboração de recursos</p> <p>UNIDADE 9 – Rito ordinário e de processos de competência do Tribunal do Júri.</p> <p>UNIDADE 10 – Prisões Provisórias.</p> <p>UNIDADE 11 - Juizado Especial Criminal. Transação e suspensão condicional.</p> <p>UNIDADE 12 – Lesão Corporal e Lei Maria da Penha. Lei 11.340/06</p> <p>UNIDADE 13 – Lei de Tóxicos. Lei 11.343/06</p> <p>UNIDADE 14 – Lei de Execução Penal</p> <p>UNIDADE 15 – Recursos específicos: Embargos de declaração, Revisão Criminal, HC, Agravo de Execução.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>BONFIM, Edilson Mougnot. <b>Curso de processo penal</b>. São Paulo: Saraiva, 2009</p> <p>SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo. <b>Manual de prática penal</b>. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Manual de processo penal</b>. São Paulo: Saraiva, 2009</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>GONZAGA, Alfredo José de Oliveira. <b>Manual prático de direito penal e processo penal</b>. Cuiabá : Janina, 2006. (Exame de ordem &amp; concursos públicos)</p> <p>CAPEZ, Fernando. <b>Curso de processo penal</b>. São Paulo: Saraiva, 2009</p> <p>FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. <b>Juizados especiais federais cíveis e criminais</b>, Editora RT, 2010</p> <p>DEVECHI, Julio Cesar Craveiro; DEVECHI, Antonio. <b>Manual básico de processo penal</b>, Juruá Editora, 2010</p> <p>VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho; CAMPOS, Walfredo Cunha; MAGNO, Levy Emanuel. <b>Tribunal do júri: legislação penal especial</b>. Editora: Atlas, 2011</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
745	<b>DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar, interpretar e aplicar a legislação previdenciária no Brasil, bem como a abrangência dos procedimentos judiciais, desenvolvendo um senso reflexivo acerca da Previdência Social e suas alternativas na sociedade globalizada</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Previdência Social; Seguridade Social; Princípios de Direito Previdenciário na Constituição Federal de 1988; Regime geral da previdência e prestações previdenciárias; Obrigações acessórias e fiscalização; Contencioso administrativo; Acidente de trabalho; Procedimento judicial quanto ao tempo de serviço; Procedimentos judiciais quanto aos benefícios; Procedimentos judiciais quanto ao custeio</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>            UNIDADE 1 – Previdência Social;            UNIDADE 2 – Seguridade Social            UNIDADE 3 – Princípios de Direito Previdenciário na Constituição Federal de 1988            UNIDADE 4 – Regime geral da previdência e prestações previdenciárias            UNIDADE 5 – Das obrigações acessórias e fiscalização            UNIDADE 6 – Do contencioso administrativo            UNIDADE 7 – Do acidente de trabalho            UNIDADE 8 – Procedimento judicial quanto ao tempo de serviço            UNIDADE 9 – Procedimentos judiciais quanto aos benefícios            UNIDADE 10 – Procedimentos judiciais quanto ao custeio</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b>  <b>BÁSICA</b>            CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. <b>Manual de direito previdenciário</b>. 12ª Ed. Florianópolis : Editorial Conceito, 2010.            CORREIA, Marcus Orione G.; Correia, Érica Paula Barcha. <b>Curso de direito da seguridade social</b> – 5. ed. 2010 – Saraiva            MARTINS, Sergio Pinto. <b>Direito da seguridade social</b>. 30. ed. São Paulo : Atlas, 2010</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>            DUARTE, Marina Vasques. <b>Direito previdenciário</b>. 6. ed. 2008 Porto Alegre: Verbo Jurídico.            KERTZMAN, Ivan; Martinez, Luciano. <b>Guia prático da previdência social</b>. 4. Ed. 2010.            MARTINEZ, Wladimir Novaes. <b>Curso de direito previdenciário</b>. 3. ed. 2010 Editora LTR.            MARTINEZ, Wladimir Novaes. <b>Comentários à lei básica da previdência social</b> - plano de custeio. Vol. 1. 7. ed. 2010 Editora: LTR.            MARTINS, Sergio Pinto. <b>Direito da seguridade social</b>. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010 ( Col. Fundamentos Jurídicos, v.14 )</p>		

## 9º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1275	<b>DIREITO DO IDOSO, CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	<b>30 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Viabilizar o debate e a confrontação das ideias acerca dos direitos dos idosos, das crianças e dos adolescentes no contexto social brasileiro. Identificar os princípios basilares e interligar conhecimentos teóricos e práticos, a partir da análise das políticas públicas instituídas pela legislação protetiva fomentada pelo texto constitucional.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Fundamentos constitucionais dos direitos do idoso, da criança e do adolescente. Do direito da criança e do adolescente. Política Nacional da Criança e do Adolescente. Do direito do idoso. Política Nacional do Idoso.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>            UNIDADE 1 – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS DO IDOSO, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE            UNIDADE 2 – DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE            UNIDADE 3 – POLÍTICA NACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE            UNIDADE 4 – DO DIREITO DO IDOSO            UNIDADE 5 – POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b>  <b>BÁSICA</b>            ARENDT, Hannah. <b>A condição humana</b>. Rio de Janeiro: Forense Universitária.            CURY, Munir. <b>Estatuto da criança e do adolescente comentado</b>: comentários jurídicos e sociais . São Paulo: Malheiros.            RAMAYANA, Marcos. <b>Estatuto do Idoso comentado</b>. Rio de Janeiro: Roma Victor.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>            BOAS, Marco Antonio Vilas. <b>Estatuto do idoso comentado</b>. Rio de Janeiro: Forense.            LIBERATI, Wilson Donizeti. <b>Comentários ao estatuto da criança e do adolescente</b>. São Paulo: Malheiros.            RITT, Caroline Fockink; RITT, Eduardo. <b>O estatuto do idoso</b>. Aspectos sociais, criminológicos e penais. Porto Alegre: Livraria do Advogado.            ROUDINESCO, Elizabeth. <b>A família em desordem</b>. Rio de Janeiro: Zahar.            SHECAIRA, Sergio Salomão. <b>Sistema de garantias e direito penal juvenil</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1272	<b>DIREITO DAS SUCESSÕES</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os princípios gerais do Direito das Sucessões. Examinar os institutos jurídicos do Direito Sucessório, objetivando capacitar os futuros profissionais da área do Direito para uma reflexão crítica sobre a referida disciplina.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Introdução ao direito das sucessões. Princípios gerais do direito sucessório. Indivisibilidade da herança. Pactos sucessórios. Aceitação e renúncia da herança. Capacidade para suceder. Exclusão de herdeiros por indignidade. Exclusão de herdeiros por deserdação. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Cláusulas restritivas. Sucessão testamentária. Testamento. Capacidade testamentária. Redução das disposições testamentárias. Nulidades dos testamentos. Revogação e caducidade. Legados. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Colações. Sonegados. Cálculo da legítima. Inventários e arrolamentos. Processos. Petição de herança. Partilha. Encargos de herança. Pagamento das dívidas.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO SUCESSÓRIO  UNIDADE 2 - INDIVISIBILIDADE DA HERANÇA. PACTOS SUCESSÓRIOS  UNIDADE 3 - ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA  UNIDADE 4 - CAPACIDADE PARA SUCEDER. EXCLUSÃO DE HERDEIROS POR INDIGNIDADE  UNIDADE 5 - EXCLUSÃO DE HERDEIROS POR DESERDAÇÃO  UNIDADE 6 - ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA  UNIDADE 7 - HERDEIROS NECESSÁRIOS. CLÁUSULAS RESTRITIVAS  UNIDADE 8 - SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. TESTAMENTO  UNIDADE 9 - CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA  UNIDADE 10 - REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS  UNIDADE11 - NULIDADES DOS TESTAMENTOS. REVOGAÇÃO E CADUCIDADE  UNIDADE12 - LEGADOS  UNIDADE13 - DIREITO DE ACRESCEER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS  UNIDADE14 - COLAÇÕES  UNIDADE15 - SONEGADOS  UNIDADE16 - CÁLCULO DA LEGÍTIMA  UNIDADE17- INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS. PROCESSOS. PETIÇÃO DE HERANÇA  UNIDADE18 - PARTILHA  UNIDADE19 - ENCARGOS DE HERANÇA. PAGAMENTO DAS DÍVIDAS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>RIZZARDO, Arnaldo. <b>Direito das sucessões</b>. Rio de Janeiro: Forense.  VENOSA, Sílvio de Salvo. <b>Direito civil</b>. São Paulo: Atlas, vol. VII.  RODRIGUES, Sílvio. <b>Direito civil. Direito das sucessões</b>. São Paulo: Saraiva, vol. VII.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. <b>Curso de direito civil</b> volume V- família e Sucessões São Paulo: Saraiva.  DIAS, Maria Berenice. <b>Manual das sucessões</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais  GONÇALVES, Carlos Roberto. <b>Direito civil brasileiro</b>. São Paulo: Saraiva, vol. VII.  MONTEIRO, Washington de Barros. <b>Curso de direito civil. Direito das sucessões</b>. São Paulo: Saraiva Volume 6.  PEREIRA, Caio Mário da Silva. <b>Instituições de direito civil</b>. Atualização de Carlos Roberto Barbosa Moreira. Rio de Janeiro: Forense, vol. VI.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1279	<b>DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer a estrutura Constitucional do Sistema Tributário Nacional e das normas gerais do Direito Tributário. Conhecer o Sistema Processual tributário objetivando a utilização de instrumentos adequados à defesa dos contribuintes como condição à efetividade dos princípios formalmente elencados na Constituição Federal.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Direito Financeiro; Direito Tributário; Competência Tributária; Obrigação Tributária; Crédito Tributário; Administração Tributária; Processo Tributário.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 – DIREITO FINANCEIRO  UNIDADE 2 – DIREITO TRIBUTÁRIO  UNIDADE 3 – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA  UNIDADE 4 – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA  UNIDADE 5 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO  UNIDADE 6 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  UNIDADE 7 – PROCESSO TRIBUTÁRIO</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. <b>Curso de direito tributário</b>. 26. ed. São Paulo : Malheiros, 2005.  TORRES, Ricardo Lobo. <b>Curso de direito financeiro e tributário</b>. 17. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010  COELHO, Sacha Calmon Navarro. <b>Curso de direito tributário</b>. Ed Forense.2009.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>PETTER, Lafayette Josué. <b>Direito financeiro: doutrina, jurisprudência e questões de concursos</b>. Porto Alegre : Verbo Jurídico.  CREPALDI, Silvio Aparecido &amp; CREPALDI, Guilherme Simões. <b>Direito financeiro-teoria e prática</b>. Ed. Forense, 2009.  ALEXANDRINO, Marcelo &amp; PAULO, Vicente. <b>Manual de direito tributário</b>. Ed. Método. 2009.  BALEEIRO, Aliomar. <b>Direito tributário brasileiro</b>. Ed Forense. 2009.  SABBAG, Eduardo de Moraes. <b>Direito tributário</b>. 11. ed. Editora Revista dos Tribunais. 2009.</p>		



Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1801	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I</b>	<b>30 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Formular um problema de pesquisa jurídica. Elaborar, dentro da metodologia científica, e defender um projeto de artigo científico que não reduza a pesquisa a uma mera revisão bibliográfica, mas mostre domínio nas leituras científicas e autonomia do aluno nas buscas e produção de conhecimento teórico do tema eleito como de pesquisa.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Elaboração do projeto de monografia; Seminário de defesa preliminar; Revisão, correções e ajustes eventuais</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ARTIGO CIENTÍFICO  UNIDADE 2 – SEMINÁRIO DE DEFESA PRELIMINAR  UNIDADE 3 – REVISÃO, CORREÇÕES E AJUSTES EVENTUAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  LEPORE, Paulo Eduardo, FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves, LEHFELD, Lucas de Souza. <b>Monografia jurídica</b> : guia prático para elaboração. São Paulo: Método, 2021.  GONÇALVES, Wilson José. <b>Monografia jurídica</b>: técnicas e procedimentos de pesquisa com exercícios práticos. São Paulo : Pillares, 2019.  HENRIQUES, Antonio e MEDEIROS, João Bosco. <b>Monografia no curso de direito</b>: trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas.</p>		
<p><b>COMPLEMENTAR</b>  GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. São Paulo: Atlas.  LEITE, Eduardo de Oliveira. <b>Monografia jurídica</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais.  MENDONÇA, Samuel. <b>Projeto e monografia jurídica</b>. 4. ed. São Paulo : Millennium, 2009.  NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. <b>Manual da monografia jurídica</b>: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva.  BITTAR, Eduardo C. B. <b>Metodologia da pesquisa jurídica</b>: teoria e prática da monografia para os cursos de direito . 3. ed. Rev. São Paulo : Saraiva, 2003</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
798	<b>BIOÉTICA E BIODIREITO</b>	<b>30 horas</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Conhecer e analisar os fundamentos bioéticos e as implicações jurídico-normativas da utilização das modernas biotecnologias sobre o ser humano e o meio ambiente como forma de evitar o domínio técnico-científico e privado sobre o interesse público.		
<b>EMENTA:</b> Bioética; Microbioética; Macrobioética; Biopirataria e patenteamento		
<b>PROGRAMA:</b> UNIDADE 1 – BIOÉTICA UNIDADE 2 – MICROBIOÉTICA UNIDADE 3 – MACROBIOÉTICA UNIDADE 4 – BIOPIRATARIA E PATENTEAMENTO		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> DINIZ, Maria Helena. <b>O estado atual do biodireito.</b> São Paulo: Saraiva, 2001. MALUF, Adriana Caldas Do Rego Freitas Dabus. <b>Curso de bioética e biodireito.</b> ATLAS, 2010 ENGELHARDT Jr.; H. Tristram. <b>Fundamentos da bioética.</b> São Paulo: Loyola. 1998.  <b>COMPLEMENTAR</b> Araujo, Ana Laura Vallarelli Gutierrez. <b>Biodireito:</b> o direito da vida. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo: Revista dos Tribunais, v.13, n.51, p. 111-119, 2005 BELLINO, Francesco. <b>Fundamentos da bioética:</b> aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Bauru: EDUSC, 1997. 298 p. NAMBA, Edison Tetsuzo. <b>Manual de bioética e biodireito:</b> Lei nº 12.004 e Lei nº 12.010. São Paulo: Atlas, 2010. FERRAZ, Sérgio. <b>Manipulações biológicas e princípios constitucionais:</b> uma introdução. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991. 214 p BRUSTOLIN, Leomar Antônio (Org.). <b>Bioética:</b> cuidar da vida e do meio ambiente. São Paulo: Paulus, 2010		

<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1783</b>	<b>Direito Eleitoral</b>	<b>30h</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Analisar, de forma sistemática e técnica o direito eleitoral brasileiro, à luz das legislações e dos entendimentos jurisprudenciais atualizados sobre o tema.		
<b>EMENTA</b> Conceito, objeto e fontes do Direito Eleitoral. Princípios fundamentais em Direito Eleitoral e o voto no Brasil. Direitos políticos. Elegibilidade e inelegibilidade. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Alistamento eleitoral, Escolha e registro de candidatos, Propaganda eleitoral. Organização do corpo eleitoral e votação. Jurisdição Eleitoral.		
UNIDADE I - CONCEITO, OBJETO E FONTES DO DIREITO ELEITORAL. Unidade II - DIREITOS POLÍTICOS UNIDADE III - ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE UNIDADE IV - PARTIDOS POLÍTICOS UNIDADE V - JUSTIÇA ELEITORAL UNIDADE VI - ALISTAMENTO ELEITORAL, ESCOLHA E REGISTRO DE CANDIDATOS, PROPAGANDA ELEITORAL UNIDADE VII - ORGANIZAÇÃO DO CORPO ELEITORAL E VOTAÇÃO UNIDADE VII - JURISDIÇÃO ELEITORAL		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>  CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral brasileiro. 14 ed. São Paulo: Edipro, 2019. COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 8ª ed. Rio de Janeiro: lumen juris, 2019. RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. 9 ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2020.		
<b>COMPLEMENTAR</b>  CÂNDIDO, Joel José. Inelegibilidades no Direito Brasileiro. 2 ed. São Paulo: EDIPRO, 2022. CERQUEIRA, Thales Tacito Pontes de Pádua, CERQUEIRA, Camila Medeiros de Albuquerque Pontes Luz. Tratado de Direito Eleitoral Tomo I. 1 ed. Porto Alegre: Premier, 2018. GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. PINTO, Djalma. Direito Eleitoral. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007. ALMEIDA, Roberto Moreira de. Curso de direito eleitoral. 3 ed. Salvador: juspodium, 2020.		

<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1284</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA REAL I</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Aplicar os conhecimentos teóricos e práticos simulados, construídos nas fases anteriores do curso, a casos concretos, buscando desenvolver no discente – através do atendimento na Assistência Judiciária – a interação profissional/cliente, propiciando ao mesmo tempo uma contribuição social de acesso à Justiça aos que mais necessitam.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Prática Jurídica real desenvolvida no Escritório Palotino de Assistência Judiciária da Faculdade com atendimento a população, representação judicial de partes em demandas elaboração de peças processuais relativas às situações reais que chegam ao Escritório e a realização de todos os atos possíveis junto ao Fórum; apresentação obrigatória de relatório das atividades realizadas.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p><b>a) PRÁTICA CIVEL</b></p> <p>OZEIAS, Santos J. <b>Prática - direito de família e registro civil da pessoa natural</b> - Acompanha CD-ROM. Editora: Vale do Mogi.</p> <p>COLOMBO, Juliano; SILVA, Letícia Loureiro da. <b>Manual de prática civil: teoria e prática</b>. Porto Alegre: Verbo Jurídico.</p> <p>PALAIÁ, Nelson. <b>Técnica da petição inicial</b>. São Paulo: Saraiva.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BERTOLO, José Gilmar. <b>Prática processual civil anotada</b>. São Paulo: Ed. Mizuno, 2010.</p> <p>CARNEIRO, Athos Gusmão. <b>Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares</b>. Rio de Janeiro: Forense.</p> <p>NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. <b>Código de processo civil comentado e legislação extravagante</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais.</p> <p>ALAIÁ, Nelson. <b>Técnica da contestação</b>. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. <b>Curso de direito processual civil</b>. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense.</p> <p><b>b) PRÁTICA CRIMINAL BÁSICA</b></p> <p>GONZAGA, Alfredo José de Oliveira. <b>Manual prático de direito penal e processo penal</b> - Série Exame de Ordem &amp; Concursos Públicos. Editora: Janina.</p> <p>GRINOVER, Ada Pellegrini et al. <b>Recursos no processo penal</b>. São Paulo: Revistas dos Tribunais.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Prática de processo penal</b>. São Paulo: Saraiva.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BARBOSA, Manoel Messias. <b>Inquérito policial: doutrina, jurisprudência, modelos, legislação anotada</b>. São Paulo: Método.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. <b>Código de processo penal comentado</b>. São Paulo: Revista dos Tribunais.</p> <p>VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho; CAMPOS, Walfredo Cunha; MAGNO, Levy Emanuel. <b>Tribunal do juri</b>. Atlas, 2011.</p> <p>JESUS, Damásio Evangelista de. <b>Código de processo penal anotado</b>. São Paulo: Saraiva.</p> <p>BIASOTTI, Carlos. <b>Advocacia criminal - teoria e prática</b>. Editora Millennium.</p> <p><b>c) PRÁTICA TRABALHISTA BÁSICA</b></p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. <b>Direito processual do trabalho</b>. São Paulo: Atlas.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. <b>CLT Comentada: legislação, doutrina e jurisprudência</b>. São Paulo: Saraiva.</p> <p>Oliveira, Aristeu de. <b>Manual de prática trabalhista</b>. 44. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>SAAD, Eduardo Gabriel. <b>Consolidação das leis do trabalho comentada</b>. São Paulo: Ltr.</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. <b>A prova no processo do trabalho</b>. São Paulo: Ltr.</p> <p>_____. <b>Sistema dos recursos trabalhistas</b>. São Paulo: Ltr.</p> <p>MALTA, Christóvão Pirajibe Tostes. <b>Prática do processo trabalhista</b>. São Paulo: Ltr.</p> <p>SILVEIRA, Carlos Alberto de Arruda. <b>Prática forense anotada: cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratos</b>. Campinas: Servanda Editora, 2007.</p>		

## 10º SEMESTRE

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1805	DIREITO AGRÁRIO E DO AGRANEGÓCIO	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer os fundamentos do Direito Agrário, seus institutos jurídicos e os princípios atinentes à Constituição Federal de 1988, bem como sua necessária relação com a sustentabilidade ambiental. Analisar, criticamente, as atuais condições de exploração da terra, os problemas fundiários e ambientais brasileiros, visando uma abordagem do Direito Agrário como fator de mediação entre as necessidades humanas de alimentação, a sustentabilidade ambiental e a produção rural</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Introdução ao Estudo do Direito Agrário; Função Socioambiental da Propriedade Rural; Direito Agrário Brasileiro: Normas e Institutos Jurídicos; Reforma Agrária; Desapropriação; Usucapião Especial; Contratos Agrários; Desenvolvimento Rural; O Atual Código Florestal e seus Impactos na Atividade Rural. Sustentabilidade socioeconômica ambiental</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO AGRÁRIO  UNIDADE 2 - FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL  UNIDADE 3 - DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO: NORMAS E INSTITUTOS JURÍDICOS  UNIDADE 4 - REFORMA AGRÁRIA  UNIDADE 5 - DESAPROPRIAÇÃO  UNIDADE 6 - USUCAPIÃO ESPECIAL  UNIDADE 7 - CONTRATOS AGRÁRIOS  UNIDADE 8 - DESENVOLVIMENTO RURAL  UNIDADE 9 - O ATUAL CÓDIGO FLORESTAL E SEUS IMPACTOS NA ATIVIDADE RURAL  UNIDADE 10 – SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA AMBIENTAL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>BARROS Wellington Pacheco. <b>Curso de direito agrário.</b> Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.</p> <p>MARQUES. Benedito Ferreira. <b>Direito agrário brasileiro.</b> 8.ed. rev. Amp.São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>OPITZ, Sílvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. <b>Curso completo de direito agrário.</b> 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>		
<p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>ALVARENGA, Octavio Mello. <b>Política e direito agroambiental:</b> comentários à nova lei de reforma agrária: Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.</p> <p>BORGES, Paulo Torminn. <b>Institutos básicos do direito agrário.</b> 4. ed. São Paulo : Saraiva, 1983.</p> <p>FERREIRA, Pinto. <b>Curso de direito agrário.</b> São Paulo : Saraiva, 1994.</p> <p>MUKAI, Toshio. <b>Direito ambiental.</b> Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.</p> <p>ROCHA, Ibraim... [et al.]. <b>Manual de direito agrário constitucional:</b> lições de direito agroambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.</p> <p>Rocha, Ibraim... [et al.]. <b>Manual de direito agrário constitucional:</b> lições de direito agroambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1786	<b>DIREITO URBANÍSTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Analisar o Direito Urbanístico e os institutos jurídicos que o regulamentam. Identificar os principais temas atuais relacionados ao Direito Urbanístico, possibilitando a compreensão das diretrizes que visam ordenar os conglomerados humanos e as questões relacionadas ao meio ambiente.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Urbanismo e Direito Urbanístico; O Fenômeno Da Urbanização No Contexto Histórico Jurídico Brasileiro; Tratamento jurídico-constitucional da matéria urbanística; Normas federais sobre o urbanismo; Normas regionais sobre urbanismo;6. Normas municipais sobre urbanismo.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>  UNIDADE 1 - URBANISMO E DIREITO URBANÍSTICO  UNIDADE 2 - O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO JURÍDICO BRASILEIRO  UNIDADE 3 - O TRATAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL DA MATÉRIA URBANÍSTICA  UNIDADE 4 - NORMAS URBANÍSTICAS FEDERAIS  UNIDADE 5 - NORMAS JURÍDICAS ESTADUAIS  UNIDADE 6 - PLANOS E NORMAS JURÍDICAS MUNICIPAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>  DI SARNO, Daniela Campos Libório. <b>Elementos de direito urbanístico</b>. Editora: Manole, 2004.  SILVA, José Afonso da. <b>Direito urbanístico brasileiro</b>. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.  MUKAI, Toshio. <b>Direito urbano e ambiental</b>. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.</p>		
<p><b>COMPLEMENTAR</b>  Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. <b>Estatuto da cidade comentado: Lei 10.257/2001 : Lei do Meio Ambiente Artificial</b>. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.  MUMFORD, Lewis. <b>A cidade na história</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2008.  HUMBERT, Georges Louis Hage. <b>Direito urbanístico e função socioambiental da propriedade imóvel urbana</b>. Belo Horizonte: Fórum, 2009.  DALLARI, Adilson de Abreu; FERRAZ, Sergio. <b>Estatuto da cidade (Comentários À Lei Federal 10.257/2001)</b>. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.  PAGANI, Elaine Adelina. <b>O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia</b>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.</p>		

Código	Nome Disciplina	Carga Horária
1285	DIREITO TRIBUTÁRIO	60 horas
<p><b>OBJETIVOS:</b> Conhecer o Sistema Tributário Nacional de acordo com as regras estabelecidas na Constituição Federal. Examinar os tributos previstos na Constituição Federal, avaliando os tributos municipais, estaduais e federais como instrumentos de intervenção na economia, para a garantia dos direitos fundamentais, em especial no que tange aos direitos sociais.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Regra matriz constitucional dos tributos; Imunidades tributárias; Impostos da união; Impostos dos estados e distrito federal; Impostos dos municípios; Regimes aduaneiros especiais.</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b></p> <p>UNIDADE 1 - REGRA MATRIZ CONSTITUCIONAL DOS TRIBUTOS  UNIDADE 2 – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS  UNIDADE 3 – IMPOSTOS DA UNIÃO  UNIDADE 4 – IMPOSTOS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL  UNIDADE 5 – IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS  UNIDADE 6 – REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>BALEEIRO, Aliomar. <b>Direito tributário brasileiro</b>. Atualização de Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. <b>Curso de direito tributário</b>. São Paulo: Malheiros, 2010.</p> <p>TORRES, Ricardo, Lobo. <b>Curso de direito financeiro e tributário</b>. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo &amp; PAULO, Vicente. <b>Manual de direito tributário</b>. Ed. Método. 2013.</p> <p>AMARO, Luciano. <b>Direito tributário brasileiro</b>. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. <b>Comentários a constituição de 1988: sistema tributário</b>. Rio de Janeiro: Forense, 2006.</p> <p>MARINS, James. <b>Direito processual tributário brasileiro (Administrativo e Judicial)</b>. São Paulo: Dialética, 2010.</p> <p>PAULSEN, Leandro. <b>Direito tributário: constituição, código tributário e lei de execução fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência</b>. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.</p> <p>ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. <b>Manual de direito financeiro e tributário: jurisprudência atualizada</b>. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.</p> <p>SABBAG, Eduardo de Moraes. <b>Direito tributário</b>. 11. ed. Editora Revista dos Tribunais, 2009.</p>		

<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1286</b>	<b>ÉTICA PROFISSIONAL</b>	<b>30h</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Propiciar uma visão humanística das profissões jurídicas. Discutir a função social do advogado e dos profissionais do direito, bem como seu papel na sociedade. Conhecer e compreender a aplicação das normas do Estatuto dos Advogados do Brasil.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Ética e Direito. Ética Profissional; A Ética Profissional e o Bacharel em Direito; O Advogado; A Ontologia das Normas Éticas; O Código de Ética Profissional e o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil</p>		
<p><b>PROGRAMA:</b>            UNIDADE 1 - ÉTICA E DIREITO.            UNIDADE 2 - ONTOLOGIA DAS NORMAS ÉTICAS            UNIDADE 3 - ÉTICA PROFISSIONAL            UNIDADE 4 - ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>BASICA</b>            BITTAR, Carlos Alberto. <b>Curso de ética jurídica:</b> ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2010.            LÔBO, Paulo Luiz Netto. <b>Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB.</b> 5. ed. São Paulo: Saraiva 2009.            COSTA, Elcias Ferreira da. <b>Deontologia jurídica:</b> ética das profissões jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2009</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b>            RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves. <b>Ministério público :</b> reflexões sobre princípios e funções institucionais. São Paulo: Atlas, 2009.            BENETI, Sidnei Agostinho. <b>Da conduta do juiz.</b> 3. ed. São Paulo : Saraiva, 2003.            CARLIN, Volnei Ivo. <b>Deontologia jurídica.</b> Editora: Conceito: 1ª Edição: 2007.            PERELMAN, Chaïn. <b>Ética e direito.</b> Rio de Janeiro: Forense, 2000.            LÂNGARO, Luiz Lima. <b>Curso de deontologia jurídica.</b> 2. ed. São Paulo : Saraiva, 1996.</p>		



<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1802</b>	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II</b>	<b>60 horas</b>
<b>OBJETIVOS:</b> Elaboração de artigo científico de final de curso, de acordo com as normas técnicas e a revisão bibliográfica adequada, desenvolvendo a habilidade oral na defesa do tema perante a banca examinadora.		
<b>EMENTA:</b> Elaboração da versão final do artigo científico; Seminário de defesa final.		
<b>PROGRAMA:</b> UNIDADE 1 – ELABORAÇÃO DA ARTIGO CIENTÍFICO; UNIDADE 2 – SEMINÁRIO DE DEFESA FINAL		
<b>BILIOGRAFIA</b> Variável de acordo com o tema escolhido pelo aluno.		

<b>Código</b>	<b>Nome Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1287</b>	<b>PRÁTICA JURÍDICA REAL II</b>	<b>60 horas</b>
<p><b>OBJETIVOS:</b> Aplicar os conhecimentos teóricos e práticos simulados, construídos nas fases anteriores do curso, a casos concretos, buscando desenvolver no discente – através do atendimento na Assistência Judiciária – a interação profissional/cliente, propiciando ao mesmo tempo uma contribuição social de acesso à Justiça aos que mais necessitam.</p>		
<p><b>EMENTA:</b> Prática Jurídica real, desenvolvida no Escritório Palotino de Assistência Jurídica da Faculdade, com orientação de estágio onde serão realizados estudos na Área de Assistência Judiciária: formulação de peças processuais relativas às situações reais que chegam ao Núcleo de Prática Jurídica; encaminhamento das peças processuais e realização de todos os atos possíveis junto ao Fórum; apresentação obrigatória de relatório das atividades realizadas.</p>		
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p> <p><b>a) PRÁTICA CIVEL</b></p> <p>OZEIAS, Santos J. <b>Prática - direito de família e registro civil da pessoa natural.</b> Acompanha CD-ROM. Editora: Vale do Mogi</p> <p>COLOMBO, Juliano; SILVA, Letícia Loureiro da. <b>Manual de prática civil: teoria e prática.</b> Porto Alegre: Verbo Jurídico.</p> <p>PALAIA, Nelson. <b>Técnica da petição inicial.</b> São Paulo: Saraiva.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BERTOLO, José Gilmar. <b>Prática processual civil anotada.</b> São Paulo: Ed. Mizuno, 2010.</p> <p>CARNEIRO, Athos Gusmão. <b>Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares.</b> Rio de Janeiro: Forense.</p> <p>NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. <b>Código de processo civil comentado e legislação extravagante.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais.</p> <p>ALAIA, Nelson. <b>Técnica da contestação.</b> São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. <b>Curso de direito processual civil.</b> Vol. I. Rio de Janeiro: Forense.</p> <p><b>b) PRÁTICA CRIMINAL</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>GONZAGA, Alfredo José de Oliveira. <b>Manual prático de direito penal e processo penal - Série Exame de Ordem &amp; Concursos Públicos.</b> Editora: Janina.</p> <p>GRINOVER, Ada Pellegrini et al. <b>Recursos no processo penal.</b> São Paulo: Revistas dos Tribunais.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. <b>Prática de processo penal.</b> São Paulo: Saraiva.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BARBOSA, Manoel Messias. <b>Inquérito policial: doutrina, jurisprudência, modelos, legislação anotada.</b> São Paulo: Método.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. <b>Código de processo penal comentado.</b> São Paulo: Revista dos Tribunais.</p> <p>VASCONCELOS, Clever Rodolfo Carvalho; CAMPOS, Walfredo Cunha; MAGNO, Levy Emanuel. <b>Tribunal do juri.</b> Atlas, 2011.</p> <p>JESUS, Damásio Evangelista de. <b>Código de processo penal anotado.</b> São Paulo: Saraiva.</p> <p>BIASOTTI, Carlos. <b>Advocacia criminal - teoria e pratica.</b> Editora Millennium.</p> <p><b>c) PRÁTICA TRABALHISTA</b></p> <p><b>BÁSICA</b></p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. <b>Direito processual do trabalho.</b> São Paulo: Atlas.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. <b>CLT comentada: legislação, doutrina e jurisprudência.</b> São Paulo: Saraiva.</p> <p>Oliveira, Aristeu de. <b>Manual de prática trabalhista.</b> 44. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>SAAD, Eduardo Gabriel. <b>Consolidação das leis do trabalho comentada.</b> São Paulo: Ltr.</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. <b>A prova no processo do trabalho.</b> São Paulo: Ltr.</p> <p>_____. <b>Sistema dos recursos trabalhistas.</b> São Paulo: Ltr.</p> <p>MALTA, Christóvão Pirajibe Tostes. <b>Prática do processo trabalhista.</b> São Paulo: Ltr.</p> <p>SILVEIRA, Carlos Alberto de Arruda. <b>Prática forense anotada : cível , penal , trabalhista , previdenciária , contratos.</b> Campinas : Servanda Editora, 2007.</p>		

## 11 MODALIDADES DE ATIVIDADES CURRICULARES

As atividades curriculares têm por objetivo propiciar a participação ativa do acadêmico em Direito na vida da comunidade educativa através da sua ação e atuação direta. Para tal foram previstas atividades de estágios, monitorias, apoio a projetos de extensão e projetos de iniciação científica.

### 11.1 Exercício de monitoria

A monitoria tem objetivo de dar assistência tanto aos acadêmicos, propiciando a superação de dificuldades como para o docente na elaboração de trabalhos, preparo de materiais para as aulas, realização de pesquisas e ainda no acompanhamento de atividades em grupo. O próprio Regimento Geral da Faculdade prevê no seu Artigo 93 que a Faculdade pode instituir monitorias, admitindo alunos regulares, indicados pelo(s) Curso(s), escolhidos dentre aqueles alunos com boa atividade escolar e interesse.

### 11.2 Iniciação científica

O Curso de Direito oferece na sua grade curricular a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa no primeiro semestre do curso, a fim de garantir a inserção do acadêmico no meio científico. A iniciação Científica no Curso de Direito é concretizada por várias formas, destacando-se os trabalhos de cunho científico produzidos a partir das disciplinas, com a orientação do professor responsável, a participação dos acadêmicos em projetos de iniciação científica desenvolvidos pela Instituição, através do Gabinete de Projetos (GAP), a Jornada Palotina de Estudos Jurídicos e Sociais, evento de fomento a iniciação científica do Curso, além das publicações na Revista Litterarius, periódico mantido pela IES.

Merece destaque o fomento para a publicação de livros a partir da “Biblos Editora” que mantida pela IES está a disposição para publicações de livros dos mais variados temas. Do Curso de Direito já foram editados os livros: Quando eu envelhecer; Meu primeiro Juri, Direitos da Mulher: desafios contemporâneos. As três obras contem trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos e professores do Curso a partir de vivências e pesquisa em sala de aula.

A política de Iniciação Científica da IES visa sistematizar as diretrizes da política e das ações de pesquisa na forma de ‘iniciação científica’ da FAPAS, desenvolvidas desde a sua criação, com as primeiras experiências, visando consolidar e organizar as áreas e as linhas de pesquisa dos cursos, como o engajamento professor-aluno.

Atualmente os professores trabalham na formatação da Revista Científica do Curso de Direito na modalidade eletrônica cujo lançamento da primeira edição -excepcionalmente na versão impressa - deu-se em 2014 e ela segue em atividade, na versão digital, com meta de indexação para o próximo ano de 2020.

São princípios da Iniciação Científica a criação e consolidação de grupos fundamentados na interdisciplinaridade das áreas de conhecimento; ações pautadas pelo compromisso com o atendimento às demandas sociais na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento sustentável, atendendo aos princípios da ética, da democracia e da justiça social; as linhas dos cursos expressarão a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, nas áreas consideradas prioritárias, a partir da missão institucional, provendo o desenvolvimento de uma cultura investigativa; as linhas de pesquisa promoverão a integração entre ciência e tecnologia na busca do desenvolvimento sustentável, buscando viabilizar soluções tecnológicas com compromisso social; e como trabalho coletivo, estimulará o desenvolvimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes, visando aprimorar a qualidade da produção e a formação dos envolvidos.

### **11.3 Apoio extensionista**

A Extensão é entendida como a prática acadêmica que interliga as atividades de ensino-pesquisa da IES com as demandas da população, possibilitando a formação do profissional cidadão e se credenciando, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação da desigualdade social. É importante consolidar a prática da Extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Ao conceituar a Extensão como ação diretamente vinculada ao compromisso social da academia, firmados em parâmetros da ética e do exercício da cidadania, reafirma-se seu caráter acadêmico, definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação, na qualificação e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multidisciplinares, ou transdisciplinares e interprofissionais.

As políticas e diretrizes estabelecidas pela FAPAS para o desenvolvimento da extensão, em consonância com as políticas nacionais para a área, encontram-se referenciadas no Regimento Geral e somam-se, quando das práticas voluntárias, aos projetos já previstos na atividade de curricularização, de formação obrigatória aos acadêmicos.

### **11.4 Participação em eventos científicos da área com produção específica**

No Curso de Direito é significativa a promoção e a participação de acadêmicos e professores em eventos científicos na área jurídica e social. Merecem destaque os eventos promovidos pelo curso: Fórum de Direito Ambiental, Semanas acadêmicas e a Jornada Palotina de Estudos Jurídicos e Sociais.

## 12 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso de Direito realiza a avaliação do processo de ensino-aprendizagem a partir das diretrizes do Regimento Geral da Instituição, tendo-se como pressuposto que :

- O Ensino é realizado através de situações teórico-práticas, de acordo com plano de ensino, estabelecido pelo professor de cada disciplina.
- Cada disciplina tem um programa constante do Projeto Pedagógico do Curso aprovado pelo Colegiado do mesmo.
- Os professores gozam de liberdade no desempenho de suas funções docentes, quanto aos métodos e processos de ensino, exposições, análise e crítica das doutrinas e opiniões científicas.

Desta forma o Processo de acompanhamento do desempenho escolar é regido pelos seguintes artigos do Regimento Geral:

Art. 73. A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 74. A frequência às aulas e demais atividades escolares é obrigatória e somente permitida aos alunos regularmente matriculados, nisso incluídos os alunos não regulares, salvo nos programas de Educação à Distância.

Art. 75. A realização da avaliação, bem como a atribuição de notas, compete ao professor que lecionou a disciplina e deve ser coerente com seu plano de ensino.

Art. 76. Nos Cursos de Pós-Graduação, o resultado das avaliações procedidas pelo docente responsável pela disciplina é expressa através de um conceito ou nota final.

Art. 77. Nos Cursos de Graduação, o resultado das avaliações, procedido no decorrer do semestre, em número de duas, são expressas e tornadas públicas, através de médias parciais, por meio de graus numéricos, em valores de zero a dez.

Art. 78. Considera-se aprovado e dispensado da avaliação recuperatória o aluno de graduação que satisfizer as seguintes exigências:

I – média igual ou superior a sete e,

II – frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas da disciplina.

Art. 79. A avaliação recuperatória é realizada na forma escrita, sob a supervisão do professor da disciplina, sendo restrita aos alunos que atingiram a frequência mínima.

§ 1º. Em caso de ausência do aluno por motivos relevantes e devidamente comprovados, e em uma única vez, pode ser requerida a realização de avaliação recuperatória em época especial.

§ 2º. A avaliação recuperatória é prestada perante o professor da disciplina, que pode ser auxiliado por um assistente ou por banca designada pelo Coordenador de Curso.

§ 3º. Em caso de impedimento do professor da disciplina, compete ao Coordenador de Curso indicar substituto.

Art. 80. O aluno pode impetrar recurso sobre notas, devidamente justificado, ao Coordenador ou ao Colegiado do Curso.

Parágrafo único. Não serão recebidos os recursos que, motivada e comprovadamente, não informarem as razões da divergência e da inconformidade com o grau conferido pelo professor.

Art. 81. A média final das disciplinas de graduação resulta da média aritmética simples entre a média parcial e a nota da avaliação recuperatória.

Art. 82. Nos Cursos de graduação, são considerados aprovados na disciplina, após a avaliação recuperatória, os alunos que obtiverem média igual ou superior a sete.

### 13 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O projeto de auto-avaliação do curso está voltado para o estudo de um conjunto de ações processuais, objetivando sistematizar e trabalhar os dados obtidos na análise avaliativa dos indicadores centrais que envolvem a organização didático-pedagógica do Curso. A avaliação da qualidade da organização didático-pedagógica do Curso envolve as seguintes dimensões e/ou variáveis de análise:

- a) a estrutura organizacional e a gestão administrativa, com ênfase especial à sua prática de gestão;
- b) os professores, os alunos e a equipe de suporte técnico-administrativo;
- c) a relação pedagógica professor-aluno-professor;
- d) currículo proposto, suas relações com as exigências sociais e profissionais e o desenvolvimento real de seus componentes: conteúdos programáticos e critérios de seleção, perfil esperado do futuro profissional, capacidades, competências e habilidades, métodos de ensino e de avaliação da aprendizagem, materiais curriculares, atividades pedagógico-científicas, com especial destaque às atividades de pesquisa e de extensão, às atividades profissionais, às atividades culturais, ao estágio curricular supervisionado e ao trabalho de conclusão de curso
- e) o envolvimento coletivo da comunidade do Curso no processo de auto-avaliação e no planejamento da tomada de decisões para a elaboração dos planos de ação e dos planos de trabalho para a melhoria da qualidade do curso;
- f) avaliação da auto-avaliação: avaliação das diferentes dimensões do processo de auto-avaliação empregado pelo curso.

O projeto de auto-avaliação do curso visa, também, a proceder ao estudo apurado das condições materiais do curso (tempo, espaço, recursos humanos e financeiros) para o alcance do pleno desenvolvimento de seu projeto pedagógico.

A implementação do projeto de auto-avaliação do Curso ocorre, simultaneamente, ao desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, ao Programa de Avaliação Institucional e à realidade do Curso constatada pelas informações provenientes da Avaliação Externa. O curso, portanto, não encontrou razões que justificassem a implementação de um processo de auto-avaliação (como prática permanente de leitura, análise, reflexão crítica e tomada de decisões sobre as atividades curriculares globais do curso) indissociada de seu Projeto Pedagógico e suas conexões com o Plano de Desenvolvimento Institucional, com o Programa de Avaliação Institucional e com a Avaliação Externa.

Dessa forma, no processo de auto-avaliação do Curso são trabalhados, pedagogicamente, os dados (quantitativos e qualitativos) colhidos tanto pelo Programa de Avaliação Institucional quanto pela Avaliação Externa e que dizem respeito à sua matriz

curricular, às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e condições gerais de funcionamento.

O curso busca aperfeiçoar sua metodologia de trabalho para o processo de auto-avaliação, busca estruturar um paradigma de avaliação que se revele, potencialmente fértil, na perspectiva de contribuir com a melhoria do Curso.

A metodologia de trabalho adotada pelo projeto de auto-avaliação do Curso pauta-se, assim, por uma filosofia avaliativa centrada na colaboração do Curso, cuja tarefa é empreender uma análise auto-reflexiva da totalidade das vertentes da realidade curricular e seu entorno sociocultural, buscando alternativas pedagógico-científicas para o aperfeiçoamento constante de sua estrutura e processo de desenvolvimento curricular. Nesse sentido, e especificamente no que concerne à avaliação interna do Curso, são contempladas as variáveis e respectivos indicadores institucionais, cujo diagnóstico é realizado pela Comissão Executiva de Avaliação Institucional da Faculdade Palotina de Santa Maria, bem como outras vertentes de análise que poderão surgir durante o desenvolvimento curricular do Curso e do próprio processo de auto-avaliação.

O resultado desse diagnóstico, das variáveis e indicadores considerados emergentes face à especificidade do curso, após a sua sistematização, são trabalhados pelo Curso por meio da seguinte metodologia de trabalho:

- a) Reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de auto-avaliação do curso para o ano letivo correspondente.
- b) Participação dos protagonistas do processo de auto-avaliação do curso nos painéis promovidos pela Comissão Executiva de Avaliação Institucional (CPA) para conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso.
- c) Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio Curso, pela Comissão Executiva de Avaliação Institucional e pela avaliação externa).
- d) Reuniões específicas para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do Curso.
- e) Reuniões de trabalho para a identificação de variáveis e indicadores porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional.
- f) Aplicação dos Instrumentos de Avaliação elaborados pelo próprio Curso e não contemplados pelo processo de avaliação institucional e pela avaliação externa. Trata-se aqui de Instrumentos de Avaliação que abordam as dimensões específicas do curso.
- g) Reuniões de trabalho para a elaboração conjunta de Planos de Trabalho com base nos resultados da avaliação institucional, da avaliação externa e da auto-avaliação promovida pelo próprio Curso (componentes curriculares que caracterizam a especificidade do curso).
- h) Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica.



- i) Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva à avaliação do processo de auto-avaliação empregado pelo Curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada ano letivo, durante as reuniões de trabalho para a elaboração do planejamento do processo de auto-avaliação do curso. Neste, busca-se imprimir uma metodologia de trabalho que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de auto-avaliação global: (a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades); (b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos político-administrativos, de gestão e de realização); (c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no projeto pedagógico do curso).

O projeto de auto-avaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa a implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do Curso.

## 14 ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

### 14.1 Linhas de pesquisa

São linhas de pesquisa do Curso de Direito da Faculdade Palotina:

**1) Direitos Humanos, Meio Ambiente e Ordem Internacional:** a linha de pesquisa dedica-se ao tema dos direitos humanos em sua configuração integral, de modo a abranger os chamados direitos civis, os direitos políticos e os direitos sócio-econômico-culturais, problematizando, assim, a natureza política em sentido amplo dos direitos humanos. De outra parte, a reflexão jurídica é assumida em um quadro pós-positivista, conectada com a filosofia moral e política. A partir desta perspectiva, põe-se a discussão em torno de saber se a existência e o exercício dos direitos humanos implicam uma forma determinada do Estado de Direito e do regime democrático-representativo e um *modus vivendi* da sociedade em geral, bem como o debate sobre o processo de constituição de direitos para além do Estado. Seus objetivos de reflexão e análise são os seguintes:

- Os direitos humanos como acesso à cidadania: processos de reivindicação de direitos ainda não reconhecidos pelo Estado e suas instituições. O tema dos direitos humanos enseja o exame da problemática da formação de novos sujeitos políticos e de novas e diversas formas de participação política. Insere-se nesta perspectiva o estudo dos movimentos das denominadas minorias (racial, feminista, ecológica, consumidores, profissionais etc.), de sua atuação política em favor do reconhecimento de novos direitos, bem como a discussão em torno do direito aos direitos;
- Os direitos humanos como lógica de democratização do Estado e da sociedade civil e sua incompatibilidade com as formas autoritárias e totalitárias de dominação política, abrangendo a análise de formas concretas de Estado (democrático, autoritário, populista, oligárquico, etc.), de sua organização jurídico-política, de suas relações com a lógica de democratização que é própria à vigência e expansão dos direitos humanos e de seu devir, face ao processo de constituição de autonomias que desafiam e interpelam as instituições constituídas;
- A fundamentação e a operacionalização dos direitos humanos através da identificação de princípios éticos e de procedimentos que, na dinâmica da sociedade pluralista e democrática, balizem a sua efetivação, na constante busca por uma sociedade mais livre, justa e solidária. Destacam-se sua dinâmica (as várias gerações de direitos fundamentais e a problemática do poder constituinte) e a meta-individualidade (ética da alteridade), conectando a reflexão jurídica com questões de filosofia moral e política (teoria da justiça);

- As relações entre os Estados, examinadas através de problemas internos destes face ao Direito Internacional, ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao Direito da Integração Regional e às diversas formas de cooperação internacional. Neste último aspecto, tem-se especialmente em conta as questões que a cooperação internacional suscita em relação aos tratados e às regras internas pertinentes, bem como em relação às teorias relativas à sua justificação e aplicação;
- O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. O processo de coletivização e de despatrimonialização das relações jurídicas, que se deu ao longo do século XX, promoveu significativa alteração no papel desempenhado pelo Direito. Este deixa de exercer estritamente a função de solucionar conflitos de interesses e volta-se para a promoção da justiça social. Neste contexto, ganharam destaque as questões relacionadas à justiça ambiental e, logo, à tutela jurídica do meio ambiente. Pautado nos princípios da dignidade humana e da solidariedade, o Direito Ambiental vem promovendo uma reflexão sobre os papéis do Estado e da sociedade civil no reconhecimento e na efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## **2) Democracia, Transformações do Estado Contemporâneo e Pensamento**

**Constitucional:** pensar a Constituição e seu significado atual constitui expressivo desafio não apenas para a teoria constitucional em geral, mas para as diversas áreas jurídicas em particular. O modelo constitucional que marcou o constitucionalismo do século XVIII não é o mesmo das estruturas constitucionais contemporâneas, ainda que muitos dos seus traços sejam continuamente afirmados. As discussões acerca dos novos modelos de direitos e de suas possibilidades concretas estão na ordem do dia, ditando, nos diversos níveis da teoria constitucional, as pautas do debate. Certezas antigas são consideradas em crise, ao mesmo tempo em que se buscam metodologias consistentes para a análise do novo em conexão com as tradições. São os seguintes os seus objetivos de reflexão e análise:

- Os conceitos de constitucionalismo e [de] neoconstitucionalismo sob a perspectiva da dogmática jurídica, da teoria política, e da filosofia constitucional;
- A configuração dos direitos fundamentais desde uma perspectiva teórica interdisciplinar, que problematize suas relações concretas com os diversos modelos constitucionais. Os instrumentos processuais garantidores dos valores constitucionais, as técnicas tradicionais e as contemporâneas da interpretação jurídica e os debates em torno das peculiaridades da interpretação constitucional;
- Os processos eleitorais, sua história, a problematidade da representação política de matriz constitucional. O estudo do processo legislativo e dos níveis de racionalidade na avaliação da qualidade das leis: racionalidade linguística, jurídico-formal, pragmática, teleológica e ética;

- O exame dos problemas relativos aos microsistemas legais de fonte constitucional, à integração normativa, e ao papel da justiça constitucional.

**3) Teoria do Direito, Acesso à Justiça e Construção de uma Cultura de Paz:** tão imprescindível quanto a explicitação dos modelos do pensamento jurídico, tem-se afigurado a análise sobre o que tais modelos têm a oferecer às diversas disciplinas jurídicas. Nesse contexto, o estudo das relações entre Direito e Estado deve privilegiar o exame dos aspectos teóricos do nosso sistema, em conexão com os institutos e referências estrangeiros. De outra parte, a crítica do paradigma da modernidade representa uma crítica do individualismo, realizada desde diversas perspectivas teóricas e disciplinares (filosofia, sociologia, antropologia, psicanálise), o que permitiu ultrapassar a concepção do indivíduo como um dado natural, tornando possível pensar a subjetividade como uma construção histórica. Abriu-se assim espaço para uma multifacetada reflexão, para a qual convergem as mais importantes questões relativas à crise do paradigma moderno e às características do modelo emergente (natureza/cultura, sujeito/objeto, corpo/psiquismo, razão/paixão). Esta perspectiva, por sua vez, abre horizontes novos, distantes tanto do determinismo quanto do relativismo, para pensar a questão ética. Esta linha de pesquisa visa criticar tais pressupostos, ao mesmo tempo em que busca constituir-se no arcabouço da reflexão contemporânea sobre este tema e sobre suas conseqüências para as teorias jurídicas e políticas. Seus objetivos de reflexão e análise são os seguintes:

- A descrição e a crítica das distintas perspectivas sobre o fundamento e o conceito do direito, compreendendo o exame das metodologias do direito e dos modelos de racionalidade jurídica, com vistas a possibilitar a compreensão do fenômeno normativo levando em conta as abordagens dogmáticas (direito como norma) e pragmáticas (direito como decisão);
- A análise das construções jurídicas, das exigências normativas calcadas em afirmações morais com pretensões de universalidade e dos problemas de conhecimento que essas formulações suscitam no debate jurídico atual;
- A problematização dos pressupostos da teoria política moderna (agressividade, racionalismo etc.) à luz do saber produzido pela psicologia profunda nas suas várias vertentes;
- A releitura de institutos tradicionais do direito privado – e a própria mitigação da dicotomia entre direito público e direito privado – motivada por este novo paradigma de sujeito, em que a mera proteção da autonomia privada, de cunho individualista e patrimonialista, dá lugar à proteção integral da dignidade humana através da aplicação direta dos princípios constitucionais às relações privadas, no âmbito da perspectiva metodológica da chamada constitucionalização do direito civil.

- A perspectiva de acesso à justiça pelos meios alternativos à jurisdição, tais como a arbitragem, a mediação e as práticas restaurativas, que viabilizam a construção de uma cultura de paz.

#### **14.2 Núcleo de práticas multidisciplinares**

Visando a formação integral dos acadêmicos em Direito, o Curso procura propiciar diversos momentos de caráter multidisciplinar no cotidiano acadêmico. Para dar mais ênfase a multidisciplinariedade o curso desenvolve diversas atividades tais como: Projeto Direito na Escola; Projeto Educação para a Cidadania; Projeto Questões da OAB em debate; Grupo de Estudos Jurídicos Avançados – em Biodireito e Meio Ambiente e Cidadania; Oficina de Meio Ambiente; Júris Simulados; Cinequanon; Visitas técnicas; Estágio CVI Social; Participação em eventos culturais (desfiles); Palestras Dia do Advogado; Dia da Mulher; Gincana; Apresentação de trabalhos científicos pelos alunos; Work Shop; Laboratório Jovem de Inovação, Jornada de Estudos Jurídicos e Sociais, Fórum de Direito Ambiental, Semanas acadêmicas entre outras.

Merece destaque o trabalho desenvolvido de interdisciplinaridade que ocorre no cotidiano do Curso, onde os professores de diferentes disciplinas elencam conteúdos para planejar e desenvolvem comuns. São exemplo as disciplinas de Processo Civil e Direito das Famílias, Direito Internacional e Direito Ambiental que trabalham conjuntamente a temática do Direito Internacional Ambiental; as disciplinas de Teoria Geral do Direito e Fundamentos de Economia trabalham os pensadores clássicos; as disciplinas de Direito Empresarial e Direito das Família que trabalham a sociedade conjugal entre outros.

#### **14.3 Jornadas de pesquisa e extensão**

O Curso de Direito desenvolve diversas atividades no âmbito da pesquisa e da Extensão. No âmbito da pesquisa é fundamental destacar que os acadêmicos são motivados a participar de eventos de iniciação científica através da apresentação de trabalhos nas Semanas Acadêmicas do Curso e no Fórum de Direito Ambiental. A pesquisa se consolida no Curso através das Jornadas Palotinas de Estudos Jurídicos e Sociais enquanto a que Extensão está sendo alicerçada através do Projeto de Extensão que prevê ações abrangentes nas áreas vocacionadas do Curso, como Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos, assessoria jurídica a população carcerária e carente além da Educação ambiental.

#### **14.4 Núcleo Palotino de Prática Jurídica**

A matriz curricular do Curso de Direito da Faculdade Palotina contempla, em seu projeto pedagógico, as disciplinas de Prática Jurídica cuja finalidade é permitir a aplicação fática dos conteúdos teóricos desenvolvidos nos eixos de formação fundamental e profissional.

As disciplinas de Prática Jurídica integralizam uma carga horária total de 300 (trezentas) horas e contemplam atividades práticas de: simulação de situações reais; redação de peças judiciais e extrajudiciais; aprendizado de rotinas processuais; procedimentos cartorários; conhecimento de métodos e técnicas alternativas de resolução de conflito; comparecimento a atos processuais, a exemplo de audiências.

## 15 INFRAESTRUTURA E GESTÃO

A gestão administrativa do Curso de Direito adota uma forma colegiada de atuação, na medida em que congrega acadêmicos e professores para deliberar sobre os mais diversos assuntos que envolvem o curso.

### 15.1 Coordenação do curso

A coordenação de Curso é exercida por um docente com titulação mínima de Mestre com o devido registro na OAB, nomeado pelo Diretor Geral com atribuições definidas pelo Regimento Geral da Faculdade no seu artigo 37, que são:

- I – convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- II – encaminhar à Direção solicitação de indicação de docente (s);
- III – acompanhar a tramitação de processo de transferência de alunos e de aproveitamento de estudos;
- IV – analisar os planos de ensino das diversas disciplinas do seu Curso e acompanhar a execução dos mesmos;
- V – orientar e aconselhar os alunos do Curso no processo de matrícula;
- VI – pensar, juntamente com o NDE, quando for necessário, propostas de alteração de currículo do curso, para posterior apresentação ao Colegiado de Curso, e, caso for aprovado, levar para análise e parecer do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão;
- VII – autorizar o afastamento de professores para participarem de eventos científico-culturais que impliquem alteração das atividades normais, se isso for do interesse da instituição;
- VIII – definir, junto à Coordenação Acadêmica, a necessidade e os critérios para a emissão de Edital, para seleção de docentes e,
- IX – encaminhar à Coordenação Acadêmica, quando for o caso, a admissão e demissão de docentes.

### 15.2 Colegiado de curso

O Colegiado de Curso enquanto unidade de coordenação didática do Curso, é formada por representação de docentes que atuam no Curso e por uma representação discente. Conforme o artigo 34 compete ao Colegiado:

- I – definir o perfil profissiográfico do(s) Curso(s);
- II – elaborar os currículos plenos dos Cursos, bem como as reformulações curriculares e encaminhá-los ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para aprovação e, posterior encaminhamento para publicação;

- III – promover a supervisão didática do Curso;
- IV – decidir sobre aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas e,
- V – exercer as demais competências que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento Geral.

### **15.3 Corpo docente**

O Curso de Direito prima por ter um corpo docente qualificado e comprometido com o processo de ensino aprendizagem proposto pela Faculdade Palotina. Desta forma, prevê o Regimento Geral da Faculdade:

Art. 87. O regime de trabalho do corpo docente será efetuado conforme as necessidades da Instituição e segundo o Plano de Carreira.

Art. 88. São atribuições do corpo docente:

- I – observar e fazer observar, em sua área de ação, as normas estabelecidas e as orientações dos órgãos administrativos;
- II – encaminhar, no início de cada período letivo, ao respectivo Coordenador, o plano das atividades a seu cargo;
- III – elaborar e cumprir integralmente o plano de ensino das disciplinas a seu encargo;
- IV – registrar, no diário de classe, a frequência e as notas dos alunos referentes às disciplinas sob sua responsabilidade;
- V – encaminhar ao Registro Acadêmico, conforme a orientação da Coordenação Acadêmica, ao final de cada bimestre e de cada período letivo, os resultados da avaliação acadêmica dos alunos, em termos de frequência e aproveitamento;
- VI – participar de reuniões para as quais for convocado;
- VII – cumprir os encargos e participar de comissões, sempre que indicado, no interesse de ensino, da iniciação científica e da extensão;
- VIII – encaminhar, no final de cada período letivo, ao respectivo Coordenador, relatório das atividades e atribuições por que esteve responsabilizado e,
- IX – elaborar e entregar o plano de ensino no início do semestre letivo.

### **15.4 Corpo discente**

Constituem o corpo discente do Curso de Direito os alunos regulares, que estão matriculados em no Curso e os alunos não regulares, que estão inscritos em disciplinas isoladas oferecidas regularmente. Conforme prevê o artigo 90 do Regimento Geral, são direitos e deveres do corpo discente:

- I – frequentar as aulas e demais atividades curriculares;
- II – utilizar os serviços administrativos e técnicos oferecidos pela Faculdade Palotina;



- III – votar e ser votado nas eleições do órgão de representação estudantil, na forma de legislação pertinente;
- IV – recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos, através do Coordenador de Curso;
- V – observar o Regime Acadêmico e disciplinar da Faculdade Palotina;
- VI – zelar pelo patrimônio da Instituição e,
- VII – impetrar recursos, que terão exame interno, quanto às notas atribuídas.

Merece destaque a orientação Regimental constante no seu Artigo 92, que o corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Central de Estudantes e os Diretórios Acadêmicos com estatutos próprios, por eles elaborados e aprovados de acordo com a legislação vigente.

#### **15.4.1 Política de apoio ao discente**

O Curso de Direito tem constituída uma política de atenção aos discentes que contempla:

- Apoio à participação discente em eventos: visa garantir a participação dos estudantes de cursos de graduação e pós-graduação em diversos tipos de eventos para apresentarem trabalhos que estejam em desenvolvimento. A solicitação de recursos deve ser acompanhada do resumo do trabalho e da recomendação do professor orientador.
- Bolsas de Filantropia: a instituição é portadora do certificado de filantropia, e transfere-o aos alunos carentes, em forma de bolsas.
- Apoio Pedagógico e acompanhamento psicopedagógico: a Faculdade Palotina disponibiliza aos estudantes educadoras e psicopedagogas, para acompanhamento pedagógico e psicopedagógico dos alunos dos cursos de graduação.
- Meios de divulgação de trabalhos e produções: a Faculdade Palotina mantém três revistas próprias para a divulgação de trabalhos científicos: a Revista Litterarius, Frontistés, Revista Eletrônica de Filosofia e Pioneira, Revista Eletrônica de Administração e que são destinadas à publicação.
- O Gabinete de Projetos – GAP – tem a finalidade de prestar apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão realizadas nesta Instituição de Ensino por parte do corpo docente e discente.
- A Coordenação do Curso: dentre as suas atribuições está prevista a orientação didática e aconselhamento curricular ao corpo discente do Curso;
- O Colegiado do Curso: dentre as suas atribuições, cabe ao colegiado do Curso deliberar acerca das condições didático-pedagógicas da trajetória acadêmica do discente;
- Laboratório de Informática: possibilita a iniciação e capacitação do acadêmico na utilização dos equipamentos de informática, informação e acesso a Internet; permite a realização de

pesquisas e buscas informatizadas em bancos de dados e possibilita a realização da redação e impressão dos trabalhos.

- Monitoria: permite ao discente o exercício da prática de ensino; valorização do processo de aprendizagem e capacitação profissional do discente e desenvolve habilidades didático-metodológicas.

#### **15.4.2 Programas de atendimento ao discente**

O acadêmico do Curso de Direito tem acesso aos atendimentos psicopedagógico e didático-pedagógico oferecidos pela Faculdade Palotina. Os programas desenvolvem a capacitação pessoal, didático-pedagógica e psicossocial. Os programas de atendimento ao discente que são desenvolvidos atualmente pela Faculdade Palotina são os seguintes:

O Serviço de Apoio Psico-pedagógico ao Discente surge da necessidade de se disponibilizar um suporte à formação dos alunos em nível superior, e prioriza uma abordagem psico-pedagógica clínica, junto ao aluno. Porém, sabe-se da importância dos aspectos institucionais na emergência dos problemas de aprendizagem. Dessa forma, a dimensão institucional também é considerada no processo investigativo a respeito da problemática que traz o aluno.

O trabalho abrange: avaliação psico-pedagógica inicial – em um primeiro encontro é realizada uma entrevista inicial com o discente, ocasião na qual se proporciona um espaço de fala a respeito da problemática que se apresenta, bem como um resgate sobre a história de vida e a história escolar do sujeito. Em função das características de cada caso selecionado-se instrumentos de avaliação que são utilizados para a realização da avaliação psico-pedagógica inicial; sessão de devolução – após a realização de 5/6 encontros, realiza-se uma sessão de devolução ao discente sobre os aspectos observados em relação a sua aprendizagem. Nessa sessão de devolução aborda-se a necessidade ou não, de uma intervenção psico-pedagógica; contrato psico-pedagógico – havendo necessidade, se estabelece um contrato pedagógico com o discente, no qual fica acertada a frequência e a duração dos encontros; atendimento psico-pedagógico – inicia-se o atendimento psico-pedagógico num contexto onde a proposta de trabalho é construída juntamente com o sujeito, conforme as necessidades específicas de cada caso.

O trabalho tem como um dos principais objetivos, proporcionar ao sujeito experiências de aprendizagem prazerosas e bem sucedidas. Objetiva-se dessa forma, uma (re)significação do processo de aprender, que caracteriza a intervenção psico-pedagógica como mediadora desse processo. Nesse sentido, o trabalho contempla, num movimento de construção conjunta – psico-pedagoga e discente-, processos de criação que possibilitem, ao último, experiências de construção e autoria.

No que se refere ao tempo de duração de uma intervenção psico-pedagógica, cabe ressaltar, que não existe tempo determinado. Porém é válido dizer que o trabalho é reavaliado periodicamente, num momento de reflexão sobre os efeitos que estão sendo produzidos.

Desligamento – na medida em que o sujeito apresenta melhoras e progressos, manifestando condições de continuar seu processo de formação acadêmica sozinho, inicia-se um movimento de desligamento. Os encontros, paulatinamente, começam a ser espaçados até o desligamento total do sujeito, considerando-se que o mesmo poderá voltar sempre que achar necessário.

### **15.4.3 Programa de atendimento didático-pedagógico**

A FAPAS percebendo que os alunos possuem dúvidas e dificuldades que, em geral, não são contemplados nas disciplinas dos cursos, elaborou-se este projeto no intuito de realizar atividades que venham suprir esta dificuldade sentida pelos estudantes. O Programa tem por objetivos:

- a) Refletir sobre o Ensino Médio, fazendo uma avaliação dos aspectos relevantes desse nível de ensino, assim indicando possíveis mudanças a serem adotadas;
- b) Compreender a importância da representação dos alunos nas diversas instâncias decisórias da Instituição.
- c) Analisar a importância da adoção de métodos e técnicas de estudo para que haja um bom aproveitamento nos estudos.
- d) Auxiliar os estudantes a compreender a importância da sua representatividade e da participação de cada aluno na coletividade.
- e) Compreender as inquietações com relação a escolha profissional (interesses, status, remuneração, mercado de trabalho...)

O trabalho será desenvolvido em parceria com os professores das disciplinas de iniciação dos cursos da FAPAS e professores colaboradores. Este se realizará através de sessões individuais, encontros pré-estabelecidos onde se fará a discussão das questões acerca das dificuldades dos acadêmicos.

Para alcançar os objetivos propostos utilizar-se-ão atividades individuais, em grupo, debates, relatos, exposição e leitura de textos/bibliografia complementar. A metodologia utilizada no encontro é participativa, sendo que não ocorre apenas explanação, mas a perspectiva é que cada um participe do debate intensamente. Destacam-se as atividades de: Recepção dos calouros pela Coordenação do Curso e a Direção; Aula inaugural; Atendimento individual aos acadêmicos; Seminário de Apresentação do Curso, estruturação, matriz curricular, cargas horárias, Disciplinas Complementares, Atividades Complementares, de forma a ambientar o acadêmico ao cotidiano universitário. Discussões acerca dos subsídios pedagógicos para aprofundar o conhecimento sobre as expectativas e interesses dos

acadêmicos que ingressam nos cursos. Oferecendo aos professores informações significativas para o planejamento didático-pedagógico.

#### **15.4.4 Programa de nivelamento**

O Programa de Nivelamento do Curso de Direito da Faculdade Palotina propõe repensar alternativas para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem do acadêmico. O programa é integrado por diversos projetos que oportunizam a análise e aprofundamento sistemático dos conteúdos jurídicos desenvolvidos e da linguagem, das formas de pensar e agir, desenvolvendo suas habilidades e competências. De maneira geral os projetos de nivelamento deverão:

- Considerar as diferenças culturais-sociais-educacionais enquanto um dos fatores que interferem em determinadas situações de ensino-aprendizagem.
- Contribuir na preparação do perfil profissional do discente.
- Auxiliar nas dificuldades do conhecimento acadêmico provocadas, muitas vezes, por inovações curriculares.
- Dar subsídios para a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.
- Proporcionar um melhor aproveitamento do discente do Curso de Direito da Faculdade Palotina, no transcorrer da sua vida acadêmica.
- Proporcionar um aumento qualitativo no conhecimento do discente em relação ao ensino do Direito;
- Provocar uma modificação da atitude do aluno em relação ao processo de ensino–aprendizagem, isto é, a auto-aprendizagem.
- Minimizar as dificuldades dos discentes em relação aos conteúdos jurídicos;
- Propiciar ao discente contato com novas formas de aprendizagem;
- Proporcionar a interatividade entre docente e discente neste processo de ensino–aprendizagem.
- Desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução.

#### **15.5 Corpo técnico-administrativo**

O corpo técnico administrativo da Faculdade Palotina constitui-se num apoio importantíssimo para a realização do trabalho pedagógico de excelência. Por isso, o Regimento Geral da Faculdade prevê:

Art. 97. A contratação de funcionário se processa mediante admissão, pelo Diretor Geral, por solicitação da Coordenação Administrativo-Financeira da Instituição.

Art. 98. O regime de trabalho do corpo técnico-administrativo pode ser de, no mínimo, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e é definido no contrato de trabalho por ocasião de sua contratação.

Art. 99. São atribuições do corpo técnico-administrativo:

I – observar e fazer observar, em sua área de ação, as normas estabelecidas e as orientações dos órgãos administrativos;

II – participar da elaboração do plano de atividades de seu respectivo setor de atuação;

III – zelar pela conservação e apropriada utilização dos equipamentos e demais recursos do seu setor e aqueles que lhe forem confiados;

IV – participar de reuniões e comissões para as quais for convocado e,

V – encaminhar à respectiva chefia, quando solicitados, relatórios das atividades e das atribuições por que esteve responsabilizado.

## 16 INSTALAÇÕES GERAIS

### 16.1 Infraestrutura e instalações acadêmicas

#### CAMPUS PATRONATO = Prédio 1

	Quantidade	Área (M²)	
Auditório	1	<b>486,68</b>	
Banheiros Biblioteca:			
Feminino	1	<b>3,80</b>	
Masculino	1	<b>3,77</b>	
Banheiros primeiro piso (bar):			
Feminino	2	<b>2,97</b>	
Masculinos	2	<b>2,86</b>	
Deficientes	2	<b>3,40</b>	
Banheiros hall de entrada (2º piso):			
Feminino	2	<b>8,49</b>	
Masculinos	2	<b>9,84</b>	
Deficientes	4	<b>3,40</b>	
Banheiros terceiro piso:			
Feminino	2	<b>8,49</b>	
Masculinos	2	<b>9,84</b>	
Deficientes	4	<b>3,40</b>	
Hall de Entrada (biblioteca)			
	1	<b>23,44</b>	
Biblioteca Central			
Acervo	1	<b>322,34</b>	
Sala de Estudos	2	<b>20,16</b>	Mesa: 2 (uma em cada sala)
Devolução/Empréstimo	1	<b>10,36</b>	Computadores: 3 e um para monitoramento com câmeras. Impressora: 1. Cadeiras: 3. Balcão: 1
Direção	1	<b>8,49</b>	Computador: 1. Mesa:1. Estante: 1
Processamento Técnico	1	<b>10,08</b>	Computador: 1. Mesa:1. Estante: 1. Impressora: 1. Frigobar: 1
Xerox			
	1	<b>10,88</b>	
Cantina			
	1	<b>6,58</b>	
Área de Convívio (cantina)	2	<b>53,17</b>	Mesas: 12. Classes: 2. Cadeiras: 44. Mateira: 1
Diretório Acadêmico (Sala 100)	1	<b>66,25</b>	Mesas: 4. Mesa reuniões: 1. Cadeiras: 16. Computadores: 2. Balcão: 1. Ventiladores: 1. Quadro Branco: 1.
Direção (sala 200)			
	1	<b>25,58</b>	Computador: 1. Mesa de trabalho: 1. Cadeiras: 8. Mesa de reuniões: 1. Balcão: 1. Impressora: 1. Climatizadores: 1
Banheiro (direção)			
	1	<b>1,80</b>	

Vice-Direção (sala 203)	1	<b>17,56</b>	Computador: 1. Mesa de trabalho: 1. Cadeiras: 2. Balcão armário: 1. Impressora: 1. Climatizadores: 1
Banheiro (vice-direção)	1	<b>1,80</b>	
Coordenação Administrativo-Financeira (sala 201)	1	<b>18,11</b>	Computador: 2. Mesa de trabalho: 2. Mesa de reuniões: 1. Cadeiras: 8. Balcão armário: 1. Impressora: 1. Climatizadores: 1 Gavetrios: 2. Ventilador: 1.
Assessoria de Relações Públicas (sala 202)	1	<b>11,98</b>	Computador: 1. Mesa de trabalho: 1. Cadeiras: 3. Estante: 1. Climatizadores: 1
Secretaria (sala 205)	1	<b>38,43</b>	Computador: 2. Mesa de trabalho: 2. Mesa de apoio: 2. Cadeiras: 3. Balcão armário: 1. Impressora: 3. Climatizadores: 1 Ventilador: 1.
Tesouraria (sala 206)	1	<b>20,68</b>	Computador: 1 Mesa de trabalho: 1. Cadeiras: 3. Balcão armário: 3. Impressora: 1 Climatizadores: 1
Hall de entrada/ Recepção	1	<b>61,90</b>	Computador: 1 Mesa de trabalho: 1. Cadeiras: 1.
Sala 210	Multiuso	<b>39,56</b>	Data-show: 1 fixo. Número de classes: 25. Cadeiras: 26. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 1
Sala 211	1 Semestre: 9º	<b>55,44</b>	Número de classes: 31. Cadeiras: 32. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores:1
Sala 212	1 Semestre: 6º	<b>55,44</b>	Data-show: 1 fixo. Número de classes: 38. Cadeiras: 39. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores:1
Sala 213	1 Semestre: 8º	<b>55,44</b>	Número de classes: 39. Cadeiras: 40. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores:1
Sala 214	1 Semestre: 10º	<b>55,44</b>	Número de classes: 27. Cadeiras: 28. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 1
Sala 215 (Informática)	1	<b>66,25</b>	Data-show: 4 Notebook: 3 Mesas computadores: 28. Impressora: 1. PCExpansion: 19. Cadeiras: 30 Mesa trabalho: 1 Balcão: 2. Servidores(CPU): 2. Quadro Branco: 1. Climatizadores: 1 Ventiladores: 2. Ar condicionado: 2
Sala dos Docentes (sala 300)	1	<b>28,50</b>	Poltronas: 2. Computador: 1. Mesa: 1 com 9 cadeiras. Climatizadores: 2
Comissão Própria de Avaliação (sala 302)	1	<b>17,00</b>	Computador: 1 Mesa de trabalho: 1. Mesa de reuniões: 1 Cadeiras: 6. Balcão armário: 1. Impressora: 1 Climatizadores: 1
Sala de Projetos (sala 303)	1	<b>12,76</b>	Computador: 2 Mesa de trabalho: 2. Cadeiras: 2. Balcão: 2. Impressora: 1 Climatizadores: 1
Coordenação Acadêmica (sala 304)	1	<b>20,13</b>	Computador: 1 Mesa de trabalho: 1. Mesa de reuniões: 1 Cadeiras: 7. Balcão armário: 1. Impressora: 1 Climatizadores: 1
Coordenação de Direito (sala 305)	1	<b>9,24</b>	Computador: 1 Mesa de trabalho: 1. Cadeiras: 3. Estante: 1. Climatizadores: 1
Apoio Discente (sala 307)	1	<b>8,25</b>	Mesa de trabalho: 1. Armário: 1 Cadeiras: 2. Balcão: 1.
Setor de Registro Acadêmico (sala 308)	1	<b>52,92</b>	Computador: 2 Mesa de trabalho: 2. Mesa de apoio para materiais: 1 Cadeiras: 4. Balcão: 1. Impressora: 1 Arquivos de aço: 5. Armario: 1. Climatizadores: 1
Sala 312	1 Semestre: 1º	<b>70,20</b>	Data-show: 1 fixo. Número de classes: 54. Cadeiras: 55. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 2
Sala 313	1 Semestre: 4º	<b>55,44</b>	Data-show: 1 fixo. Número de classes: 40. Cadeiras: 41. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 1
Sala 314	1 Semestre: 3º	<b>55,44</b>	Número de classes: 34. Cadeiras: 35. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 1
Sala 315	1 Semestre: 2º	<b>55,44</b>	Data-show: 1 fixo. Número de classes: 31. Cadeiras: 32. Mesa docente: 1. Quadro branco.

			Climatizadores: 1
Sala 316	1 Semestre: 5º	<b>55,44</b>	Número de classes: 31. Cadeiras: 32. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 1
Sala 317	1 Semestre: 7º	<b>66,25</b>	Data-show: 1 fixo. Número de classes: 41. Cadeiras: 42. Mesa docente: 1. Quadro branco. Climatizadores: 2
Sala de Práticas Jurídicas	1	<b>94,50</b>	Cadeiras: 60. Ventiladores: 2. Mesas: 3 Balcões: 2.
<b>NÚCLEO PALOTINO DE PRÁTICAS JURIDICAS</b>			
Recepção	1	<b>4,80</b>	Computador: 1. Balcão atendimento: 1. Telefone: 1. Cadeira: 1
Sala de espera	1		Cadeiras: 10. Bebedouro: 1. Climatizador: 1. Balcão: 1
Banheiro(sala de espera)	1	<b>4,42</b>	
Cabine 1	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 2	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 3	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 4	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 5	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 6	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 7	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Cabine 8	1		Computador: 1. Mesa atendimento: 1 Mini ventilador Honeywell: 1. Cadeiras: 2
Sala de Mediação	1		Mesa: 1 Poltronas 3
Sala de reuniões	1		Mesa: 1. Cadeiras: 4. Arquivos de aço: 2. Estante: 1
Sala Coordenação	1		Mesa: 1. Computador: 1. Impressora: 1 Climatizador: 1. Cadeiras: 2
Cozinha	1		Balcões: 2. Geladeira: 1
Banheiro	1	<b>3,18</b>	

### CAMPUS PATRONATO - PREDIO 2

	<b>Quantidade</b>
Banheiros	2
Laboratório de Prática Jurídica Simulada	1

### 16.2 Laboratórios de informática

O campus patronato possui dois laboratórios da informática.

#### Laboratório de Informática - Curso de Direito

<b>Equipamento</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>
Computadores	DESKTOP	30
IMPRESSORA	LASERJET 1102W	1



Conforme tabela anterior pode-se perceber que a instituição possui 24 computadores no laboratório destinado ao curso de direito. Também possui uma impressora a disposição dos alunos da IES.

### **16.3 Laboratório de Prática Jurídica Simulada**

O Curso de Direito conta com um laboratório de prática jurídica simulada instalado no prédio 2 do Campus Patronato, com amplo espaço, totalmente adaptado, com mobiliário adequado para utilização para audiências simuladas e tribunais do Júri, podendo ainda servir para análise de peças processuais e apresentação de trabalho de conclusão de Curso.

### **16.4 Laboratório de Prática Jurídica Real – Escritório Palotino de Assistência Jurídica**

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da FAPAS dispõe de uma excelente estrutura para o desenvolvimento do estágio curricular, assenta importância o Escritório Palotino de Assistência Jurídica e o Centro de Mediação, ambos voltados para as práticas jurídicas IV e V instalado em espaço próprio, de fácil acesso a comunidade com todas as condições para realização de atendimento e desenvolvimento do estágio na modalidade de prática real.

A Intra-estrutura do Escritório conta com recepção, sala de espera, quatro salas de atendimento individuais, uma sala específica para o Centro de Mediação de Conflitos, sala de reuniões, banheiro, sala de coordenação estando situada na Rua dos Cravos 295 – Bairro Jardim Padre Caetano ( próximo a Av. Presidente Vargas) em Santa Maria/RS.

O Escritório está equipado com 4 computadores, impressora, acesso a internet, biblioteca específica e demais equipamentos e serviços necessários para o bom andamento dos trabalhos.

### **16.5 Equipamentos**

<b>Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
Data show	15
Note book	4

## 16.6 Biblioteca

A biblioteca da Faculdade Palotina- FAPAS possui suas instalações distribuídas nas seguintes áreas: área construída total de 1.140,40m<sup>2</sup> sendo que a área destinada ao acervo é de 792,34m<sup>2</sup>. Está dividida em Biblioteca Central e Biblioteca Teologia. Ambas possuem amplos espaços com iluminação natural e artificial, boa ventilação, contendo mobiliário adequado, contando com extintores de incêndio e sinalização adequada para localização do acervo.

O espaço para estudo individual conta com iluminação natural e artificial distribuído em 2,20m<sup>2</sup> sendo composto por quatro cabines com cadeiras estofadas.

O espaço para estudo coletivo está distribuído em 183,17m<sup>2</sup> divididos em treze mesas com acesso para cinquenta e cinco acadêmicos contando com iluminação natural e artificial.

Existe uma sala para estudo em grupo distribuída em 10,37m<sup>2</sup> com capacidade para oito acadêmicos.

### 16.6.1 Acervo

A IES possui um acervo de 80260 volumes distribuídos entre a Biblioteca Central e Teologia. O acervo do campus Central encontra-se protegido com sistema anti-furto, enquanto a Biblioteca Central possui acervo fechado.

A catalogação é feita seguindo as regras do Código de Catalogação AACR2 e o sistema padrão de classificação utilizado é a Classificação Decimal Universal CDU 20 ed.

#### Tabela com a divisão do acervo de livros conforme as áreas do CNPQ.

ÁREAS	LIVROS	
	Títulos	Exemplares
Ciências Agrárias	53	59
Ciências Biológicas	301	386
Ciências Exatas e da Terra	322	481
Ciências Humanas	36399	42259
Ciências Sociais Aplicadas	4174	7534
Ciências da Saúde	731	798
Engenharia Tecnologia	38	39
Linguística, Letras e Artes	4399	4724
Multidisciplinar	370	391
Total	46787	56671

A Faculdade Palotina - FAPAS possui o acervo de livros totalmente informatizado assim como os serviços de catalogação. O acervo de periódicos está parcialmente informatizado, faltando menos de 10% para ser inserido no programa PHL. A consulta ao acervo dos materiais como livros, periódicos e multimídia pode ser feita via on-line.

#### Tabela com o acervo em multimídia dividido conforme as áreas do CNPQ.

<b>Áreas do conhecimento</b>	<b>Vídeo / Dvd</b>	<b>CD-Rom</b>
Ciências Exatas e da Terra	10	05
Ciências Biológicas	05	03
Engenharia Tecnologia		01
Ciências da Saúde	13	
Ciências Agrárias		
Ciências Sociais Aplicadas	18	87
Ciências Humanas	249	16
Lingüística Letras e Artes	125	03
Multidisciplinar	15	04
<b>TOTAL</b>	<b>435</b>	<b>119</b>

**Tabela com o acervo dos periódicos dividido conforme as áreas do CNPQ. Separadamente encontram-se os títulos das assinaturas dos jornais.**

\*Jornais assinatura: Zero Hora (Porto Alegre) e Jornais A Razão (Santa Maria) e Diário de Santa Maria

<b>ÁREA CNPQ</b>	<b>PERIÓDICOS NACIONAIS TÍTULOS</b>	<b>PERIÓDICOS NACIONAIS FASCÍCULOS</b>	<b>PERIÓDICOS ESTRANGEIROS TÍTULOS</b>	<b>PERIÓDICOS ESTRANGEIROS FASCÍCULOS</b>
Ciências Exatas e da Terra	01	03		
Ciências Biológicas	02	49		
Engenharia Tecnologia				
Ciências da Saúde	05	59		
Ciências Agrárias				
Ciências Sociais Aplicadas	73	1629	05	89
Ciências Humanas	153	12158	84	9017
Lingüística, Letras e Artes	03	205	01	21
Multidisciplinar	16	730	01	29
<b>TOTAL</b>	<b>253</b>	<b>14833</b>	<b>91</b>	<b>9156</b>

O acervo da instituição é atualizado mensalmente de acordo com os cursos da Instituição e também conforme as aprovações dos cursos pelo MEC, os materiais são solicitados pelos professores e coordenadores dos cursos com aprovação da direção da IES.

### **Tabela de Periódicos Especializados do Curso de Direito**

#### **PERIÓDICOS CORRENTES**

<b>Item</b>	<b>Título</b>	<b>Coleção desde</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Procedência</b>	<b>Aquisição</b>
1	JURIS PLENUM	2010	bimestral	nacional	assinatura
2	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS	2004	bimestral	nacional	assinatura
3	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES	2007	bimestral	nacional	assinatura

4	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS	2007	bimestral	nacional	assinatura
5	REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO	2007	trimestral	nacional	assinatura
6	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL	2004	trimestral	nacional	assinatura
7	REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL	2004	trimestral	nacional	assinatura
8	REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR	2004	trimestral	nacional	assinatura
9	REVISTA DE DIREITO IMOBILIÁRIO	2007 e volta em 2009	semestral	nacional	assinatura
10	REVISTA DE DIREITO PRIVADO	2007 e volta em 2009	trimestral	nacional	assinatura
11	REVISTA DE ESTUDOS & INFORMAÇÕES	2006	irregular	nacional	doação
12	REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS	2004	bimestral	nacional	assinatura
13	REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS <b>(CD-ROM)</b>	2004	anual	nacional	assinatura
14	REVISTA DE PROCESSO	2007	mensal	nacional	assinatura
15	REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO	2007 e volta em 2009	semestral	nacional	assinatura
16	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2008	mensal	nacional	assinatura
17	REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR	2005	bimestral	nacional	assinatura
18	REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	2004	bimestral	nacional	Assinatura
19	REVISTA SÍNTESE: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	2010	bimestral	nacional	assinatura
20	REVISTA SÍNTESE: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL <b>(CD-ROM)</b>	2011	anual	nacional	assinatura
21	REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	2010	mensal	nacional	assinatura
22	REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA <b>(CD-ROM)</b>	2011	anual	nacional	assinatura
23	REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS	2007	bimestral	nacional	assinatura

24	VISÃO JURÍDICA	2009	mensal	nacional	assinatura
----	----------------	------	--------	----------	------------

### PERIÓDICOS NÃO CORRENTES

Item	Título	Coleção desde	Periodicidade	Procedência	Aquisição
1	JULGADOS	1991-1993	trimestral	nacional	doação
2	JURIS PLENUM (CD-ROM)	2004-2005	bimestral	nacional	doação
3	JURIS SÍNTESE IOB (CD-ROM)	2005-2006	bimestral	nacional	assinatura
4	REVISTA DE DERECHO URBANÍSTICO Y MEDIO AMBIENTE	2004-2004	mensal	estrangeiro	assinatura
5	REVISTA DE DERECHO URBANÍSTICO Y MEDIO AMBIENTE (CD-ROM)	2004-2004	anual	estrangeiro	assinatura
6	REVISTA DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS (CD-ROM)	2004-2007	anual	nacional	assinatura
7	REVISTA DE JULGADOS E DOUTRINA	1989-1995	trimestral	nacional	doação
8	REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA	1992-1997	bimestral	nacional	doação
9	REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (CD-ROM)	1998-1999	mensal	nacional	doação
10	REVISTA ESPAÑOLA DE DERECHO ADMINISTRATIVO	2004-2004	trimestral	estrangeiro	assinatura
11	REVISTA IOB DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	2006-2010	bimestral	nacional	assinatura
12	REVISTA IOB DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CD-ROM)	1999-2009	anual	nacional	assinatura
13	REVISTA IOB TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	2006-2010	mensal	nacional	assinatura
14	REVISTA IOB TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA (CD-ROM)	1994-2010	anual	nacional	assinatura
15	REVISTA JURÍDICA CONSULEX (CD-ROM)	1997-2004	irregular	nacional	doação
16	REVISTA SÍNTESE DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	2004-2005	bimestral	nacional	assinatura
17	REVISTA SÍNTESE DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CD-ROM)	1999-2005	anual	nacional	assinatura
18	RIVISTA GIURIDICA DELL'AMBIENTE	2004-2004	bimestral	estrangeiro	assinatura

19	SÍNTESE JORNAL	1999-2005	mensal	nacional	assinatura
20	SÍNTESE TRABALHISTA: ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA	1999-2005	mensal	nacional	assinatura
21	SÍNTESE TRABALHISTA: ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA (CD-ROM)	1994-2005	anual	nacional	assinatura

### 16.6.2 Serviços

A IES presta atendimento a comunidade acadêmica nos seguintes horários:

Biblioteca Central

Horário de atendimento:

segunda-feira à sexta-feira - das 8h às 12h e das 13h às 21:45h

sábado - das 7:45h às 11:45h

Os serviços oferecidos pela IES incluem:

- Acesso à internet
- Empréstimo domiciliar e consulta local
- Renovação e reserva pela internet
- Treinamento de usuários
- Apoio à elaboração de trabalhos acadêmicos

Os acadêmicos possuem para acesso a internet dentro das bibliotecas campus Central seis computadores e no campus Cerrito três computadores. Para acessarem a base de dados contendo o acervo da biblioteca, no campus Central a IES possui seis terminais de computadores e no campus Cerrito mais dois terminais.

O quadro de pessoal destinado a trabalhar na biblioteca da IES é composto de 5 servidores.

**Tabela com a relação do pessoal técnico e administrativo.**

<b>Grau de formação</b>	<b>Regime de trabalho</b>	<b>Bibliotecários</b>	<b>Quadro Auxiliar</b>
Médio	CLT	-	01
Graduação	CLT	-	02
Especialização	CLT	01	01
TOTAL	CLT	01	04

A biblioteca dispõe do conjunto de normas da ABNT para normalização de trabalhos acadêmicos e também encontra-se a disposição da comunidade acadêmica as normas institucionais para normatização dos mesmos. A instrução para aplicação das normas é realizada pelos professores da disciplina de metodologia científica, caso necessitem orientação a bibliotecária responsável orienta na aplicação das normas.